UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Nilciana Dinely de Souza

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE PARINTINS (AM): EVOLUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

Versão Revisada

Cidade de Parintins

São Paulo
2013

NILCIANA DINELY DE SOUZA

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE PARINTINS (AM):
EVOLUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO**

Versão Revisada

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), para a obtenção do título de doutora em Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Martinelli

São Paulo
2013

NILCIANA DINELY DE SOUZA

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE PARINTINS (AM):
EVOLUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), para a obtenção do título de doutora em Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Martinelli

Aprovado em: 05/08/2013

Banca Examinadora

1º Avaliador

Prof. Dr. Marcello Martinelli (Universidade de São Paulo - USP)

2ª Avaliadora

Profª. Dra. Maria Mónica Arroyo (Universidade de São Paulo - USP)

3º Avaliador

Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins (Universidade de São Paulo - USP)

4º Avaliador

Prof. Dr. Vitor Ribeiro Filho (Universidade Federal de Uberlândia – UFU)

5º Avaliador

Prof. Dr. Nelcionei José de Souza Araújo (Universidade Federal do Amazonas – UFAM)

São Paulo

2013

Quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do mais pequeno.

Milton Santos

AGRADECIMENTOS

A minha gratidão:

A Deus, que me dá forças sem as quais nada seria feito;

Aos moradores de Parintins, que constroem cotidianamente a cidade e que se dispuseram a colaborar, fornecendo as informações necessárias para o preenchimento dos formulários, durante a realização da pesquisa de campo;

À Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC), por ter me concedido a liberação para a realização do curso de pós-graduação;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), por conceder-me bolsa de estudo para o estágio em São Paulo;

À Universidade de São Paulo (USP), por ter me colhido e dado o suporte teórico-metodológico;

À Universidade do Estado do Amazonas (UEA) por ter firmado parceria com a USP e oportunizado a realização do curso de pós-graduação;

Ao meu orientador Prof. Dr. Marcello Martinelli, pela orientação e acompanhamento nas fases de elaboração do trabalho;

Ao Ir. Martin, Ir. Ângela, Menabarreto, Mirian, Maria José, Kellem e Cláudio, pela companhia, incentivo e ajuda nos momentos mais difíceis dessa caminhada;

Às colegas do doutorado Edilene, Simone e Neliane pelo apoio e acolhimento em São Paulo e por compartilharmos as dificuldades e os avanços até o término dos trabalhos;

Ao Jocifran e Harald pelas correções e confecção dos mapas e aos demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O trabalho “O processo de urbanização na cidade de Parintins (AM): evolução e transformação” teve como principal objetivo compreender o processo de produção, reprodução, apropriação e consumo do espaço urbano na cidade de Parintins/AM. O enfoque metodológico adotado na pesquisa é que a cidade é produto e condição para a reprodução da sociedade. Numa sociedade desigual a produção do urbano enquanto modo de vida será também desigual. A pesquisa pressupôs que se tivesse claro o que é a cidade e o papel desta na sociedade em que se vive. A operacionalização da pesquisa tomou por base os objetivos a partir dos quais foram levantadas questões e técnicas mais apropriadas para a obtenção das informações. Parintins experimentou um intenso crescimento urbano. A taxa de urbanização da cidade que até 1970 era de 43%, saltou para cerca de 68% em 2010. Esse crescimento decorreu do fluxo migratório de pessoas de outros Estados brasileiros, de municípios do Amazonas e de áreas rurais de Parintins. Com isso, a cidade cresceu de forma descontínua e sem planejamento. As pessoas sem acesso ao direito à cidade ocuparam a orla fluvial da cidade; depois surgiram as ocupações clandestinas; as ocupações periféricas com barracos e palafitas, tornando a forma de habitar insalubre, comprometendo a qualidade de vida de seus moradores; além da falta de serviços de consumo coletivo e de infraestrutura urbana capazes de atender a essa parcela da população. Como as demais cidades amazônicas, Parintins ostenta fortes contrastes socioambientais. Pode-se mencionar a existência de duas realidades não excludentes entre si: uma cidade formal oriunda de um processo formal regular de urbanização e a outra “informal”, produzida às margens de quaisquer mecanismos legais.

Palavras-chave: Amazônia, cidade, espaço, urbanização, periferia e ambiente.

ABSTRACT

The work "The process of urbanization in the city of Parintins (AM): evolution and transformation" aimed to understand the process of production, reproduction, consumption and appropriation of urban space in the city of Parintins / AM. The methodological approach adopted in this study is that the city is a product and condition for the reproduction of society. In an unequal society where the production of the urban way of life will also be uneven. The research assumed that as if it was clear what the city and the role of the society in which one lives. The operationalization of the research was based on the objectives from which questions were raised and most appropriate techniques for obtaining information. Parintins experienced an intense urban growth. The rate of urbanization of the city until 1970 was 43% and jumped to about 68% in 2010. This growth was due to migration of people from other Brazilian state, municipalities of Amazon state and rural areas of Parintins . With this, the city grew discontinuously and without planning. People without the right access to the city occupied the river shores of the city, with illegal occupations outlying shacks and stilt, making unhealthy way of living, compromising the quality of life of its residents; besides the lack of public services for the collective and urban infrastructure able to meet the needs of the population. Like other Amazon cities, Parintins live strong environmental contrasts. It may be mentioned that there are two realities not mutually exclusive: a city formally deriving a formal process of urbanization and other regular "informal", produced on the banks of any legal mechanisms.

Keywords: Amazon, city, space, urbanization, environment and periphery.

SUMÁRIO

Epígrafe	iv
Agradecimentos	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Lista de Figuras	x
Lista de Quadros.....	xii
Lista de Tabelas	xiii
Lista de Siglas	xiv
 INTRODUÇÃO.....	 01
 CAPÍTULO I – COMPREENDENDO A CIDADE.....	 05
1.1 Em busca de uma definição	05
1.2 A cidade no Brasil	11
1.2.1 Hierarquia e rede urbana no Brasil.....	20
1.3 A cidade na Amazônia	23
 CAPÍTULO II – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PARINTINS	 31
2.1 Antecedentes históricos	31
2.2 Aspectos físicos	32
2.2.1 O município	32
2.2.2 A cidade	34
2.3 Parintins: evolução e transformação	36
2.3.1 Do início da ocupação até a década de 1960	36
2.3.2 Década de 1970	58
2.3.3 Década de 1980	61
2.3.4 Década de 1990	65
2.3.5 Década de 2000	70

CAPÍTULO III – PARINTINS DOS DIAS ATUAIS	96
3.1 A busca das informações	96
3.2 Os resultados	98
3.2.1 Identificação	98
3.2.2 Infraestrutura e bem-estar coletivo	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	136

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Percentual populacional nas capitais da Região Amazônica	26
Figura 02 – Urbanização dos Estados que compõem a Região Amazônica.....	27
Figura 03 – Mapa da localização de Parintins.....	33
Figura 04 – vista aérea da cidade de Parintins	34
Figura 05 – Mapa da localização da cidade de Parintins	35
Figura 06 – Mapa da localização da comunidade de Vila Amazônia	40
Figura 07 – Ruas antigas de Parintins	48
Figura 08 – Cine Saul	51
Figura 09 – Praça de Nossa Senhora do Carmo (atual Sagrado Coração de Jesus)	52
Figura 10 – Imagem aérea da Lagoa da Francesa (atua)	55
Figura 11 – Mapa da evolução urbana de Parintins até a década de 1960	56
Figura 12 - Mapa da evolução urbana de Parintins até a década de 1970	60
Figura 13 - Mapa da evolução urbana de Parintins até a década de 1980	63
Figura 14 – Aeroporto Julio Belém – Parintins	65
Figura 15 - Mapa da evolução urbana de Parintins até a década de 1990	67
Figura 16 – Mapa da evolução urbana de Parintins até a década de 2000	72
Figura 17 - Mapa das principais vias de circulação de Parintins	86
Figura 18 – Rua Padre Augusto Gianola (prolongamento da Rua Barreirinha)	87
Figura 19 – Proto fluvial da cidade de Parintins	88
Figura 20 – Bois-Bumbá Garantido e Caprichoso	89
Figura 21 – Catedral de Nossa Senhora do Carmo de Parintins	89
Figura 22 –Travessa João Melo/Bairro Centro	92
Figuras 23 e 24 – Vista parcial dos Bairros Santa Rita de Cássia e União	94
Figura 25 – Mapa dos bairros de Parintins	97
Figura 26 – Faixa etária dos entrevistados	99
Figura 27 – Estado civil dos entrevistados	99
Figura 28 – Lugar que representa na família	100
Figura 29 – Religião dos entrevistados	101
Figura 30 – Distribuição por local de nascimento	103
Figura 31 – Morou em outro lugar na cidade	108

Figura 32 – Propriedade da casa	110
Figura 33 – Preço do aluguel	111
Figura 34 – Ocupação das casas	111
Figura 35 – Tipo de construção	112
Figura 36 – Tipo de cobertura	112
Figura 37 – Número de cômodos	113
Figura 38 – Número de banheiros	114
Figura 39 – Renda familiar	115
Figura 40 – Esgoto/Destino	117
Figura 41 – Mapa das praças e espaços vazios em Parintins	121
Figura 42 – Tratamento do lixo	122
Figura 43 – Como cuidam da saúde	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ocupação dos entrevistados	102
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Evolução da população urbana do Brasil nas décadas de 1940 a 2010	15
Tabela 02 – Quantidade de escravos em Parintins no período de 1848 a 1884	37
Tabela 03 – Crescimento populacional de Parintins até a década de 1960.....	54
Tabela 04 – Evolução da população de Parintins entre os anos de 1970 a 2010	71
Tabela 05 – População urbana residente nas principais cidades dos Amazonas	71
Tabela 06 – Calendário das festas populares de Parintins	90
Tabela 07 – Rede de serviços de saúde de Parintins	91
Tabela 08 – Distribuição dos formulários aplicados segundo os bairros e famílias/ruas.....	98
Tabela 09 – Nível de instrução dos entrevistados	100
Tabela 10 – Procedência dos migrantes segundo os municípios do Amazonas	103
Tabela 11- Procedência dos migrantes segundo os Estados do Brasil	104
Tabela 12 - Procedência dos migrantes segundo as comunidades rurais de Parintins	104
Tabela 13 – Motivos da vinda para Parintins	105
Tabela 14 – Distribuição por tempo de moradia nos bairros	107
Tabela 15 - Motivos pelos quais veio morar no bairro	109
Tabela 16 - Como considera a vida morando no bairro	124
Tabela 17 – O que mais gosta no bairro	125
Tabela 18 – O que não gosta no bairro	126
Tabela 19 - Como era o bairro quando chegou	128
Tabela 20 – O que mudou depois da chegada	128
Tabela 21 - O que precisa melhorar no bairro	130

LISTA DE SIGLAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde
ADE – Amazonas Distribuidora de Energia
APA – Área de Proteção Ambiental
BASA – Banco da Amazônia
CCE – Comissão Centro de Esportes
CEAM – Centrais Elétricas do Amazonas
CEI – Centro de Educação Infantil
CELETRAMAZON – Central Elétrica do Amazonas
CESP – Centro de Estudos Superiores de Parintins
ECT – Empresa Brasileira de Correio e Telégrafo
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
JAC – Juventude Alegre Católicas
ONU – Organização das Nações Unidas
SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde de Parintins
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SESP – Serviço Especial de Saúde Pública
SNPH – Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUS – Sistema Único de Saúde
TELAMAZON – Telecomunicações do Amazonas S. A.
UA – Universidade do Amazonas
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAM – Universidade Federal do Amazonas

INTRODUÇÃO

Os últimos anos caracterizam-se por mudanças globais profundas como o aumento populacional, as migrações, os sistemas de informação, a circulação de capitais e de mercadorias, os grandes problemas ambientais, entre outros. Essas mudanças são evidenciadas principalmente nas cidades, onde são registradas mudanças na organização espacial, na estrutura econômica e social.

A urbanização, como um fenômeno mundial, é tanto um fato recente quanto crescente, pois até meados do século XIX a população urbana representava 1,7% da população total do planeta, atingindo em 1960 25%. Em 1980 esse número passou para 41.1% (SANTOS, 1981). Em 1995, a população urbana mundial atingiu 46% do total, o equivalente 2,7 milhões de pessoas. De acordo com a Organização das Nações Unidas - ONU, cerca da metade da população do planeta em 2000 era urbana. E hoje as pessoas que vivem em cidades são em torno de 70% da população global.

O processo de urbanização que se intensificou no Brasil, que se deu de forma mais acentuada a partir da década de 1950 e teve grande impulso com o advento da indústria nacional, serviu como atrativo para que se estabelecesse um grande contingente populacional nas cidades, resultado da migração em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

É importante considerar que, no conjunto das cidades brasileiras, as cidades médias, como Parintins, se apresentam como foco de atração tanto populacional quanto de atividades econômicas especializadas. Assim, pela difusão da oferta de “melhor qualidade de vida”, esses centros urbanos - que atraem tanto as camadas médias da sociedade que procuram fugir dos transtornos das grandes cidades, como no caso específico de Parintins, que atrai também pessoas das áreas rurais, pela falta ou deficiência de políticas públicas para o campo - vêm passando por intensas transformações sócio-espaciais.

É nessa perspectiva que este trabalho se insere: analisar a cidade, a urbanização e o ambiente de uma cidade na Amazônia brasileira, mais especificamente Parintins, no Estado do Amazonas. Esta se localiza na margem direita do Rio Amazonas, distante 368,80 km em linha reta, e 420 km por via fluvial, da capital do Estado – Manaus, com 69.890 habitantes na área urbana, 32.143 área rural, indicando uma população absoluta para todo o município de 102.033 em 2013.

O interesse principal deste trabalho foi compreender o processo de produção, reprodução, apropriação e consumo do espaço urbano. Parintins foi escolhida como objeto de

análise por se compreender que esta vem passando por transformações no seu espaço urbano, dando-lhe uma configuração urbana que se mostra a favor da expansão a qualquer custo, sem planejamento, baseada na especulação imobiliária em áreas consideradas como eixo de expansão da cidade.

Na ótica dessa problemática, alguns questionamentos nortearam a pesquisa: Que agentes têm produzido o espaço urbano de Parintins? Qual a dimensão no ambiente natural ou construído no contexto da urbanização? De que forma ocorreu a ocupação da cidade? Em que medida o processo de urbanização contribuiu para a qualidade de vida dos cidadãos?

Partindo dessas indagações e nessa perspectiva é que a pesquisa se desenvolveu visando aos seguintes objetivos: compreender o que é cidade; identificar os agentes produtores do espaço urbano de Parintins; analisar o processo de expansão da cidade; identificar as áreas de expansão; perceber os fatores indutores da expansão; e analisar em que medida o adensamento urbano, através dos diferentes usos do solo, é responsável pela qualidade socioambiental da cidade.

O enfoque metodológico adotado na pesquisa é que a cidade é produto e condição para a reprodução da sociedade. Numa sociedade desigual a produção do urbano enquanto modo de vida será também desigual. Esta desigualdade se explica, por exemplo, no modo como cada habitante da cidade mora, e a qualidade ambiental do lugar a ser habitado.

A pesquisa pressupôs que se tivesse claro o que é a cidade e o papel desta na sociedade em que se vive. Buscou-se compreender a cidade não só como produto social, mas também seu valor, ou seja, a cidade como uma construção social.

A partir do enfoque metodológico, elegeu-se o método histórico como instrumento para compreensão e análise dos fenômenos, o qual permitiu situar o objeto de estudo num processo de investigação mais amplo, relacionando eventos passados com seus efeitos presentes e buscando um conhecimento crítico desses efeitos. Nesse procedimento, teve-se uma interpretação baseada em pressupostos teóricos e articulação de dados, que puderam ser fundamentados em dados secundários, documentos, narrativas orais, resultados de aplicação de formulários, entre outras fontes.

A operacionalização da pesquisa tomou por base os objetivos a partir dos quais foram levantadas questões e técnicas mais apropriadas para a obtenção das informações.

Para orientar o uso do tempo dividiu-se a pesquisa em fases. Na primeira, teve-se como preocupação central um ajustamento teórico com vista à interpretação da problemática

construída, estabelecendo um levantamento de cunho teórico e outro referente à produção acadêmica sobre o processo de produção do espaço, urbanização, rede urbana e a formação de cidades de modo geral e, em particular, das cidades amazônicas.

Na segunda fase da pesquisa se buscou realizar um levantamento documental voltado especificamente para a região de Parintins. Foram realizados levantamentos de dados secundários referentes a indicadores socioeconômicos, demográficos e espaciais encontrados em publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, Censo Demográfico, Informações Municipais e Indicadores Sociais Municipais.

Na terceira fase, foram realizados dois trabalhos de campo na cidade em estudo, a fim de buscar informações mais aproximadas da realidade em questão. No primeiro, foram levantadas informações secundárias da prefeitura, em associações, e em instituições de ensino público. A busca se deu por meio de pesquisas documentais, entrevistas e conversas informais. Ainda nesse primeiro momento foram realizados os registros fotográficos da cidade.

No segundo trabalho de campo, foi realizado o levantamento de informações primárias, através da realização de observação, conversa informal, e aplicação de 340 formulários¹. A observação foi direta, assistemática e individual (Lakatos, 1992), a qual permitiu fazer o reconhecimento da área urbana, identificando outros elementos complementares à produção da cidade.

A observação direta *in locus* e a averiguação, fazendo registros sobre as mudanças, associada à aplicação de formulários e conversas informais, tornou-se bastante eficaz, por revelar informações sobre a realidade.

Nesse sentido, o trabalho de campo foi um dos momentos mais ricos e de fundamental importância para o embasamento da análise, que foi realizado no período de setembro a novembro de 2012. Foram três meses de contato (quase diário) com o local da pesquisa e com seus moradores, oportunidade em que tivemos a oportunidade de observar o ambiente de forma mais sistemática, o modo de vida da população, baixadas e ocupações urbanas, os níveis de carências, de exclusão e segregação, que clamam por soluções emergenciais, de cunho político, que extrapolam as ações localizadas e pontuais.

¹ O formulário constitui-se num roteiro escrito de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele com as respostas do entrevistado (Lakatos, 1992).

Optou-se por aplicar na forma de amostragem aleatória um formulário semiaberto a um membro da família em cada casa visitada, tendo por objetivo compreender o perfil socioeconômico, a infraestrutura local e a compreensão da população sobre o ambiente da cidade. Foi aplicado um formulário por rua, nos 25 bairros que compõem a cidade de Parintins.

Nesse processo, compreendeu-se que para analisar o desvendamento da proposta da pesquisa sobre cidade, é preciso entender o que diz Carlos (2011):

Hoje a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista. Na cidade, a separação homem-natureza, a atomização das relações e as desigualdades sociais se mostram de forma eloquente. Mas ao analisá-la, torna-se importante o resgate das emoções e sentimentos; a reabilitação dos sentimentos humanos que nos faz pensar a cidade para além das formas. Isso nos faz analisar a cidade para além do homem premido por necessidades vitais (comer, beber, vestir, ter um teto para morar) esmagado por preocupações imediatas. A cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideais, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de fazer, e também uma cultura (p. 25-26).

Na quarta e última fase da pesquisa foi realizada a sistematização e análise do material levantado, de maneira a possibilitar a redação final da tese.

O trabalho foi estruturado em três capítulos articulados entre si. Desse modo, no primeiro capítulo foi realizado um estudo sobre a cidade, a urbanização e o ambiente como elementos de um mesmo processo, que é o da produção do espaço como produto das relações sociais. Buscou-se compreender o processo de urbanização brasileira e amazônica.

No segundo capítulo, apresentou-se a área de estudo propriamente dita, na qual se buscou o resgate, a gênese da formação histórica e o processo de produção do espaço parintinense. Apresenta-se a expansão urbana a partir da formação dos bairros e as transformações decorrentes dessa evolução.

No terceiro capítulo é apresentado o resultado da pesquisa de campo realizada no perímetro urbano. Os dados foram analisados segundo o referencial teórico, os quais revelam como vivem os habitantes em Parintins nos dias atuais.

Finalmente, foram apresentadas as considerações finais, tendo a clareza de que um trabalho de pesquisa concretizado, como este, sempre tem limitações, mas encerra o esforço e as possibilidades objetivas proporcionadas por um curso de pós-graduação e a capacidade de reflexão acumulada pela autora.

CAPÍTULO I – COMPREENDENDO A CIDADE

1.1 Em busca de uma definição

O que é uma cidade? Esta pergunta não é fácil de ser respondida. E sejam quais forem as respostas, estas serão sempre incompletas e diversas. Nunca se terá uma resposta imparcial, pois sempre focalizará algum aspecto, tema ou hipótese sobre ela. Portanto, foi com este sentimento que se procurou desenvolver esta parte do trabalho, uma tentativa de entender e explicar o que é uma cidade, numa perspectiva que seja a mais próxima possível da realidade objetiva.

Antes de se apresentar uma definição do que vem a ser uma cidade, faz-se necessário um breve resgate histórico do início do surgimento das cidades. De acordo com Carlos (2011), o primeiro passo para a formação das cidades se dá a partir do momento em que o homem supera a condição de nômade e passa a se fixar no solo enquanto agricultor. O segundo momento é quando os seres humanos começam a dominar técnicas superiores às rudimentares, as quais possibilitaram a produção de um excedente agrícola. É quando inicia a divisão do trabalho, ou seja, quando passam a realizar outras funções diferentes à de plantar.

As primeiras cidades surgiram na Ásia, nos locais onde a agricultura apresentava um certo grau de desenvolvimento. Somente mais tarde é que surgem as cidades na Europa. A divisão do trabalho, portanto, foi e continua sendo o principal fator da divisão da sociedade em classes sociais e a separação das atividades dos homens entre a cidade e o campo. “A oposição entre cidade e campo começa com a passagem da barbárie à civilização, do regime de tribo ao Estado, da localização pontual e dispersa à nação” (CARLOS, 2011, p. 59).

Assim, a formação das cidades que começa em torno de 5000 anos a.C. junto ao Eufrates e em outros pontos da Ásia Menor, foi se consolidando cada vez mais ao longo do processo histórico da sociedade, chegando nos dias atuais com mais de 70% dos seres humanos vivendo em cidades.

Para começar entender o que é a cidade, Carlos (2011) diz que esta “(...) é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas” (p.57). Para a autora, qualquer habitante da cidade sabe o que ela é, por viver nela, onde constrói no seu cotidiano o cotidiano da cidade.

Spósito (1994) por sua vez, complementa que, para se entender o que é uma cidade, não basta apenas observá-la ou viver nela. Mais que isso, é preciso verificar a sua dinâmica, a

sua geografia e a sua história. Ou seja, é preciso observar a movimentação das pessoas nas ruas, as relações comerciais, onde estão localizadas as indústrias, onde os habitantes moram, estudam, se divertem etc. É importante também entender que a cidade onde se mora no presente, nem sempre surgiu no tempo em que se nasceu, mas que esta já existia, que tem uma história e que esta história certamente irá continuar a existir quando se morrer, porque seja a cidade pequena, média ou grande, localizada na Amazônia, no Brasil, noutro país ou continente, originada neste século ou em séculos pretéritos, esta cidade vai permanecer através de suas formas e contradições.

A cidade para Lefebvre (2008) também é uma criação humana, a obra por excelência e seu papel histórico ainda são mal conhecidos. O autor apresenta alguns conceitos sobre cidade. No primeiro, a cidade é concebida como um objeto espacial que ocupa um sítio e uma posição, que é preciso ser estudado enquanto objeto com diferentes técnicas e métodos econômicos, políticos e demográficos. Como tal, a cidade ocupa um espaço específico bem diferente do espaço rural. A relação entre esses espaços depende das relações de produção, isto é, do modo de produção e através dele, da divisão do trabalho na sociedade.

A cidade também é considerada como uma mediação entre uma ordem próxima e uma ordem distante. A ordem próxima é aquela circundante e que a cidade domina, explora, extorquindo-lhe o sobretrabalho. Enquanto que a ordem distante é a da sociedade no seu conjunto (escravista, feudal, capitalista etc.). A cidade enquanto mediadora é também o local onde as contradições da sociedade se manifestam, principalmente aquelas entre o poder público e os diferentes grupos sobre os quais esse poder se estabelece (LEFEBVRE, 2008).

A cidade é, ainda, uma obra de arte, pois o espaço não é somente organizado e instituído. Ele é modelado, apropriado por grupos diversos, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia. A monumentalidade da cidade é um aspecto essencial enquanto obra, sem que o emprego do tempo dos membros da coletividade urbana seja menos importante. A cidade enquanto obra deve ser estudada sob dois aspectos: a diversidade dos monumentos e o emprego do tempo que eles implicam para os cidadãos e para os cidadãos (LEFEBVRE, 2008).

Lefebvre desenvolve o conceito de urbano, o qual, segundo o autor, é preciso distinguir bem da cidade. Nesse sentido,

(...) O urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade, mas ele permite reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade etc. (p. 84). (...) trata-se, antes, de uma forma, a do encontro e da reunião de todos os elementos da vida social, desde os frutos da terra (...) até os símbolos e as obras ditas culturais.

(...) Enquanto forma, o urbano tem um nome: é a simultaneidade. (...) A forma urbana assim revelada é uma abstração, porém concreta (p. 85).

Assim, a cidade, o concreto e o urbano traduzem-se nas relações cotidianas. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso, que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível (LEFEBVRE, 2004).

A cidade é o concreto, é o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano, enquanto que este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza a cidade. A cidade traduz a ação do trabalho sobre o trabalho. Caracteriza-se, dessa forma, uma segunda natureza, onde o espaço geográfico conforma-se como base de uma vida econômica e social crescentemente intelectualizada, graças à complexidade da produção, além dos serviços de informações que ali incidem (SANTOS, 1992; 2004).

O urbano é um fenômeno que se apresenta em escala mundial a partir do duplo processo de implosão-explosão da cidade atual. É um conceito, uma temática e, por necessidade de articulação teoria e prática, uma problemática. A cidade vem da história porque a ela cabem os trabalhos espiritual, intelectual e de organização político-econômica, cultural e militar. A cidade é fruto da primeira cisão da totalidade - entre a *Physis* e o *Logos*, da primeira divisão social do trabalho – entre a cidade e campo. Desde a cidade-estado grega o urbano existe enquanto potência, germe, que anuncia sua realização virtual, ou seja, o conteúdo do urbano é a centralidade (LEFEBVRE, 2004).

Mas a cidade que se apresenta na atualidade não é mais aquela cidade-estado grega, tampouco o urbano é mais aquele primeiro ajuntamento de que tratou Lefebvre. A cidade se transformou no principal lócus da reprodução social, e o urbano anuncia sua mundialidade em um período trans-histórico. E o principal transformador foi e continua sendo o comércio. Lefebvre salienta que “a troca e o comércio, indispensáveis à sobrevivência como a vida, suscitam a riqueza, o movimento (2004, p. 22).

A cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas, características e funções distintas. E como pensar e analisar a cidade hoje?

O entendimento de uma cidade não pode ser limitado na observação da paisagem que pode mostrar apenas sua beleza, grandiosidade ou até mesmo sua insignificância em relação a outras cidades, mas também da paisagem que revela as formas das ruas, moradias, edifícios, praças, topografia, etc. que se apresentam diferenciadamente.

Nas cidades existentes em todo o mundo, mesmo algumas apresentando certa semelhança, nenhuma é igual à outra. Elas se apresentam em tamanhos diferentes, existem as pessoas que moram nelas que são diferentes, e cada uma contém sua história, sua própria identidade etc. Mas, apesar da diferença, elas possuem uma característica em comum: em seus territórios ocupados por moradias, terrenos vazios e vias de circulação: não exercem atividades agrícolas, nem exploram minérios etc., porque estas atividades são típicas de áreas rurais ou áreas de exploração mineral, ou seja, são espaços não-urbanos (SPÓSITO, 1994).

No entanto, para sua sobrevivência na cidade, na reprodução da força de trabalho e na produção de riquezas, a população precisa consumir alimentos, roupas, calçados, etc. As matérias-primas para suprir tais necessidades são produzidas por outras pessoas que muitas vezes podem até residir nas cidades, mas estas atividades são consideradas não-urbanas.

As atividades tipicamente urbanas estão ligadas à transformação das matérias-primas na indústria, ao comércio de mercadorias, à prestação de serviços, ao transporte urbano, ao consumo de água encanada, de esgotos em redes, entre outros. Isso demonstra a existência de limites entre a cidade e o campo, os quais não são fixos, mas muito difusos e dinâmicos, dependendo do tamanho da cidade, das profissões de sua população ativa, etc.

Diz Spósito que

(...) uma coisa podemos ter claro: a cidade existe historicamente porque foi desenvolvida a divisão do trabalho, o que pode não parecer facilmente em sua paisagem. A divisão do trabalho é expressa pelas diferentes profissões que as pessoas exercem no processo de apropriação e transformação da natureza, no dia a dia da sobrevivência da humanidade (1994, p.14).

Qual a dimensão do termo cidade? Uma localidade definida a partir de um determinado número de habitantes? Carros? Um barulho ensurdecedor? É isso a cidade? Que palavras as pessoas associam à cidade? Ruas, prédios, shoppings, carros, congestionamentos, multidão, gente? A cidade aparece aos nossos olhos – no plano do imediato, do diretamente perceptível, como concreto diretamente visível e percebido, formas, caos. É raro emergirem associações vinculadas a sentimentos e emoções que permeiam as relações humanas. A obra do homem parece sobrepor-se ao próprio homem e as formas concretas e visíveis escondem seu real significado: a de obra sem sujeito (CARLOS, 2011).

E as cidades de hoje a quem pertencem? Carlos (2011) diz que estas pertencem ao capital e, para usufruí-las, o homem tem que se subjugar às necessidades da reprodução do capital, onde o homem se vê capturado pelas necessidades de consumo e lazer.

E como pensar as cidades para além das formas e aparências? É importante considerar que a cidade deve ser pensada na sua articulação com a sociedade global, levando-se em conta

a organização política, e a estrutura do poder da sociedade, a natureza e repartição das atividades econômicas, as classes sociais.

A cidade deve ser compreendida como forma espacial e lugar de concentração da produção, circulação e consumo de bens e serviços. A cidade, que concentra e difunde o urbano, é um centro de decisão política. Como afirma Lefebvre (2001): A cidade se intensifica, organizando a exploração de toda a sociedade. Isto é dizer que ela não é o lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção.

O espaço urbano, portanto, representa uma dimensão do poder e o seu (des)planejamento, implica não apenas uma tentativa de estabelecer uma vida cotidiana programada e manipulada, mas também uma espacialidade hierarquizada, que representa a determinação do espaço a ser ocupado por cada um dos moradores. A estratégia é produzir um espaço de tal maneira controlado, que os moradores sejam reduzidos à passividade e ao silêncio, e o que é mais importante essa estratégia não se coloca de forma explícita (LEFEBVRE, 2008).

Nesse sentido, uma das transformações que a cidade produz na vida dos habitantes é o isolamento – é como estar sozinho no meio da multidão. Isto porque as relações são fragmentadas, o modo de vida dilui os contatos. A falta de um amigo é um fato na cidade, principalmente na grande cidade. A comunicação com o outro aparece como uma necessidade.

A cidade possui um ritmo e um tempo. O ritmo é diferente (principalmente na grande metrópole) do ritmo biológico. O tempo na cidade é diferente do tempo do campo, ou seja, não é dado pela natureza, pelas estações do ano, nem pelo clima. A vida é normatizada pelo uso dos relógios e as atividades na e da cidade, se desenvolvem no período de 24 horas, independente do clima, das condições físicas ou mesmo biológicas (CARLOS, 2011).

Para Lefebvre (2008, p. 87),

O tempo e o espaço do período agrário são acompanhados de particularidades justapostas: as dos sítios, dos climas, da flora e da fauna, das etnias humanas etc. O tempo e o espaço da era industrial tenderam e ainda tendem para a homogeneidade, para a uniformidade, para a continuidade constrangedora. O tempo e o espaço da era urbana tornaram-se diferenciais (...).

O ritmo da cidade é um ritmo fabricante, dos signos que emitem ordem. O tempo é social diferencial construído pelas relações produtivistas. O tempo passa a medir a vidas das pessoas, o seu relacionamento com o outro, uma relação coisificada, mediada pelo dinheiro e

pela necessidade de ganhá-lo. O ritmo da cidade marca a vida das pessoas, que estas perdem a identificação com o lugar e com outras pessoas.

A vida das pessoas se modifica com a mesma rapidez que se reproduz a cidade: o lugar da festa muitas vezes desaparece, os pedaços da cidade são vendidos como mercadorias, árvores são destruídas, praças transformadas em concreto, nascentes de rios aterrados. Esse modo de vida produz o inverso: joga nas ruas as crianças roubando, usando drogas, se prostituindo, formam as chamadas “galeras” etc.

Os habitantes parecem perder na cidade suas próprias referências. O mundo dos homens e das mulheres é cada vez mais o mundo da mercadoria e do que é possível comprar. A relação das pessoas – mediada pelo dinheiro – passa pela relação das coisas. O andar apressado, o olhar distante, indiferente e frio, um único pensamento: chegar depressa em algum lugar, muitas vezes sem mesmo saber aonde chegar. São papéis que assumimos ou nos são impostos pela sociedade urbana hoje (CARLOS, 2011).

A cidade passa a ser o mundo das coisas. E o homem é avaliado pela sua capacidade de ter coisas. “O mundo trata melhor quem se veste bem”. O homem é visto, avaliado e respeitado a partir de uma aparência produzida. Estes são os valores urbanos. E a sociedade urbana os impõe. Por isso, pensar para além das aparências significa refletir o fato de que a cidade é sempre tratada como algo caótico.

A cidade também apresenta uma heterogeneidade entre o modo de vida, as formas de morar e o uso dos terrenos por várias atividades econômicas. Os contrastes podem até chocar. Por um lado a favela em terrenos onde não vigora a propriedade privada da terra. Do outro, os apartamentos da classe média e os de alto padrão, os sobrados e as mansões em ruas arborizadas (CARLOS, 2011).

O colorido da cidade é bem diferenciado: ora é cinza (do concreto), passando pelo vermelho (das ruas sem asfalto, das vertentes desnudas sem cuidado) até o verde das ruas arborizadas. Existe também o plano do sítio urbano que ora se apresenta ordenado (plano quadrangular ou radiocêntrico em torno de uma praça) ou desordenado (o traçado onde as ruas seguem sem um desenho coerente, onde os becos, vielas se multiplicam. Os bairros pobres e os bairros populares.

O uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz, cotidianamente, de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social. Uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados. É nesse contexto que se coloca a cidade como o palco privilegiado das lutas de classe. Como consequência, surgem os movimentos sociais

urbanos pelo direito à cidade no seu sentido pleno – o habitar e tudo o que isso implica, não se restringindo apenas à luta por equipamentos urbanos (CARLOS, 2011).

Mas apesar do caos, a cidade contém possibilidades. E são essas possibilidades que vão garantir o direito à cidade. O “Direito à Cidade” é um conceito criado por Henri Lefebvre em 1968, o qual significa o conjunto de exigências legítimas para a existência de condições de vida satisfatórias, dignas e seguras nas cidades, quer para os indivíduos, quer para os grupos sociais. Esse direito inclui os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Inclui também o direito à liberdade de reunião e organização, o respeito às minorias e a pluralidade ética, racial, sexual e cultural; o respeito aos emigrantes e a garantia de preservação da herança histórica e cultural.

O que o direito à cidade vem instaurar é a necessidade de uma reconfiguração dos espaços, onde os cidadãos possam exercer práticas de cidadania, no domínio do espaço público. Ele envolve uma política do espaço, mas também vai para além dela, supõe uma análise crítica de toda a política espacial e abre uma outra via social bem diferente: a criação de diferentes práticas espaciais e as relações sociais espacializadas daí decorrentes.

O direito à cidade constitui um grito de exigência, um apelo, um desejo ético e político insistente, face ao crescente afastamento e alienação dos habitantes para com a sua cidade. Esse direito implica reinventar radicalmente as relações sociais do capitalismo e da estrutura espacial da cidade. Neste sentido, para Lefebvre (2001) a cidade não é simplesmente o espaço material, mas um sentimento integral de espaço urbano enquanto contexto físico, de relações sociais e vida quotidiana. O direito à cidade é um projeto humano social, coletivo, cujo sucesso está na interação, na cooperação e nas relações afetivas dos seus habitantes.

1.2 A cidade no Brasil

No Brasil, o desenvolvimento da vida urbana é relativamente recente, visto que no período colonial, com exceção de alguns núcleos que se localizavam ao longo da faixa litorânea ou em suas proximidades, a vida econômica era baseada em atividades agrárias e a maioria da população concentrava-se no campo.

O processo de urbanização que foi desencadeado no Brasil se deu em paralelo à consolidação da nação, depois que movimentos separatistas ou republicanos existentes no país foram, de certa forma, controlados desde os pampas gaúchos até os seringais paraenses, das

Minas Gerais decadentes da mineração à economia açucareira em crise permanente em Pernambuco (FERNANDES; NEGREIROS, 2004).

No entanto, somente após a constituição das condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil foi que a urbanização tomou impulso, por meio da chamada Lei da Terra de 1850 e da abolição efetiva da escravidão. A Lei da Terra estabeleceu a propriedade privada, regulamentou a imigração estrangeira e normatizou a associação entre o atraso e a modernização, ao manter o caráter patrimonialista e elitista que passou a prevalecer, desde então, na formação social brasileira. A abolição reduziu a competição entre o trabalho escravo e o trabalho livre, possibilitando a dominação das relações assalariadas no país (FERNANDES; NEGREIROS, 2004).

Vale ressaltar que as migrações internacionais foram, no início do processo de urbanização brasileira, estimuladas e subsidiadas pelo Estado, e tinham como principal destino Rio de Janeiro e São Paulo na região Sudeste. Estima-se que somente entre 1889 e 1890, chegaram ao Brasil cerca de 1,2 milhões de imigrantes estrangeiros (BASSANEZI, 1995).

A urbanização (enquanto fenômeno relevante para a consolidação das relações sociais capitalistas) iniciou quando a indústria substituiu a produção agroexportadora como principal fator de acumulação, quando o antagonismo campo-cidade foi minimizado e quando se desencadeou uma efetiva integração do mercado nacional.

Até então, as vilas e as cidades no Brasil funcionavam como meras locações, de onde o capital comercial controlava as atividades econômicas e o trabalho escravo da colônia. Estes pequenos núcleos, segundo Oliveira (2000), podiam ser entendidos como lugares não produtivos, articulados aos diferentes sistemas regionais, baseados em ciclos econômicos, os quais recebiam suporte administrativo e de controle necessários à exportação. As suas articulações comerciais eram mais intensas com o exterior do que entre as regiões do país.

Esse isolamento das economias regionais levou pensadores como Furtado (1958) e Guimarães Neto (1989) a evocarem a imagem de um arquipélago de regiões, para caracterizar a economia brasileira nesse período.

Nesse sentido, Santos (2009) reafirma que o Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíram, segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um

desses subespaços, polos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si uma escassa relação, não sendo interdependentes.

Somente a partir da segunda metade do século XIX, com o Segundo Reinado, após o período regencial (1840-1889) e início da República Velha (1889-1930), é que esses arquipélagos ampliaram suas conexões mercantis. Até esse período era somente a força centralizadora do Estado que garantia a integração da nação.

A grande expansão da economia cafeeira e o expressivo aumento da industrialização substitutiva de importações de bens de consumo não duráveis possibilitaram uma ampliação das articulações entre esses arquipélagos regionais. Entretanto, essas conexões existentes entre eles não deixaram de ser frágeis.

A urbanização nesses sistemas regionais agroexportadores apresentava um baixo nível de primazia urbana. A rede urbana estava concentrada em um pequeno número de cidades, embora de grande porte, ao longo da costa atlântica.

Até 1890 existiam apenas três cidades com mais de 100 mil habitantes: Rio de Janeiro (523 mil), Salvador (174 mil) e Recife (112 mil). O Rio de Janeiro além de ser a capital nacional, também desempenhava o papel de cidade primaz. Esta sediava a mais importante indústria, o mercado financeiro e o maior mercado de consumo e de trabalho do país, até quando São Paulo revitalizou esta posição nas primeiras décadas do século XX (FERNANDES; NEGREIROS, 2004).

São Paulo que possuía em 1890 cerca de 65 mil habitantes, passou a um crescimento nos dez anos seguintes a uma taxa média de 14% ao ano, atingindo 240 mil habitantes em 1900 e 579 mil em 1920. Na segunda metade da década de 1920, São Paulo substituiu o Rio de Janeiro como cidade primaz, mesmo estando localizada fora da faixa litorânea.

Este cenário inicia uma profunda mudança na rede urbana brasileira, a qual começa experimentar, paralelamente à evolução do estado nacional e da atenção que veio receber a construção de um projeto nacional de desenvolvimento. Por outro lado, os desequilíbrios regionais começaram se aprofundar. O Sudeste passou a responder por mais de dois terços (67,5%) do PIB (Produto Interno Bruto) em 1949, sendo São Paulo responsável por mais da metade dessa parcela (36,4%), enquanto que o Nordeste contribuía com menos de 14%. O crescimento acelerado do Sudeste, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, estimulou a emigração das regiões estagnadas e áreas rurais, o que impulsionou a urbanização e o

processo de metropolização, sendo São Paulo o principal destino da maior parcela dessa migração.

No período de 1940 a 1950 São Paulo apresentou um saldo migratório positivo na ordem de 6,1%, enquanto que no Rio de Janeiro a população declinava. Em 1950, a região metropolitana de São Paulo já estava configurada, concentrando quase a metade (48,6%) da população urbana do Estado (SINGER, 1974).

Em 1960 São Paulo já havia ultrapassado o Rio de Janeiro tornando-se a maior cidade brasileira, com uma população de cerca de 3,8 milhões de habitantes, contra 3,3 milhões no Rio de Janeiro.

De 1920 a 1940, com o crescimento das indústrias, outras cidades apresentaram crescimento populacional como Salvador com 290 mil habitantes, Recife com 348 mil, Porto Alegre com 276 mil e Belo Horizonte com 214 mil. Nesse período, Belém, por conta do colapso do ciclo da borracha, apresentou diminuição de sua população.

O Brasil experimentou um crescimento urbano mais acelerado a partir dos anos de 1950, quando as áreas urbanas abrigaram 36,16% do total de população brasileira. Esses valores se elevaram para 44,64% em 1960, após 10 anos de crescimento médio de 2% ao ano. Entre 1950 e 1960 a população urbana cresceu de 18,8 milhões para 31,5 milhões de habitantes, ao tempo em que chegou a 2.763 o número de centros urbanos existentes no país, comparado com o total de 1.887 registrados em 1950.

Apesar de em 1950 as cidades com população inferior a 20 mil habitantes representarem quase 95% da rede urbana, e em 1960 esse número diminuir para 94%, houve nesse período um crescimento dos maiores centros, que saltaram de 96 para 172, elevando a parcela de 5,1% para 6,2% do total das cidades existentes até o presente momento.

Em 1960, 31 cidades possuíam população superior a 100 mil habitantes, das quais 6 tinham 500 mil habitantes ou mais, e duas com um milhão ou mais de pessoas. A criação de Brasília como capital nacional em 1960, acompanhada da implantação de uma intensa malha de infraestrutura de transporte, energia e comunicação no Centro-Oeste, no Nordeste e na Região Norte, contribuiu para o crescimento da urbanização no interior do país, como parte da estratégia urbana articulada à expansão da fronteira agrícola, em direção ao interior, porém com bases capital-intensivas.

Em 1970, com a influência de Brasília, a rede urbana refletia uma integração regional. O Centro-Oeste saltou para 4% do total das cidades da rede, abrigando um total de 303

centros com mais de 20 mil habitantes. O Estado de São Paulo sozinho possuía mais da metade da população de todo o Sudeste (62%), bem acima do Nordeste (19%) e a do Sul (13%).

Na década de 1970, existiam nove regiões metropolitanas que juntas somavam 54% da população urbana do Brasil que residia em cidades com mais de 50 mil habitantes: Belém (no Norte), Salvador, Recife e Fortaleza (no Nordeste), São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (no Sudeste) e Porto Alegre e Curitiba (no Sul).

A partir dos anos 70, o processo de urbanização alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 50, se teve primeiro uma urbanização aglomerada, com o aumento do número - e da população respectiva – dos núcleos com mais de 20.000 habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para alcançar depois, o estágio de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno de meio milhão de habitantes).

Em 1970, o Censo Demográfico registrou pela primeira vez, no processo da urbanização brasileira, que a população urbana tinha superado a rural. Do total de 93.139.037 de pessoas que habitavam o Brasil nesse período, 52.084.984 (55,92%) moravam em áreas urbanas (Tabela nº 01).

Tabela nº 01 - Evolução da população urbana do Brasil nas décadas de 1940 a 2010.

PERÍODO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	GRAU DE URBANIZAÇÃO	INCREMENTO MÉDIO ANUAL
1940	41.236.315	12.880.182	31,24	-
1950	51.944.397	18.782.989	36,16	590.271
1960	69.930.293	31.214.700	44,64	1.243.181
1970	93.139.037	52.084.984	55,92	2.087.028
1980	119.502.716	80.436.419	67,31	2.835.144
1991	146.285.475	110.990.990	75,59	2.777.688
2000	169.544.443	137.697.439	81,22	2.967.383
2010	190.755.799	160.925.792	84,36	2.322.835

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Em 1980, o grau de urbanização subiu para 67%. Existiam 3.991 centros urbanos, dos quais 87% com menos de 20 mil habitantes, 10,1% com entre 20 a 100 mil e apenas 2,4% (95 cidades) com mais de 100 mil habitantes.

Em 1991 o grau de urbanização se elevou para 75,59%, enquanto a população rural diminuiu a uma taxa de 0,6% e 0,7%. Entre 2000 e 2010 houve uma redução do incremento médio para 2.322.835 habitantes, com a população urbana apresentando, pela primeira vez, uma redução no seu ritmo de crescimento (Tabela nº 01).

Portanto, quando a indústria passou a substituir a agricultura, acelerando o processo de urbanização e aprofundando a divisão social do trabalho e a integração do mercado nacional, as cidades cresceram, tornaram-se mais complexas e mais diversificadas. Somam-se a isso os efeitos da globalização sobre a rede urbana brasileira, ocasionando não somente as criações urbanas recentes, como também a refuncionalização dos centros preexistentes.

A globalização se manifesta de diferentes modos e por intermédio de diversos agentes sociais. Segundo Corrêa (2006, p. 260-261), a globalização concretizou-se no Brasil, mesmo que desigualmente no tempo e no espaço, por meio da(s):

- a) industrialização que gerou, a partir da segunda metade da década de 1950, uma crescente produção de consumo durável e consumo não durável;
- b) urbanização, tanto em termos quantitativos como qualitativos, isto é, o aumento da população urbana e a crescente adoção de um comportamento urbano, inclusive novos padrões de consumo;
- c) maior estratificação social que, entre outros aspectos, incidiria sobre maior complexidade na esfera do consumo;
- d) melhoria geral e progressiva na circulação de mercadorias, pessoas e informações, envolvendo o reaparelhamento de alguns portos, a integração rodoviária do país e a criação de uma moderna e eficiente rede de telecomunicações;
- e) industrialização do campo, implicando reestruturação fundiária nas relações de produção, nos sistemas agrícolas, em novos cultivos, dos quais o da soja é exemplar, no *habitat* rural, na paisagem agrícola, agora desprovida de homens, em breve, na criação de complexos agroindustriais;
- f) incorporação de novas áreas e refuncionalização de outras, como são exemplos a Amazônia, a partir dos anos 70 efetivamente subordinada à economia global, e as áreas de vegetação aberta, de campo e de cerrado que tenderam a se transformar de áreas pastoris em áreas agrícolas;
- g) mudanças na organização empresarial, com a constituição e /ou entrada de grandes corporações multifacetadas e multilocalizadas, estruturadas em rede envolvendo não somente o setor industrial, mas também as atividades bancárias, o comércio varejista e diversos outros serviços; essas mudanças afetaram também, em parte, as relações interempresariais, estabelecendo formas de controle indireto, como são as franquias e subcontratações;
- h) mudanças nos setores de distribuição atacadista e varejista, no qual o modelo tradicional de vendas a atacado foi substituído em grande parte por um modelo

que envolve relações diretas entre as empresas industriais por meio de suas filiais de vendas, e os varejistas; em parte, e visando o pequeno varejista que não dispõe de economias de escala, pelo moderno atacadista que dispõe de economia de escala e amplo alcance espacial, como se exemplifica com o grupo Martins, de Uberlândia; em relação ao comércio varejista, a difusão de shopping centers, mesmo em cidades médias, que teve, entre outros efeitos, de alterar padrões de comportamento espacial já estabelecido.

O processo de globalização que se concretiza no Brasil tende a ocorrer de forma integrada, criando um conjunto de impactos que ainda não se esgotaram, mas estão em pleno curso. São impactos que afetam, ainda que desigualmente, as formas, funções e os agentes sociais, alterando-os em maior ou menor grau e, no limite, substituindo-os totalmente. E simultaneamente a isso, a globalização implementa uma reestruturação espacial que se manifesta na recriação das diferenças entre regiões e centros urbanos, assim como nas articulações entre ambos.

Santos (2001) chama a atenção para a lógica da industrialização que prevalece no Brasil a partir dos anos 1940-1950. Para o Autor, o termo industrialização não pode ser entendido em seu sentido estrito, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, ou seja, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do País; por isso a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados.

Quanto ao fenômeno da macrourbaização e metropolização Santos (2001) considera que este ganhou importância fundamental principalmente: pela concentração da população e da pobreza, contemporânea da rarefação rural e da dispersão geográfica das classes médias; concentração das atividades relacionais modernas, o que inclui a crise fiscal; a “involução metropolitana”, com a coexistência de atividades com diversos níveis de capital, tecnologia, organização e trabalho; maior centralização da irradiação ideológica, com a concentração dos meios de difusão das ideias, mensagens e ordens; construção de uma materialidade adequada à realização de objetivos econômicos e socioculturais e com impacto causal sobre o conjunto dos demais vetores.

Agora, a metrópole está presente em toda parte, e no mesmo momento. A definição do lugar é, cada vez mais no período atual, a de um lugar funcional à sociedade como um todo. E paralelamente, através das metrópoles, todas as localizações tornam-se hoje funcionalmente centrais. Os lugares seriam, mesmo, lugares funcionais da metrópole.

No Brasil, grande pelo território e seus vastos recursos, portador de uma população numerosa, e país subdesenvolvido, mas industrializado, as marcas materiais, sociais e culturais do novo período se imprimem com mais força e com mais rapidez, acarretando resultados mais notáveis que em outras nações: grande crescimento, baseado em considerável desenvolvimento material e, como contraponto, no campo social e político, uma evolução negativa, levando ao desenvolvimento simultâneo de uma classe média relativamente numerosa e de uma extensa pobreza (SANTOS, 2001).

O desenvolvimento metropolitano brasileiro veio, portanto, acompanhado de problemas sociais e ambientais, tais como a falta de moradias e favelização, a carência de infra-estrutura urbana, o crescimento da economia informal, a poluição, a intensificação do trânsito, a periferização da população pobre, a ocupação de áreas de mananciais da planície de inundação dos rios, e de vertentes de declive acentuado.

A crescente urbanização da humanidade, conforme destaca Lombardo (1985), e em particular a do Brasil, constitui uma preocupação de todos os profissionais e segmentos ligados à questão do meio ambiente, pois as cidades avançam e apresentam um crescimento rápido e sem planejamento adequado, o que contribui para uma maior deterioração do espaço urbano.

Legitimada pela ideologia do crescimento, a prática da modernização a que vimos assistindo no Brasil, desde o chamado “milagre econômico”, conduziu o País a enormes mudanças econômicas, sociais políticas e culturais, apoiadas no equipamento moderno de parte do território e na produção de uma psicoesfera tendente a aceitar essas mudanças como um sinal de modernidade. Tal conjunto, formado pelas novas condições materiais e pelas novas relações sociais, cria as condições de operações de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, que agem na esfera da produção, da circulação e do consumo e cujo papel direto ou por intermédio do poder público, no processo de urbanização e na reformulação das estruturas urbanas, sobretudo das grandes cidades, permite falar de urbanização corporativa (SANTOS, 2001).

Os habitantes urbanos, os novos e os antigos, reclamam por mais serviços, mas os negócios, as atividades econômicas também necessitam das chamadas economias de aglomeração, isto é, dos meios gerais de produção. O orçamento urbano não cresce com o mesmo ritmo com que surgem as novas necessidades. A ideologia do desenvolvimento que tanto apreciamos nos anos 50 e sobretudo a ideologia do crescimento reinante desde fins dos anos 60 ajudaram a criar o que podemos chamar de metrópole corporativa, muito mais preocupada com a eliminação das já mencionadas deseconomias urbanas do que com a produção de serviços sociais e com o bem-estar coletivo (SANTOS, 2001).

Lombardo (1985) salienta que a qualidade da vida humana está diretamente relacionada com a interferência da obra do homem no meio natural urbano. A natureza humanizada, através das modificações no ambiente alcança maior expressão nos espaços ocupados pelas cidades, criando um ambiente artificial. E como características cada vez mais marcantes das cidades, fatores como a elevada densidade demográfica, a concentração de áreas construídas, a pavimentação asfáltica do solo e as áreas industriais, podem provocar, dentre outras, alterações no clima local, essencialmente nos valores da temperatura do ar, como um componente bastante sensível para os cidadãos.

Mota (1999) acrescenta também, que o intenso processo de urbanização traz, como consequência, sérias alterações ao ambiente urbano, os quais se evidenciam principalmente pelo desmatamento; movimentos de terra; impermeabilização do solo; aterramento de rios, riachos e lagoas; poluição ambiental e alterações de caráter global como efeito estufa e destruição da camada de ozônio.

É importante considerar que, no conjunto das cidades brasileiras, as cidades médias, como Parintins (AM), se apresentam como foco de atração tanto populacional quanto de atividades econômicas especializadas. Assim, pela difusão da oferta de “melhor qualidade de vida”, esses centros urbanos, que atraem tanto as camadas médias da sociedade que procuram fugir dos transtornos das grandes cidades, como no caso específico de Parintins, que atrai também pessoas das áreas rurais, pela falta ou deficiência de políticas públicas para o campo, vêm passando por intensas transformações socioespaciais.

A urbanização sem planejamento criou uma situação caótica nas principais capitais do país e suas regiões metropolitanas, com aumento da pobreza e da violência. O processo de modernização da economia brasileira até os dias atuais, não levou à superação da pobreza e das desigualdades sociais. A modernização aprofundou as desigualdades já existentes geradas num passado distante, pois esteve apoiada numa maior concentração de renda. Apesar da

expansão das camadas médias, que apresentam um bom poder aquisitivo e contribuíram para a expansão do mercado consumidor, a diferença de rendimentos entre ricos e pobres é hoje muito maior do que no início da modernização.

É dessa forma que se desenvolve a trama, ou talvez o drama da urbanização nos países periféricos sob o modo de produção capitalista, em particular o Brasil, um processo muito acelerado que ocorre sem que as condições mínimas necessárias para o seu desenvolvimento sejam respeitadas, como infraestrutura e planejamento, o que implica consequências graves.

As experiências vivenciadas pelo Brasil no período colonial persistem nos dias atuais, porém, com outra roupagem. A oposição entre os senhores de engenho e os escravos foi substituída pela relação entre o empregador e o empregado. A distância entre a Casa Grande e a Senzala foi substituída pelo centro e a periferia. O Estado e os agentes imobiliários continuam criando espaços particulares que diferencie e separe as classes com maiores e menores condições financeiras (CORRÊA, 2002).

1.2.1 Hierarquia e rede urbana brasileira

No processo de urbanização do Brasil, a rede urbana passou a ser um meio pelo qual a produção, circulação e consumo se realizam efetivamente.

Por meio da rede urbana e da crescente rede de comunicações a ela vinculada, regiões distantes puderam ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial. Por meio da rede urbana, decisões, investimentos e inovações circulam descentemente, criando e transformando, constante e desigualmente (de acordo com a dinâmica interna do capitalismo), atividades e cidades (CORRÊA, 2006).

A rede urbana é um reflexo, na realidade, de efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multinacionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos. Essas diferenciações condicionam novas ações (CORRÊA, 2006).

Nos países subdesenvolvidos como o Brasil, a rede urbana pode ser vista, em parte, como um conjunto de cidades que exercem um papel de intermediação diferenciada de decisões geradas fora da rede urbana nacional. Ou seja, muitas vezes a sede de decisões se localiza nos países denominados centrais. Neste sentido, a própria rede urbana é, através da

função de intermediação, parte da divisão internacional do trabalho. Entretanto, existem alguns países ou regiões que apresentam uma relativa autonomia nacional ou regional, ou seja, é onde a divisão territorial do trabalho se apresenta parcialmente derivada de decisões e interesses internos, sediados nas metrópoles nacionais ou regionais e, em alguns casos, nas capitais nacionais (CORRÊA, 2006).

A rede urbana se caracteriza por diferentes formas espaciais de suas unidades funcionais: área metropolitana (uma metrópole e suas cidades-dormitórios e núcleos especializados fisicamente interligados); aglomeração urbana pela geminação de duas ou mais cidades de mesmo porte ou como miniatura de uma área metropolitana; cidade-dispersa (formada por um conjunto de cidades muito próximas uma das outras e dotado de funções especializadas e complementares entre si, caracterizando um desdobramento de funções urbanas); cidades médias e pequenas e minúsculos locais em torno de um ou dois estabelecimentos comerciais e de serviços.

Christaller (1966) contribui para o entendimento sobre a classificação das cidades pela sua posição dentro de uma hierarquia com a seguinte pergunta: existem leis que determinam o número, tamanho e distribuição das cidades? Segundo ele, é claro que para a criação, desenvolvimento e declínio das cidades de fato ocorrerem, deve existir e também acabar uma demanda para os produtos oferecidos pelas mesmas. Neste sentido, os fatores econômicos são decisivos para a existência das cidades.

Para entender o número, tamanho e distribuição das cidades deve-se olhar o significado de uma cidade e a geografia dos arranjos, ou seja, deve-se olhar para um sítio como um lugar que tenha a função de ser o centro de uma região. Desse modo, cidades menores são vistas como o centro de uma redondeza rural e a mediadora do comércio local com o resto do mundo. Já os centros de ordem superior são encontrados em cidades maiores que passam a ter, além da função designada aos centros menores, a função de suprir aquelas demandas que as cidades menores não são capazes de suprir (CHRISTALLER, 1966).

Friedman (1964) apresenta uma hierarquia funcional de cidades da seguinte forma: 1) cidade primaz - entendida como o principal centro de manufatura e serviços altamente especializados (financeiro, ciência, comunicação e governamentais), bem como áreas que tenham maiores mercados potenciais; 2) cidades regionais - que se compreendem dentro do raio de influência da cidade primaz, podendo ser ofertantes de serviços regionais e/ou importantes centros comerciais e industriais, além de centros administrativos regionais; 3) cidades sub-regionais - são geralmente centros comerciais sub-regionais e ocasionalmente

importantes centros industriais, além da possibilidade de servirem como capital de uma subdivisão política importante; 4) cidades locais - são aquelas que provêm um limitado número de serviços essenciais para áreas rurais imediatamente ao seu redor, podem ter algumas manufaturas que serão usualmente relacionadas com o processamento das matérias-primas da agricultura local. Podem surgir neste contexto hierárquico cidades satélites direcionadas para economias mais simples ou atividades como manufatura, educação, entretenimento e administração.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou um estudo denominado de REGIC – Rede de Influência de Cidades, que mostra como está estruturada a hierarquia e a rede urbana brasileira. Dessa maneira, o IBGE classificou as cidades em 5 níveis, sendo que alguns têm subdivisões. Vamos a eles:

1) Metrópoles – São cidades que têm forte poder de influência sobre uma escala maior de cidades, além de suas fronteiras estaduais. São reconhecidas 12 metrópoles, sendo as mesmas divididas em três subníveis:

- a) Grande Metrópole Nacional: A cidade de São Paulo é única nesse nível.
- b) Metrópole Nacional: Rio de Janeiro e Brasília são as cidades que fazem parte desse nível.
- c) Metrópole: São 9 cidades nesse nível, sendo elas Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.

2) Capital Regional – Neste nível, são 70 cidades em que a escala de influência restringe-se somente ao âmbito regional e estadual. Esse nível também possui três subdivisões:

- a) Capital Regional A: nível constituído por 11 cidades brasileiras, com uma população média de 955 mil habitantes.
- b) Capital Regional B: constituído por 20 cidades, com uma média de população de 435 mil habitantes.
- c) Capital Regional C: constituído por 39 cidades, com uma média populacional de 250 mil habitantes.

3) Centro sub-regional: São 164 cidades que compõem esse nível, sendo que a escala de influência delas gira em torno da escala regional, geralmente nos municípios circunvizinhos. Esse nível possui duas subdivisões:

- a) Centro sub-regional A: são 85 cidades, com uma média populacional de 95 mil habitantes.

b) Centro sub-regional B: constituído por 79 cidades, com uma população média de 71 mil habitantes.

4) Centro de zona – é um nível hierárquico composto por 556 cidades de pequeno porte, com um poder de influência bem restrito a municípios próximos, subdividindo-se em:

a) Centro de Zona A: formado por 192 cidades, com média populacional de 45 mil habitantes.

b) Centro de Zona B: composto por 364 cidades, com a população estando numa média de 23 mil habitantes.

5) Centro local – é formado pelas demais 4473 cidades brasileiras, com um poder de influência que não extrapola seus limites municipais, com a população sempre abaixo de 10 mil habitantes.

1.3 A cidade na Amazônia

Na Amazônia, a produção do espaço urbano cria a possibilidade de novos modos de vida resultantes do embate entre as várias formas de relações sociais que são imbricadas no novo e no velho que se opõem, se contradizem e se completam, dando origem a outras formas de viver. Nesse sentido, a paisagem urbana não se resume apenas ao aparente, ao construído, ela também contém história, enquanto produto do trabalho do homem. A paisagem é o resultado das relações sociais de produção e, principalmente, contém vida, sentimentos e emoções que se traduzem no cotidiano das pessoas. Tais relações são portadoras de profundidade e leveza, valendo a pena, por isso mesmo, compreendê-las (OLIVEIRA, 2000). É com este querer e propositura da compreensão da produção das cidades amazônicas que se deseja implementar, mesmo que de forma breve, esta reflexão.

Segundo Oliveira (2000), há uma tendência do capital em produzir o espaço, em particular o espaço amazônico, desconsiderando o passado enquanto dimensão do vivido e não levar em consideração o futuro enquanto possibilidade. Para o autor, ambos são aniquiladores pelo imediatismo das ações, e neste processo não só se destrói a natureza como também modos de vida.

O espaço urbano que se produz hoje na Amazônia introduz a mediação do mercado e da terra enquanto mercadoria na relação do homem com a natureza, visando a garantia da reprodução para o capital na forma mais predatória. Assim, a cidade é um valor de uso

complexo, importante para a produção e circulação de mercadorias e, no entanto, ela em si mesma, não é uma mercadoria (RIBEIRO, 1997).

Corrêa (2006) ao analisar a rede urbana da Amazônia, considera que esta teve início na primeira metade do século XVII, quando foi implantado o seu primeiro núcleo urbano, passando por um processo de transformação que é suscetível de periodização. A periodização da organização espacial é considerada pelo autor como a história espacializada, espacializando-se e a espacializar-se.

Na Amazônia, a diferenciação dos tempos espaciais é muito marcante no âmbito da rede urbana, o que possibilita falar em seguimentos “velhos”, que possuem um tempo espacial longo, e os seguimentos “novos”, exemplificados com as cidades ribeirinhas, de um lado, e as cidades e os embriões urbanos, de outro, que surgiram recentemente ao longo dos grandes eixos que rasgaram a Amazônia (CORRÊA, 2006).

Corrêa (2006) considera que, apesar de não se verificar na Amazônia uma hierarquia de centros que se aproxime daquela proposta por Christaller, de a maioria dos centros urbanos ser pequena, tradicionalmente indiferenciada e desigualmente distribuída, de as articulações entre eles serem fracas em termos de intensidade e frequência, de haver uma acentuada primazia, contrariando assim o modelo da regra ordem-tamanho, indica apenas uma coisa: que a rede urbana da Amazônia reflete e reforça as características sociais e econômicas regionais, incorporando através dos padrões de localização dos centros urbanos, de suas funções e de sua dinâmica, os diferentes tempos espaciais que estão presentes nos diversos seguimentos da rede urbana.

Por conta disso, Corrêa sugere que,

A rede urbana da Amazônia deve ser analisada considerando-se, a inserção, a cada momento da região, em um contexto que é externo a ela, seja internacional, nacional ou abrangendo ambos, bem como considerando-se a existência, conflitiva ou não, das cristalizações urbanas resultantes das internalizações dessas diversas inserções no mundo externo a ela (2006, p. 190).

Em sua análise sobre a rede urbana da Amazônia, Corrêa (2006) apresenta uma periodização do processo de urbanização da região, que revela as diversas combinações desiguais dos elementos que a compõem, e cada uma dessas combinações resultando num período. Nesse sentido, o período inicial se dá com a implantação da cidade de Belém e o início da conquista do território.

O segundo período é caracterizado pela expansão dos fortes e a criação de aldeias missionárias, embriões das futuras cidades, estendendo-se da metade do século XVII à metade do século XVIII.

O terceiro e curto período, é marcado por um relativo e importante desenvolvimento da vida econômica e urbana sob a égide da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, estendendo-se da metade do século XVIII ao final dos anos 70 do mesmo século.

O quarto período relativamente longo, que se estende do final do século XVIII à metade do século XIX e que é caracterizado por uma estagnação econômica e urbana.

O período do *boom* da borracha, marcado pela expansão e riqueza urbanas, estende-se da metade do século XIX ao final da Primeira Guerra Mundial.

Um período de estagnação, após a crise da borracha, que se estende, aproximadamente de 1920 a 1960. E um período atual, iniciando da década de 1960 e que ainda perdura, caracterizado por um intenso processo de mudança econômica e urbana.

Oliveira e Schor (2008) consideram que na história de formação das cidades na Amazônia, quando os europeus iniciaram o processo de colonização da Região, esta não era um vazio demográfico e a ocupação não de dava na forma de aglomeração. A ocupação que inicia a partir do século XVII até meados do século XIX com a construção do Forte do Presépio e mais tarde Belém, configura-se como estratégia de defesa e conquista territorial e como ponto de apoio para a interiorização da região, até atingir a vila de São Francisco Xavier de Tabatinga (localizada 3.000 km a oeste da foz).

Nos quase três séculos após a criação do primeiro forte, o processo de criação de cidades e sua dinamização na Amazônia é considerado incipiente. Surgem pequenos aglomerados dispersos nas margens dos rios, exercendo papel de defesa e se constituíam no locus avançado do projeto civilizatório nem sempre concretizado (OLIVEIRA; SCHOR, 2008).

A partir do final do século XIX, com a exploração do látex, se intensificou a ocupação, por população indígena da parte mais oeste da Amazônia. Nos vales dos rios Madeira, Purus e Juruá foram criados povoados visando a servir de apoio à exploração do látex, e que posteriormente se transformaram em vilas e mais tarde em cidades.

Após o *boom* econômico da borracha, a região experimenta um período de crise que se inicia por volta de 1910 e se acentua na década seguinte estendendo-se até os anos de 1960.

Esse período de crise provocou um refluxo de parte dos migrantes para a região de origem. Alguns núcleos urbanos apresentaram crescimento relativo, como Marabá (em decorrência da castanha) e das cidades do Médio Amazonas, especialmente Santarém (no Pará), Parintins, Itacoatiara e Manacapuru (no Amazonas), em função da produção de juta (OLIVEIRA; SCHOR, 2008).

Na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas, houve a divisão territorial com a criação dos Territórios Federais do Guaporé (AC) e Rio Branco (RR). Na década de 1950, período em que foi criada a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), várias cidades foram criadas na Amazônia.

No que se refere à concentração e aumento populacional na Região Amazônica, em 1970 a cidade de Manaus concentrava 32,7% da população do Estado; em 1980 esse índice aumentou para 44,3%; em 1991, atingiu os 48%; em 2000 houve um breve crescimento de 49,9%; e em 2010 atingiu os 51,78%. Nesses mesmos períodos, Belém apresentou uma certa tendência à estabilidade em seu crescimento. Em 1970, 29,2% da população do Estado do Pará estava concentrada em Belém; em 1980, 26,9%; em 1991, já região metropolitana, Belém concentrava 28,31%; em 2000 houve um ligeiro crescimento passando para 29,00%; e em 2010 apresenta um percentual de 18,34%. A concentração da população nas capitais da Amazônia mostra que Macapá é a que possui o maior percentual (74,64%), seguida de Boa Vista (63,00%), conforme mostra a Figura nº 01.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2010.

Quanto ao número de habitantes nas cidades amazônicas, em 1991, somente 13 cidades possuíam mais de 50.000 habitantes e menos de 200.000. Essas cidades são: Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista, Macapá, Santarém, Marabá, Castanhal, Ananindeua, Itaituba, Abaetetuba, Araguaína, Gurupi e Ji-Paraná. Em 2000 o número de cidades com mais de 50.000 mil habitantes e menos de 200.000, aumentou para 23 cidades.

O número de cidades também vem aumentando na Amazônia: em 1960 existiam 165; em 1980 passou para 212; em 1991 foi para 264; e em 2000 atingiu 449. Na última década teve um acréscimo de 185 cidades. Em geral, são pequenos núcleos que se emancipam, com a ausência ou então com uma incipiente infraestrutura, tendo como base de suas economias, apenas o repasse de recursos públicos.

A Figura nº 02 mostra a taxa de urbanização dos Estados da Região Amazônica, onde no Amapá foi a maior (89,91%) em 2010. Ficando inclusive, acima da taxa da média brasileira, que foi de 84,81% na mesma data.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2010.

A Amazônia brasileira teve seu processo de urbanização muito acelerado, a partir da abertura das rodovias, na década de 1960 e, mais acentuadamente, na década de 1970. A estratégia de inserir esta região à esfera capitalista foi um dos fatores responsáveis por este processo, pois a meta era usar os núcleos urbanos como pontos logísticos para uma rápida ocupação (Becker, 1987; Becker, Miranda, Machado, 1990).

Muitas cidades nascem antes do campo, como base logística para a exploração dos recursos naturais por meio de grandes projetos. Essa ocupação, espontânea ou dirigida, ocorrida através da abertura de rodovias e da implantação de grandes projetos agropecuários, de mineração e hidrelétricos ligados à industrialização, produziu na esfera produtiva e nas relações de produção da região amazônica, mudanças que podem ser observadas em sua rede urbana, que se transforma e se complexifica para dar conta de integrar-se na divisão nacional e internacional do trabalho dentro da fase atual do capitalismo (CORRÊA, 2006).

Assim, muitos núcleos urbanos foram criados na Amazônia, visando principalmente servir de suporte para a implementação de grandes projetos e de colonização induzida. É a fronteira, que segundo Becker (1990), nasce urbana, e que pode ser entendida enquanto logística para a rápida ocupação da Região, antecipando muitas vezes, a expansão de várias frentes, e impulsionada pelo incentivo aos grandes empreendimentos e pela política de migração induzida e financiada pelo Estado.

A visão da Amazônia no início do século 21 apresenta padrões e arranjos espaciais de uma Amazônia diferente, pois em meio à floresta tropical um tecido urbano complexo se estruturou, levando à criação e ao uso do termo “floresta urbanizada” por pesquisadores que estudam e acompanham o processo de ocupação da região (BECKER, 1995).

A espacialidade das cidades na Amazônia revela as diferentes estratégias dos agentes produtores do espaço urbano, que buscam, a partir das condições concretas, defender seus interesses o que, segundo Oliveira e Schor (2008), permite compreender a paisagem não apenas como resultado das determinações das políticas do estado e das relações sociais de produção, mas principalmente como depositária de vida, sentimentos e emoções evidenciadas no cotidiano das pessoas.

Nesse sentido, diz Oliveira (2000) que,

Nas pequenas cidades amazônicas, mais do que em qualquer lugar, a memória não se encontra no espaço social que se está construindo, mas nos seus construtores, pois cada fragmento do que se produz contém uma parte de quem o faz. É o processo do construir construindo-se, dando a dimensão do não acabado. Neste sentido, a cidade é o lugar do vivido, mas de um vivido espedaçado em que a memória não detém a ação do produzir o espaço, havendo no processo de criação da cidade a predominância do esquecimento e do desenraizamento (p. 159).

No que se refere às tipologias das cidades na Amazônia, Vicentini (1994) destaca as cidades tradicionais, cidades da colonização, cidades espontâneas vinculadas ao garimpo ou a projetos extrativistas e as company towns. Trindade Jr. (1998) por sua vez, ressalta o

dinamismo das cidades ligadas aos setores da mineração, indústria madeireira, siderurgia e à construção civil, o que, segundo o autor, alterou as redes urbanas regionais. Essas cidades apesar da especificidade que cada uma tem, possuem um ponto em comum: surgiram para desenvolverem suas atividades econômicas voltadas para os interesses externos. E muitas dessas cidades, em especial as das empresas mineradoras, as dos projetos agroindustriais etc., após o término dessas atividades, ficam insustentáveis.

Quanto às pequenas cidades localizadas às margens dos rios, estas apresentam um padrão urbano característico: as ruas e os caminhos sempre terminam no porto. A rua da frente ou a rua primeira é onde estão localizadas as melhores casas, e nas ruas de trás, os casebres cobertos de palha. Essas cidades parecem ter sido criadas para serem vistas de longe, porque ao se chegar perto, a dimensão de beleza do primeiro olhar, se esvaia diante da situação caótica. O mesmo acontece com as cidades que são alcançadas por estradas, muitas vezes esburacadas, que depois de muito caminhar, a monotonia de uma paisagem de floresta aparentemente uniforme é quebrada (Oliveira, 2000).

Para Trindade Jr. et al (2008),

A presença de uma rua principal, quase sempre paralela ao rio define, de imediato, a localização de alguns equipamentos que integram a paisagem da cidade ribeirinha. Complementarmente ao rio, há uma franja de contato deste com a cidade propriamente dita. Não que o rio não seja parte constituinte da cidade, ele é, mas, ao mesmo tempo, ele também estabelece seu limite. A beira, assim, é um ponto de contato importante entre o rio e a pequena concentração urbana propriamente dita. Nela e a partir dela dispõe-se, de forma aparentemente caótica, um conjunto de objetos espaciais/geográficos, como armazéns, comércios, portos, feiras, trapiches e barcos; estes últimos, de tipos, cores e tamanhos variados (p.36).

Na Amazônia, o aumento acelerado do processo de urbanização teve como contrapartida a geração de uma série de impactos ambientais e sociais que passaram a comprometer cada vez mais o meio ambiente e a qualidade de vida da população. Entre as consequências do crescimento urbano, ressaltam-se a aceleração do desmatamento; a degradação dos recursos naturais; a pressão sobre a infraestrutura e equipamentos urbanos; a ausência de saneamento básico adequado que tem como consequência a proliferação de doenças infecto-contagiosas e está diretamente ligado à mortalidade infantil; à poluição dos rios principalmente pela falta de saneamento básico; à falta de destinação adequada para o lixo urbano que é depositado a céu aberto ou nos cursos de água; e à ocupação irregular de território que faz com que haja um aumento no número de pessoas vivendo em moradias insalubres.

Becker (2001) também ressalta que o crescimento da população urbana na Amazônia não foi acompanhado da implementação de infraestrutura para garantir condições mínimas de qualidade de vida. Como consequência, avolumam-se nas cidades problemas como baixos índices de saúde, educação, empregos e salários, aliados à falta de equipamentos urbanos. Os índices dos serviços urbanos na Amazônia estão muito abaixo da média brasileira.

Enfim, o ser humano para viver necessita ocupar um determinado lugar no espaço, porém, o ato em si não é meramente o de ocupar uma parcela do espaço, ele envolve o ato de produzir o lugar. Portanto, o urbano amazônico é o produto da produção dos seres humanos que aí vivem, é produto histórico, ao mesmo tempo em que é realidade presente e imediata.

CAÍTULO II – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PARINTINS

2.1 Antecedentes históricos

Procurar a origem primeira de uma cidade é como procurar a origem do ato arquetipo do homem que riscou a sua caverna. De acordo com Spósito (2000), para se entender o que é uma cidade nos dias atuais e compreender a complexidade de sua organização, de sua função, de sua produção, impõe-nos um olhar às suas origens e, a partir daí, tentar reconstruir, mesmo que resumidamente, a sua trajetória.

Nesse sentido, para uma melhor compreensão da formação das cidades e do processo de urbanização que ocorreram na Amazônia, e em particular em Parintins, faz-se necessário refletir sobre o papel que os primeiros núcleos coloniais desempenharam ao longo do processo de ocupação e apropriação do espaço regional. Esses núcleos populacionais, que mais tarde se constituíram em cidades amazônicas, resultaram de uma estratégia geopolítica que a Coroa Portuguesa imprimiu para o vasto território, por meio das fortificações e missões religiosas.

A fundação do que é hoje Parintins não fugiu a esta regra. Como muitos municípios brasileiros, Parintins foi primeiramente habitado por indígenas. Segundo Bittencourt (2001), a cidade localizada na margem direita do rio Amazonas é uma das ilhas onde viviam os Tupinambás, quando fugiram do Peru, por perseguições, voltaram a ocupar a região de onde haviam saído e que tinha o nome de Maracá.

Diz Bittencourt (2001) que em uma das viagens de exploração do governo português à região Amazônica, ficaram na referida Ilha o Capitão José Pedro Cordovil com seus escravos e agregados, isto por volta de 1796, para se dedicarem à pesca do pirarucu e também à agricultura. Nesse período iniciaram os plantios de tabaco, cacau, guaraná e maniva, de cujas raízes faziam a farinha de mandioca, o que se constituiu em um dos principais alimentos do amazonense. É nesse momento que se inicia o processo de produção de Parintins enquanto cidade.

Cordovil deu o nome a esse lugar de Tupinambarana. Segundo Cerqua (2009), a palavra Tupinambá tem o significado de homem viril, um homem forte. A palavra Tupinambarana significa “tupi não verdadeiro”, ou seja, os índios derivados de mestiçagem. E

foi um dos grupos entre os Tupis, chamado Parintintin, que deu origem ao nome da Serra de Parintins¹ e a partir desta, à Cidade.

Tupinambarana foi elevada à categoria de Missão em 1803 pelo Conde dos Arcos (Capitão-Mor do Pará), que deu a direção ao Frei José das Chagas, o qual substituiu o nome Tupinambarana por Vila Nova da Rainha.

Após a Independência do Brasil, Vila Nova da Rainha foi elevada à Freguesia com a denominação de Tupinambarana, pelo Decreto de 25 de julho de 1832, do Governo do Pará.

Em 24 de outubro de 1848, pela lei provincial do Pará nº 146, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com a denominação de Vila Bela da Imperatriz, e constituiu o município até então ligado a Maués.

Em 15 de outubro de 1852, pela lei nº 02, foi confirmada a criação do município. Em 14 de março de 1853, deu-se a instalação do município de Parintins. Em 24 de agosto de 1858 foi criada, pela lei provincial, a comarca, compreendendo os termos judiciários de Vila Bela da Imperatriz e Vila Nova da Conceição.

Em 30 de outubro de 1880, pela lei provincial nº 499, a sede do município recebeu foros de município e passou a denominar-se Parintins. O nome Parintins é em homenagem aos primeiros habitantes da Ilha Tupinambarana que foram os índios da tribo Parintintin.

A cidade de Parintins teve várias denominações: primeiro chamou-se Tupinambarana, depois Vila Nova da Rainha, mais tarde voltou novamente a Tupinambarana, depois Vila Bela da Imperatriz e, por último, quando elevada á comarca de cidade, passou a chamar-se Parintins.

2.2 Aspectos físicos

2.2.1 O município

O município de Parintins localiza-se na 9ª sub-região (Baixo Amazonas) de acordo com o ato das disposições constitucionais transitórias, da Constituição do Estado do Amazonas de outubro de 1989. Está assentado sobre formações quaternárias e terraços holocênicos, no setor oriental do Estado (Fig. 03). Possui uma área territorial de 5.952,378 km², com uma densidade demográfica de 17,14 hab/km² para 2010.

¹ Serra de Parintins é um morro localizado a jusante da cidade de Parintins, no limite com o Estado do Para, medindo 152 metros de altitude.

Figura 03: Mapa de localização de Parintins.

Org: Haralde Dinelly/Janeiro/2013.

Parintins faz limite ao norte com o município de Nhamundá; ao sul com município de Barreirinha; ao leste com o Estado do Pará e a oeste com o município de Urucurituba. O município possui quatro distritos que são: Mocambo, Caburi, Zé Açú e Maranhão.

O relevo do município tem sua cota máxima no lado Leste, na chamada Serra da Valéria (Serra de Parintins), com aproximadamente 152 metros, e no lado Oeste as terras altas do Paurá.

Ocorre a predominância dos solos Latossolo Amarelo Álico e Podzólico Vermelho Amarelo Álico, na terra-firme. Nas áreas de várzea, o domínio é dos solos de aluvião do tipo Gley Pouco Úmido Distrófico, apresentando fertilidade natural média e elevada.

No município o clima é equatorial quente úmido, umidade relativa do ar em torno de 71%, precipitação pluviométrica anual de 2.327mm, e insolação anual de 2.282,51. A temperatura mínima ao longo do ano é de 22,4°C, máxima de 35,5°C e média de 26,3°C. Apresenta duas estações diferenciadas, sendo: uma chuvosa chamada pela população de inverno, que se estende de dezembro a maio, e uma estação de estiagem chamada de verão que se prolonga de junho a novembro.

No inverno as águas do rio sobem no fenômeno denominado enchente e se sobrepõem às várzeas, levando os agricultores a ocuparem as terras firmes aproveitando para a prática das culturas de ciclo mais longo. No verão, os agricultores aproveitam a fertilidade do solo de várzea para cultura de ciclo curto.

Parintins faz parte do maior sistema fluvial do mundo, a Bacia Amazônica. O Rio Amazonas sendo o maior rio em extensão e volume de água do mundo, possui um deflúvio médio anual estimado em 250,00 m³/s. No trecho compreendido entre a foz do Rio Nhamundá e Parintins a sua largura é de aproximadamente 50 km. O grande rio representa a principal via de escoamento e abastecimento, a grande estrada hídrica que liga Parintins à capital do Estado e ao Oceano Atlântico.

Os rios mais importantes de Parintins são: Paraná do Ramos, Paraná do Espírito Santo, Paraná do Limão, Rio Uaicurapá, Rio Manurú, Lago do Macuricanã, Lago do Aninga, Lago do Parananema, Lago do Macurani e a Lagoa da Francesa. Estes quatro últimos são de vital importância quanto à sua preservação, uma vez que banham a sede municipal e estão mais suscetíveis à depredação e à poluição.

A vegetação do município é característica, não divergindo da existente em toda a Amazônia, isto é, Floresta Perenifólia Hileiana Amazônica, que corresponde à floresta de terra firme; Floresta Perenifólia Paludosa Ribeirinha Periodicamente Inundada (mata de várzea); Floresta Perenifólia Paludosa Ribeirinha Permanentemente Inundada (mata de igapó) e na sede municipal uma pequena mancha de Cerrado conhecida como Campo Grande.

2.2.2 A cidade

A cidade de Parintins configura-se como uma cidade de porte médio, localizada na margem direita do Rio Amazonas e distante 368,80 km, em linha reta, e 420 km por via fluvial, da capital do Estado – Manaus (Fig. 04). Essa distância equivale a 18 horas descendo e 24 horas subindo o Rio Amazonas, se a viagem for feita em barcos regionais. Por via aérea, o tempo estimado é de 55 minutos, partindo de Manaus.

Figura 04: Vista aérea da cidade de Parintins-Am.

Fonte: www.parintins.com

Parintins faz divisa com as cidades de Nhamundá (AM), distância de 62 km ao Norte; Barreirinha (AM), distância de 84 km ao Sul; Juruti (PA), com distância de 178 km a Leste e Urucurituba, distância de 105 km a Oeste.

Parintins é construída sobre uma ilha, denominada de Ilha Tupinambarana. É formada por sedimentos do quaternário e alguns afloramentos do terciário, tornando-se uma planície, constituindo-se numa das maiores faixas de várzea do Estado do Amazonas. A ilha, na verdade, é um arquipélago, uma vez que no período das cheias fica entrecortada de lagos, furos, restingas, paranás e igapós. A área urbana localiza-se em uma dessas ilhas, de aproximadamente 45 km² de extensão, formada geograficamente por um grupo de ilhas, entre elas: a Ilha de Santa Clara, Ilha de Santa Rita, e Ilha do Parananema. A vegetação de Parintins é formada por floresta de várzea e terra firme.

A altitude é de 52 m acima do nível do mar e o clima característico é tropical chuvoso e úmido, com temperatura média de 35° C e umidade relativa do ar chegando a 85%. A estação chuvosa, chamada de “inverno”, ocorre de dezembro a maio. As coordenadas geográficas do centro da cidade são 21° 37' 00" de latitude sul e 56° 45' 45" longitude oeste de Greenwich (Fig. 05).

Figura 05: Mapa da localização da cidade de Parintins.

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente/SEDEMA/PARINTINS

2.3 Parintins: evolução e transformação

2.3.1 Do início da ocupação até a década de 1960

O processo de produção e evolução do perímetro urbano de Parintins, que vai até o final dos anos 60, teve início desde a fixação dos primeiros habitantes na Ilha. Nesse período vários fatores contribuíram para a formação e consolidação da cidade. Entre esses fatores se destacam os períodos econômicos que impulsionaram o seu crescimento.

O primeiro período foi o que Saunier (2003) denominou de “indústria extrativa”, quando se retirava da floresta produtos como castanha, borracha fina, sernambi, caucho, caferana, cumaru, óleos de andiroba e copaíba, muirapuama, abuta, manacá, cipó, salsa, toras de itaúba, cedro e outros, e também peles silvestres.

Dos rios e lagos era extraído o pescado, principalmente o pirarucu seguido da banha de tartaruga, o óleo de peixe-boi, peixe salgado, grude de peixe, etc.

O pescado e as peles silvestres chegaram a ocupar os primeiros lugares na exportação. O pirarucu era o produto de maior exportação durante os anos de 1917 a 1922, o que canalizava os maiores impostos para o Amazonas.

O segundo período econômico é o do cacau. O cacau sendo uma espécie cultivada no México e na América Central constituiu-se rapidamente num dos principais produtos de Parintins. Conforme afirma Saunier (2003), o “ciclo do cacau”¹ iniciou em Parintins a partir da chegada de José Pedro Cordovil, por volta de 1796.

Os coronéis do cacau fizeram grandes fortunas e construíram vários prédios da cidade. A riqueza pela produção do cacau serviu como atrativo para vinda de pessoas de outros lugares para Parintins. Vieram portugueses, franceses e judeus que residiam em outras localidades, bem como moradores de Estados, municípios e vilas vizinhas.

Saunier (2003) argumenta que a produção do cacau foi tão bem sucedida no município, que “no período de 1895 e 1896 a Mesa de Rendas² de Parintins registrou uma exportação de 504.228 kg. de cacau no valor de 424 contos de Réis (p. 174). A produção aumenta mais ainda quando são registrados de 1917 a 1921 uma exportação de 1.770.395 kg.

¹ Saunier (2003) denominava de “ciclos econômicos” os principais períodos do desenvolvimento da economia parintinense.

² A Mesa de Rendas foi criada em 1880 e suprimida em 1897, voltando a se reestabelecer em 1905, pelo Decreto nº 695 (Souza, 1998).

de sementes de cacau, dando uma média de 534.059 kg. por ano. Dados dos registros de 1923 e 1924 mostram 101 proprietários de cacauais, totalizando 97.000 pés de cacau. Nesse mesmo período há registro que o maior proprietário de cacauais era o coronel João da Silva Melo, que possuía 30.000 pés de cacau.

Mas o período do cacau também sofreu decadência, vindo diminuir a grande produção do *Theobroma cacao*¹ na região. Vários fatores contribuíram para o declínio, principalmente, pela falta de apoio governamental, quando os lavradores (trabalhadores) do cacau não tinham nenhum auxílio. Somam-se a isso também as grandes enchentes², as grandes produções de cacau no Estado da Bahia (que fora levado de Parintins), e também a produção no Estado do Pará.

Em relação ao corpo de trabalhadores em Parintins, os primeiros eram constituídos por índios, mestiços e pretos livres ou libertos, que trabalhavam na lavoura, no comércio e nas obras públicas. Os principais critérios para o trabalho eram que estes não fossem escravos e nem possuíssem propriedade ou estabelecimentos.

Parintins também participou do legado que a metrópole portuguesa instituiu no Brasil no que se refere à escravidão. De acordo com os relatórios da presidência do Pará de 1849 a 1852, Parintins possuía no período de 1848 a 1884 o seguinte contingente de escravos: (Tab. 02).

Tabela 02 - Quantidade de escravos em Parintins no período de 1848 a 1884.

ANO	QUANTIDADE
1848	77
1859	192
1861	263
1869	149
1873	80
1877	117
1881	143
1884	131
TOTAL	1.152

Fonte: BITTENCOURT, 2001.

Observa-se na Tabela 02, que o ano de 1861 registrou a maior quantidade de trabalhadores escravos em Parintins (263). Em 1873 houve uma redução para 80 escravos e

¹ *Theobroma cacao* - é o nome científico do cacau, de origem grega, que significa “alimento dos deuses”.

² As enchentes de 1920 /21 e outras que se sucederam causaram danos aos cacauais, quando pereceram grandes quantidades de árvores de cacau (SAUNIER, 2003). Vale salientar que os cacauais se localizavam em ecossistemas de várzea da região Amazônia, que experimentam a sazonalidade dos rios.

em 1877 houve novamente um aumento para 117. Esse crescimento continuou até o ano de 1884, quando se deu a abolição em toda a Província, mais precisamente no dia 10 de julho. Ressalta-se que as baixas que ocorreram no decorrer dos anos apresentados, se deram devido à saída de escravos ou, por motivo de falecimento.

Outro período da economia parintinense é o da pecuária. As primeiras notícias que se tem sobre esta atividade no município de Parintins datam de 1917, quando o município possuía um rebanho de 19.349 reses da raça zebu. Porém, as grandes enchentes e a escassez de pastagem em terra firme dificultavam aos criadores o aumento de seus rebanhos. Existiam pequenas fazendas no município às margens do rio Amazonas, no Paraná do Ramos e Nhamundá (ainda pertencendo a Parintins).

Em 1920 foram exportadas para Manaus 118 cabeças de gado bovino. Em 1921 o total de rebanho em Parintins era de 16.000 cabeças.

Em 1930 o município inicia a produção do óleo essencial de pau-rosa. O pau-rosa¹ (*Aniba rosaeodora* Duke) é uma espécie rica em linalol, utilizado na indústria de perfumaria como fixador. A essência do pau-rosa chegou a representar aproximadamente 8% na pauta das exportações do Estado do Amazonas na década de 1960.

As primeiras usinas de destilação do óleo vegetal em Parintins foram instaladas na localidade do Varre-Vento (no rio Uaicurapá) e no Paraná do Ramos próximo à boca do Uaicurapá. No Varre-Vento se instalou uma companhia industrial do Rio de Janeiro (Barros & Cia) e no Paraná do Ramos foi a do Dr. Hauradour, que viveu muitos anos em Parintins. Depois outra empresa se instalou no rio Andirá e casas comerciais na cidade de Parintins, pertencentes ao empresário português Homero Fonseca. Com a guerra, os negócios diminuíram e a essência do pau-rosa quase desapareceu (SAUNIER, 2003).

Na década de 1960 outras usinas voltaram a funcionar em Parintins, no Varre-Vento, tendo como proprietários os senhores Abel Barros, Vivi Abreu, J. G. de Araújo, Salomão Mendes, Sebastião Araújo, Francisco Iannuzzi e Alfredo Ribeiro Saunier.

O extrativismo do pau-rosa se dava segundo três modalidades: empreitada, funcionários da própria usina de extração do óleo, ou contrato de fornecimento com os moradores dos locais onde existia a espécie. Na retirada da árvore era feito o aniquilamento total da espécie.

¹ Árvore de grande porte, atingindo até 30 metros, casca pardo-vermelha, folhas semi-coreáceas.

A relação trabalhista na extração do pau-rosa se assemelhava ao sistema de aviamento da época da borracha pelas seguintes características: base dos recursos naturais de difícil acesso; atraso nas técnicas de produção; índices de participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixo: o extrator era pago, muitas vezes, pelo financiamento de um crédito para a compra de alimentos para seu sustento e de sua família e quase nada lhe restava ao final do trabalho, isso quando não ficava devendo ao financiador; presença de lideranças mercantis locais (autóctones) ou de agentes capazes de exercê-las; ligação dessas lideranças com um mercado monetizado em pleno funcionamento e que de fora subministrava o crédito (Souza, 1994).

A produção da juta nesse período também merece destaque, mais precisamente em 1927, quando se iniciou a conversação entre o governo japonês e o brasileiro (Getúlio Vargas) para aquisição de uma área no município de Parintins para os japoneses instalarem um instituto Agrícola. Nesse mesmo ano, conforme o contrato lavrado em 11.03.1927, o Governo do Amazonas concedeu aos senhores Geusadoro Yamanichi e Kyreku uma extensão de terras devolutas com um milhão de hectares (SAUNIER, 2003).

Em 1930, o Dr. Tsaukusa Ujetsuka e sua esposa compraram de Francisco Barreto Batista a localidade de Vila Amazônia, com aproximadamente mil hectares. Vila Amazônia já havia sido escolhida pelo Dr. Tsaukusa Ujetsuka, por sua estada em Parintins no ano anterior.

A Comunidade de Vila Amazônia está localizada nas confluências do Rio Amazonas com a Boca do Paraná do Ramos, bem próximo à divisa com o Estado do Pará, distante apenas 25 minutos (em média) por via fluvial e 5,6 km em linha reta da sede do Município (Fig. 06).

Figura 06: Mapa da localização da comunidade de Vila Amazônia.
Org: Harald Dinelly/2012.

Em 1931 foi fundado o Instituto Amazônia pelo Dr. Tsaukusa Ujetsuka, ministro da agricultura do Japão na época, que recebera do presidente Getúlio Vargas a permissão para fundar na Amazônia, precisamente no município de Parintins, o Instituto de Estudos Agrícolas para migração japonesa. Nesse ano chegava a primeira turma de alunos recém-formados pela Escola Superior de Colonização. Ao todo vieram 271 kotakosei para trabalhar em Vila Amazônia e construir o Instituto Agrícola. Iniciaram a adaptação da juta, cujas sementes vieram do oriente.

Em 1934 chegou a Vila Amazônia Kasuma Oyama, filho do Sr. Ryota Oyama, kotakosei conhecido pelos parintinenses como o “Pai da Juta”. A partir dessa data (1934), o Sr. Oyama iniciou a adaptação da fibra indiana que originaram os grandes jutais da Amazônia, principalmente de Parintins. Mas o plantio começou efetivamente a partir do ano de 1939.

Os japoneses que se instalaram em Vila Amazônia trabalhavam não apenas com a juta, mas também nas plantações de arroz, castanha do Brasil e agricultura em geral. Construíram embarcações de pequeno porte e um hospital para tratamento dos doentes, sob a direção do

Dr. Yoshio Toda, que fazia pequenas cirurgias como cesarianas e tratamento de doenças como o impaludismo e febres que assolavam a região (SAUNIER, 2003).

Nesse período, Vila Amazônia recebeu uma estrutura para dar suporte à colônia japonesa. Foi a construção de uma escola, levando muitos alunos de Parintins se transferir para estudar naquela comunidade. Construiu-se ainda um templo para as reuniões, olarias, serrarias, armazéns e casas para os trabalhadores. O porto da Vila, com o crescimento da produção agrícola e da juta, tornou-se importante (Souza, 1998).

Mas, com a Segunda Grande Guerra, o Japão se aliou à Alemanha e à Itália e tiveram que se retirar do território brasileiro. Em 1940 a produção de Vila Amazônia entra em decadência. E embora o projeto da colonização japonesa tenha sido frustrado pela II Guerra Mundial, as características geomorfológicas do município de Parintins se revelaram favoráveis ao cultivo da juta, que dominou a economia local por quase 50 anos.

Os períodos de desenvolvimento econômicos mencionados mostram os diferentes momentos do processo de formação econômica de Parintins, os quais não se dissociam do projeto maior de ocupação do território amazônico. Ressalta-se que simultaneamente ao desenvolvimento econômico, a cidade também se estruturava, crescia espacialmente e se produzia cotidianamente.

No que se refere ao folclore, de acordo com os relatos de (SAUNIER, 2003), o início se deu a partir dos primeiros habitantes da Ilha que foram os maués, sapopés, mundurucus, parintintins, tupinambás, uaipixunas e outros. As principais festas desse período eram as danças da Tucandeira”¹, e a “Festa da Vitória”².

O folclore indígena manifestava não apenas as experiências do cotidiano da vida dos habitantes como também se decantava a natureza a partir dos seus elementos constitutivos como os pássaros, os animais, as árvores, as plantas medicinais, as ervas aromáticas, os rios e outros. No imaginário desses primeiros moradores foram criados “personagens das florestas e das águas”, como jurupari, juma, curupira, tapirayauara, yara, neguinho do campo-grande, cobra grande e outros seres misteriosos e encantados. Estes “personagens” se materializaram através de várias atrações folclóricas, como boi-bumbá, pássaros, cordões e outros.

O boi-bumbá, que atualmente se tornou uma espécie de embaixador cultural da cidade, veio do nordeste por volta do final do século XIX e início do século XX. Entre os anos de

¹ Os índios maué celebravam como festa nupcial e os mundurucu como sinal de emancipação e robustecimento de provas.

² Nessa dança se exibia a cabeça do inimigo enfeitada de plumas (SAUNIER, 2003).

1910 e 1912 surgiu o Boi Diamantino do piauiense Ramalhete. Em 1913 surge o Boi Caprichoso trazido de Manaus pelo Sr. Emídio Vieira e em 1915 foi o boi Fita Verde da comunidade periurbana do Aninga, do Sr. Izídio Passarinho. Em 1920 data a criação¹ do Boi Garantido, pelo poeta popular e folclorista o Sr. Lindolfo Monteverde (SAUNIER, 2003).

As manifestações folclóricas que mais se destacavam nas décadas de 1930 a 1960 foram os cordões de pássaros como o Rouxinol (do Sr. Florival telegrafista), o Bem-te-vi e a Gaivota (do Sr. Venâncio) e o Guará (do Sr. Justiniano Seixas). O Tangará teve destaque na década de 1960. Nos Cordões de Peixes se destaca o Tambaqui (do rio Uaicurapá), que durante a apresentação da brincadeira, apresentava-se espetado e era conduzido por uma menina vestida com roupas coloridas. Os principais Bumbás-Mirins eram o Tira-Teima e o Dois de Ouro.

No período do carnaval apareciam, como atrações, a “Barca Misteriosa” do Sr. Raimundo Almada e o “Cordão de Bode”, do barbeiro João Lobo. Outra brincadeira que também fazia parte do folclore parintinense era o “Vaso de Guerra” e o “Navio Fortaleza”, que alegravam as noites dos antigos cidadãos com seus encontros e “batalhas navais”, com fogos de artifícios e ronqueiras². Após as batalhas, as pessoas se confraternizavam na festa do fogueteiro.

Mas o Festival Folclórico de Parintins inicia seu ponto culminante a partir do ano de 1966, com as apresentações dos bumbas Garantido e Caprichoso, primeiramente nos dias 28, 29 e 30 do mês de junho, data esta que foi alterada para a última semana de junho a partir do ano de 2005.

Sobre os locais de apresentação do Festival Folclórico de Parintins, do 1º ao 9º o Festival foi realizado na quadra da JAC (Juventude Alegre Católica), na Praça da Catedral de Nossa Senhora do Carmo, nos anos de 1966 até 1975. O 10º festival foi na JAC da Rua Jonathas Pedrosa. O 11º e o 12º Festivais, na Quadra do CCE (Comissão Centro de Esportes), no Parque das Castanholeiras. O 13º na JAC da Av. Amazonas. O 14º no CCE/Castanholeiras. Do 15º ao 17º Festival, no Estádio de Futebol Tupy Cantanhede. O 18º no Tabladão do Povo (antigo aeroporto). Do 19º ao 22º Festivais no Tabladão do Povo, cujo nome foi mudado para Anfiteatro Messias Augusto. Do 23º Festival (1988) até os dias atuais, o Festival de Parintins

¹ Ressalta-se que essa data é contestada por dirigentes do Boi Garantido, uma vez que em 2013 as duas agremiações comemoram sem centenários.

² Artefatos pirotécnicos formados por um cano de ferro, preso a um cepo (pedaço de madeira) e cheio de pólvora, que produzia uma grande detonação quando se lhe inflama a escorva (SAUNIER, 2003).

passou a ser realizado no Bumbódromo, construído pelo governo do Estado exclusivamente para esse fim.

No que diz respeito à organização política de Parintins, a cidade foi primeiramente administrada por órgãos da administração colonial. Em 1905 foi criada a figura do Intendente e a Intendência Municipal, permanecendo até 1930.

Os primeiros vereadores de Parintins foram eleitos em 16 de novembro de 1947. Os eleitos foram: Amaro Alves da Silva, Domingos Prestes, José Lopes Rebelo, Luiz Furtado Belém, Raimundo Soares Almada, Henrique da Silva Mello e João Pinheiro Lobo. Exerceu a função de prefeito o Sr. Julio Furtado Belém (BUTEL et al., 2011).

De 1952 a 1955, Parintins foi administrada pelo segundo prefeito municipal o Sr. Gentil Augusto Belém.

De 1956 a 1959, assume a função de prefeito de Parintins o Sr. Lourival Rebelo d'Albuquerque Filho.

De 1960 a 1963 três prefeitos governaram Parintins: José Raimundo Esteves (de 31 de dezembro de 1959 a 31 de julho de 1962); Raimundo Soares de Almada Filho, substituindo José Esteves que estava licenciado (governou de 1º de agosto de 1962 a 4 de fevereiro de 1963); e José Henriques de Souza Filho (governou de 4 de fevereiro a 31 de dezembro de 1963).

De 1964 a 1968 a cidade foi governada por Raimundo Djard Vieira. E em 1969 assume como prefeito de Parintins o Sr. Gláucio Bentes Gonçalves até o final da década de 1960 e continua na década seguinte.

Quanto às leis, elas não garantem o direito à cidade, mas são importantes para sua construção. Assim, as primeiras Leis Municipais que foram criadas em Parintins pelo poder público municipal possibilitaram a estruturação do espaço físico da cidade e regulamentaram a vida social dos cidadãos.

A Lei nº 9, de 1916, regulamenta o valor dos terrenos da área urbana e 500 metros em volta dessa área.

A Lei nº 19, de 19 de março de 1917, autoriza a construção do Matadouro Público.

A Lei nº 21, de 20 de julho de 1917, cria o registro de propriedade urbana, rural, de indústrias e profissões. A Lei determina o dever a todos os cidadãos de prestar informações à Intendência, bem como do rendimento anual da indústria extrativa.

A Lei nº 27, de 21 de março de 1918, determina os impostos sobre o aforamento de terras, prédios, lixo, bebidas alcoólicas e alvará.

A Lei nº 54, de 29 de junho de 1919, altera o nome da Rua Gomes de Castro para Dr. Alcântara Barcelar.

A Lei nº 83, de 10 de dezembro de 1921, implanta o Código de Postura na cidade.

A Lei nº 89, de 14 de outubro de 1922, estabelece o preço dos terrenos no perímetro urbano em torno de cinco réis por metro quadrado; para os terrenos fora da área urbana o valor era de dois décimos do real, anualmente.

A Lei nº 18, de 20, de outubro de 1953 dá denominação de “Armando Prado” para a rua vulgarmente conhecida por “Rua Nova”, situada no trecho compreendido entre o cemitério e o Matadouro Público Municipal.

A Lei nº 6, de 26 de junho de 1953, autoriza a abertura de um crédito especial de Cr\$ 40.000,00 para os residentes na área rural do município, como incentivo à agricultura e consequentemente contribuintes da economia de Parintins, sendo o governo o principal incentivador (BUTEL et al., 2011).

A Lei nº 11, de 3 de dezembro de 1954, autoriza o governo municipal assinar o convênio com o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), para a ampliação do serviço de abastecimento de água da cidade.

A Lei nº 8, de 4 de dezembro de 1954, autoriza a construção de duas lavanderias flutuante na Lagoa da Francesa, oportunizando às lavadeiras o reconhecimento profissional.

A lei nº 13, de 12 de julho de 1952, em seu art. 299º, proíbe ter soltos no perímetro urbano e suburbano da cidade, animais como porcos, gado caprino, lanígero, cavalar e vacum atribuindo multa ao infrator de Cr\$ 20,00 para o caprino e lanígero, e de Cr\$ 100,00 para cavalar e vacum.

O Decreto nº 7, de 15 de setembro de 1952, regulariza o serviço de alto-falantes na cidade, estabelecendo os horários de funcionamento.

A Lei nº 16, de 14 de outubro de 1952, considera o dia 15 de outubro como feriado municipal.

Lei nº 41, de 19 de dezembro de 1952, autoriza a construção de um prédio escolar para funcionar o Jardim de Infância Hipólito Corrêa, atual auditório da Escola Estadual Brandão de

Amorim. Várias outras escolas são construídas tanto na cidade como na área rural do município.

A Lei nº 14, de 4 de dezembro de 1954, aprova um orçamento de crédito especial de Duzentos Mil Cruzeiros (Cr\$ 200.000,00) para a construção da Rampa Municipal, que se constituía como um dos principais portos da época.

A Lei nº 9, de 25 de junho de 1969, denomina de Rua Tomaz Meirelles à travessa vulgarmente conhecida como Estrada do Lado do Cemitério ou Trecho da Clarindo Chaves.

No que se refere a estrutura urbana, Parintins foi paulatinamente, no decorrer da sua história, dotando seu espaço de equipamentos e ofertas de serviços que nem sempre foram suficientes diante da demanda requerida em função do seu rápido crescimento.

Em 6 de junho de 1832, foi criada, pelo Conselho do Governo do Pará, a agência do Correio, sendo o primeiro agente o senhor José Joaquim da Silva Meireles, que desde 22 de junho de 1847, já trabalhava como ajudante do Correio.

A primeira escola pública construída em Parintins data de 1852. Era uma escola de ensino primário. Essa escola não tinha professor. O primeiro a lecionar em Parintins foi o Pe. Torquato Antonio de Souza que ensinava música vocal aos meninos e recebia uma gratificação mensal no valor de trinta mil réis. A primeira nomeação efetiva para lecionar na escola aconteceu em 24 de abril de 1863, para a professora Ana Joaquina Cardoso de Souza Ribeiro. A cidade teve também uma escola particular, a qual foi regida pelo Pe. Miguel Fernandes, mas esta teve pouca duração (BITTENCOURT, 2001).

No ano de 1873, a Vila tinha em torno de 68 casas, enquanto que em todo o município o número de moradias era de 640. O Título de Propriedade de Parintins foi expedido no dia 24 de agosto de 1894. Na estrutura do comércio, por volta de 1869, existiam apenas 6 casas comerciais em Parintins.

A primeira igreja que existiu em Parintins foi a católica. Possivelmente no período em que se chamava Vila Nova da Rainha, prestava culto a Nossa Senhora do Carmo e depois foi dedicada a São Benedito. Esta igreja foi construída pelos moradores, por iniciativa de Frei José Alves das Chagas (BITTENCOURT, 2001), e localizava-se no lugar onde mais tarde foi transformado na Praça do Cristo Redentor (CERQUA, 2009) e hoje é denominada de Praça Digital.

A igreja supracitada, que serviu ao povo durante quase um século até o ano de 1895, foi demolida em 1905. Cerqua (2009) considera que possivelmente neste período “(...) na antiga Vila Tupinambarana, ao tempo dos Jesuítas, prestava-se culto a São Francisco Xavier, o atual padroeiro de Vila Amazônia¹ (p. 81).

Em 1895 uma nova igreja foi inaugurada e passou a funcionar com a invocação de Nossa Senhora do Carmo. O primeiro pároco da nova igreja de Vila Bela da Imperatriz foi o Frei Bernardo de Nossa Senhora de Nazaré, e Vigário, o Padre Paulo Raucci. A nova igreja foi construída na praça em frente ao atual Colégio Nossa Senhora do Carmo (BITTENCOURT, 2001; CERQUA, 2009).

Onde hoje está localizada a casa da diocese funcionou uma estação telegráfica da Amazon Telegraph Company, inaugurada no dia 16 de novembro de 1896. O custo do telégrafo era por palavra. De Parintins para Manaus e vice-versa eram cobrados trezentos réis por cada palavra.

Foi instalada, no dia 3 de março de 1902, uma loja maçônica denominada “União, Paz e Trabalho”. Registra-se também a existência de um Grêmio Operário que era uma sociedade filantrópica fundada no dia 7 de maio de 1905. O Grêmio tinha como objetivo: proporcionar aos seus sócios educação cívica, moral e intelectual; melhorar as condições de vida dos sócios e defender-lhes os direitos, quando violados ou violentados; prestar socorro aos sócios em caso de moléstia, e quando necessitados, fornecer-lhes os meios necessários para seu restabelecimento; coadjuvar os sócios quando em dificuldades, proporcionando-lhes meios de trabalho; auxiliar as viúvas e os filhos dos sócios falecidos; promover, no dia 9 de março de cada ano uma quermesse em benefício dos cofres sociais (BITTENCOURT, 2001).

Em 1920 o número de moradias em Parintins subiu para 3.084 na sede e 14.607 em todo o município. O aumento de 3.016 moradias na cidade em relação aos dados de 1873, num espaço de 47 anos, é refletido na espacialidade do perímetro urbano de Parintins, que em 1920 já possuía:

(...) 10 ruas, uma bella avenida, 9 travessas e 5 praças. As ruas são dispostas de Leste a Oeste e as travessas de Sul a Norte. A avenida que tem o nome de Amazonas é traçada de Leste a Oeste; a sua extensão vae do lago da Francesa e termina no lugar denominado São José; tem a largura de 20 metros e de extensão 1.705. As ruas denominam-se: Caetano Prestes, Coronel José Augusto, 25 de Dezembro, Coronel Gomes, Benjamin da Silva, Vieira Junior, Monteiro de Souza, Silva Meirelles, Silva Campos e da Matriz. As travessas chamam-se: Cordovil, Sá Peixoto, Jonathas Pedrosa, Paes de Andrade, Gomes de Castro, Oriental, Occidental, da Matriz, José

¹ Vila Amazônia, é uma comunidade rural localizada a jusante de Parintins, nas confluências do Rio Amazonas com a Boca do Paraná do Ramos.

Belém e João Meirelles. As praças denominam-se: Silva Jardim, S. Benedito, Eduardo Ribeiro, do Cemitério e da Matriz (BITTENCOURT, 2001, p. 16-17).

Parintins possuía alguns edifícios públicos, onde funcionavam a Mesa de Rendas, Cadeia Pública, Coletoria Estadual, Mercado Público e o Matadouro.

No período da instalação da colônia japonesa em Vila Amazônia, mais precisamente de 1930 a 1940, a cidade apresentou um crescimento relativamente lento da sua malha urbana, apenas algumas ruas foram abertas e outras ampliadas (SOUZA, 1998). Esse processo mais lento em sua evolução se deu em função de que as atividades econômicas e ofertas de serviços estavam concentradas mais em Vila Amazônia como se mencionou anteriormente neste trabalho.

Em 1942 foi construída a primeira igreja adventista em Parintins pelo pastor João Gnupzamn. No dia 26 de dezembro de 1943 o Pe. Vitor Heinz colocou a pedra fundamental da nova igreja de São Benedito, localizada no bairro que recebeu também a denominação de São Benedito, e no dia 17 de setembro de 1945 a referida igreja foi inaugurada. Em 1944 foi inaugurado, no atual Bairro de Santa Clara, o Hospital Dr. Jofre Cohen que pertencia à Fundação Serviços Especial de Saúde Pública-SESP.

No que se refere ao porto de Parintins, este sempre foi bastante movimentado, principalmente para o embarque e desembarque de pessoas, mercadorias e produtos. Também servia como ancoradouro para navios de grande porte como os do Lloyd Brasileiro, vapores e lanchas. Primeiramente se construiu uma rampa no porto da cidade, a qual posteriormente foi substituída pela construção de um trapiche, depois cais e hoje Terminal Hidroviário de Parintins.

De acordo com Oliveira e Schor (2008), o porto das cidades ribeirinhas como Parintins, também chamado muitas vezes de rampa, trapiche ou cais, o local ao qual se chega e do qual se vai, contém a possibilidade do entendimento da cidade. A vida começa a partir do porto, menos pelo movimento, mais pelo fato de ele encerrar quase tudo o que a cidade possui e o que nela falta. O porto é o intermédio entre o rio e a floresta, e a cidade é a fronteira de diferentes mundos que possibilita várias leituras de espaços-tempos diferentes.

Na imprensa parintinense, os primeiros jornais a circularem com as informações da cidade foram o “Tacape” e o “Parintins”. Pertenciam ao Partido Republicano Federal e era dirigido pelo Coronel José Furtado Belém.

Nesse período foi implantado o Aeroporto Pichita Cohen (que também era chamado de Campo da Aviação); a rua Rui Barbosa foi ampliada; foi feito o aterro para a estrada do Parananema. Foram instaladas a Sub-Usina de Luz na Avenida Amazonas, uma empresa telefônica, as prensas de juta de papel (Papelamazon), o Parque industrial; e o município de Nhamundá foi desmembrado de Parintins.

Na década de 1950 a cidade retoma seu crescimento e começa a expandir-se, novas ruas são abertas, organizando a construção das residências. Na rua da frente, como eram conhecidas as ruas Caetano Prestes e Rui Barbosa, estavam localizadas as melhores casas, muitas com o requinte europeu. Nas ruas de trás, as casas são mais simples, construídas de taipa ou de madeira, refletindo o baixo poder aquisitivo dos moradores (Fig. 07).

Figura 07: Ruas antigas de Parintins.

Fonte: Acervo da cidade.

Trindade Júnior et al (2008) em sua análise sobre as cidades ribeirinhas diz que nas proximidades do centro da cidade, sempre voltado ou em contado com o rio, estão as casas que pertencem à população local de melhor poder aquisitivo (no caso de Parintins, é a rua da frente da cidade), sucedidas por outras ruas e setores que, à medida que se afastam e se distanciam do rio (ou do centro), possuem um outro aspecto arquitetônico, de acabamento e também de padrão de vida.

Rolnik (1995) ao pensar a cidade como cidade-escrita, diz que

(...) o desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo. É por isso que as

formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto hábitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e se decifra num texto (p.17).

Em 1957 o prefeito encaminha um ofício à Câmara (Ofício PMP-19/57) solicitando autorização para comprar da firma Gráfica Amazônia, de Belém-PA um conjugado elétrico de vinte mil velas pelo valor de Cr\$ 450.000,00, para instalar no bairro de São Benedito, em substituição a atual Usina na Av. Amazonas, que se encontrava completamente obsoleta.

Em 4 de fevereiro de 1959, o prefeito Lourival de Albuquerque sanciona a Lei nº 02/58, colocando a praça do Cemitério (atual praça de N. Sra. do Carmo) à disposição da Prelazia para a construção da catedral. E no dia 16 de julho de 1960 é colocada a pedra fundamental da catedral, ao término da procissão de Nossa Senhora do Carmo (CERQUA, 2009).

Parintins foi gradativamente evoluindo em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. O seu crescimento imprime a necessidade de dar nomes aos antigos caminhos e ruas e outras vezes a substituição dos nomes.

Na década 1960 o Brasil vivencia um momento de instabilidade política e econômica. A crise inflacionária e financeira que o Brasil atravessava afetava todo o país, inclusive Parintins. Devido à conjuntura econômica do país, os recursos financeiros para o município se tornaram escassos, daí a necessidade de firmar convênios para alavancar o progresso e melhorar a infraestrutura da cidade, a qual já não mais atendia à demanda da população que crescia a cada dia. As dificuldades no abastecimento de água, no fornecimento de energia elétrica e precariedade na saúde pública etc. se agravaram.

Nesse tempo, o município passa por momentos instáveis e incertos, porém, a cidade continua crescendo. A chegada de pessoas vindas de outros lugares em busca de melhorias de condições de vida, principalmente das áreas rurais, impulsiona o crescimento populacional e o crescimento das áreas periféricas da cidade, com ruas mal padronizadas, sem dotação dos serviços necessários à vida na cidade.

Mesmo diante dos problemas que se evidenciavam, o governo municipal implementou algumas ações, como: recuperação e aumento do cais do porto para permitir o acostamento de navios de alto bordo; recuperação dos galpões do Porto de Parintins; alargamento e terraplanagem da estrada Parintins-Parananema; abertura da estrada Parintins-Aninga; melhoramento da estrada Parintins-Vila Cristina; pavimentação da rua 14 de Maio e da praça N. Sra. do Carmo, hoje praça do Sagrado Coração de Jesus (BUTEL et al., 2011).

No dia 18 de julho de 1968 foi implantada a primeira rede de fornecimento de água do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), com dois poços, atendendo 380 residências urbanas (SOUZA, 1998).

A economia do município nesse período era a pecuária, a juta, produtos agrícolas e a pesca. A maior arrecadação estava nas taxas de impostos, por meio da criação do Código Tributário, em substituição às taxas de rodagens que configuraram um novo momento para o município.

O interesse na fibra da juta e malva impulsionou a fundação da Cooperativa Mista dos Multicultores de Parintins; a instalação da Prensa de Juta Martins Melo; instalação da Fabril Juta de Parintins; Instalação da Prensa de Juta Saraujo e Instalação da Caçapava.

A Usina de Força é substituída pela Central Elétrica do Amazonas (CELETRAMAZON), com capacidade para 1.500 KW. A sigla CELETRAMAZON foi substituída mais tarde pela CEAM (SOUZA, 1998). Também são implantadas em Parintins as Agências do Banco do Estado do Amazonas (BEA) e do Banco da Amazônia (BASA).

Em 1967 a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) inicia sua atuação em Parintins, através do Projeto Rondon, com serviços médicos, odontológicos, educacional, além de pesquisa na área de Biologia, assistência social, tanto na área urbana quanto na rural. Atuava também com cursos de Licenciatura Curta em diversas áreas do conhecimento (Estudos Sociais, Letras, Pedagogia – Supervisão Escolar, Ciências e Matemática) (SOUZA, 1998).

No dia 1º de outubro de 1967 a Igreja Católica instala a Rádio Alvorada Ltda, e no final dos anos 60 inicia a construção do Hospital Padre Colombo nas proximidades do Manancial do Macurany que mais tarde passou a se chamar de bairro Itaguatinga.

Existiam três bibliotecas na cidade: a municipal, a do Colégio Nossa Senhora do Carmo e a Valadares Filho. Existia também o Cine Saul (Fig. 08), localizado na Praça Eduardo Ribeiro, com capacidade para 350 espectadores (hoje não mais existe) e o Cine Oriental (hoje desativado) com capacidade para 300; o Cine Teatro da Paz, pertencente à Diocese; o Estádio de Futebol Tupy Cantanhede; Clubes dançantes como Palmeiras Club, Recanto Tropical, Choça, Apache; e a famosa “coca-cola dançante” dos finais de semana (Souza, 1998).

Figura 08: Cine Saul.
Fonte: Acervo da cidade.

No que se refere a praças, estas sempre estiveram presentes na história da cidade, elas guardam em seus seios acontecimentos da vida pública e privada, fatos que caracterizam esses logradouros como espaços livres e públicos que são importantes para a sociabilidade das pessoas que habitaram a parte mais antiga do perímetro urbano, e as que habitam a cidade atualmente, embora em proporções diferenciadas.

Até a década de 1960 Parintins possuía seis praças e a maioria delas surgiu no entorno das igrejas: Praça Nossa Senhora do Carmo¹ (hoje Sagrado Coração de Jesus); Praça Cristo Redentor² (antiga Praça São Benedito, hoje também chamada de Praça Digital); Praça Eduardo Ribeiro³ (Praça da Prefeitura); Praça São Benedito⁴; Praça Catedral de Nossa Senhora do Carmo⁵ (antes Praça do Cemitério); e Praça Boulevard 14 de Maio⁶ (Praça do Jacaré).

Na Praça do Sagrado Coração de Jesus está localizado o Obelisco, marco histórico de Parintins que tem os seguintes dizeres: “1832 Obelisco comemorativo de 1932 do primeiro centenário da fundação do município de Parintins, criado pela Lei de nº 02 de 15 de outubro de 1832. Autores: Pe. Torquatro Antônio de Souza, Joaquim José da Silva Meirelles e José Bernardo Miquiles, a Lei foi sancionada pelo primeiro Vice-Presidente da Assembléia Provincial D. Manuel Gomes Correia de Miranda” (Fig.09).

¹ Criada em 1883.

² Surgiu por volta de 1895, mas oficialmente ela data de 1951.

³ Inaugurada no dia 21 de setembro de 1940.

⁴ Inicia com a construção da Igreja em 1943.

⁵ Inicia no final do mês de maio de 1960.

⁶ Inicia em 14 de maio de 1960.

Figura 09: Praça do Sagrado Coração de Jesus (antiga Praça N. Sra. do Carmo)
Fonte: Nilciana Dinely de Souza/Outubro/ 2012.

A Praça Boulevard 14 de maio foi inaugurada dois meses após a sagração e posse do primeiro Bispo de Parintins Dom Arcângelo Cerqua, ocorrido no dia 14 de maio de 1961. O prefeito José Esteves para gravar o momento histórico construiu, na rua Monteiro de Souza, em frente ao prédio da Junta de Conciliação e Julgamento, um pequeno passeio público com uma praça que denominou de Boulevard 14 de maio (SOUZA, 2003). Hoje é também conhecida como Praça do Jacaré pela figura de um jacaré em sua ornamentação. A praça foi recuperada no ano de 2011.

Para Gomes (2005) a praça é a síntese da cultura urbana de uma comunidade e se constitui num legado pleno de ensinamentos. Ela exerce a função de aglutinadora do encontro e da convivência, por isso a importância de uma cidade, avaliada pela sua dimensão social e humana, é proporcional aos atributos urbanos de suas praças e aos predicados arquitetônicos das edificações que a delimitam.

Quanto às casas comerciais de Parintins, destacam-se as pequenas tabernas e a lojas mais estruturadas que pertenciam a parintinenses e principalmente aos comerciantes israelitas e libaneses. As lojas dos israelitas ou de seus descendentes eram: Casa Radar (de Elias Assayag), A Esportiva (de Moisés Cohen), Casa Cooperativa (de Arão Assayag), Duas Américas (dos irmãos Babá e Marquito Dray), Casa Ideal (de Salomão Mendes), Casa Mimosa (de Mair Mendes - o seu Maíco), e o Bar da Felicidade (de Pichita Cohen) entre outras. Os libaneses (turcos) eram proprietários das lojas: Nossa Loja (de Baddi Bacre, Abrahin Bacre e Antonio libanês) e A Libanesa (de Antonio Mourão). Além dessas, existiam

as lojas: R. B. Batista (do comendador Renato Batista), A Romanlita (de Rosomiro Silva), Casa Maravilha (de Antonio Verçosa), Casa Saul (de José Saul) e a Casa Fonseca do sr. Homero Fonseca (SOUZA, 2003).

Nesse período foi criada a primeira escola de Datilografia da cidade, denominada de Escola Furtado Belém, e a construção das escolas Araújo Filho, Brandão de Amorim, Ministro Waldemar Pedrosa, Padre Jorge Frezinni, Ana Rita de Freitas, Colégio Nossa Senhora do Carmo, Colégio Batista de Parintins, Ginásio Estadual de Parintins, Escola Profissional João XXIII e o Seminário São José.

No que se refere aos meios de transportes em Parintins, os principais eram carroças (tração animal), bicicletas, motos e carros. Existiam as "garagens" que alugavam bicicletas e cobravam por hora. Os táxis eram em número muito reduzido. Souza (2003) diz que "Em 1961 trabalhavam na praça de Parintins os taxistas Henrique Cabral, Raimundinho, Antonio Ramos Ferreira, que todos chamavam de Antonio Galego, Sabá, Alfredo Cremalheira, Zé Arigo, Chico do Furo, Antonio Jacruaru e Lino. Os carros eram Jeeps" (p. 75).

Segundo Trindade Júnior et al (2008, p. 36) nas cidades ribeirinhas

A presença dos carros não é muito frequente. Em vez deles, as bicicletas, os carrinhos de mão e carroças estabelecem um ir e vir constante, disputando a apropriação da rua com a presença marcante do pedestre; este que geralmente faz das ruas, e não necessariamente das calçadas, o seu espaço cotidiano de circulação. A presença da motocicleta gradativamente também passa a ocupar parte do espaço de circulação de algumas dessas cidades, sendo cada vez mais comum (...).

Em relação do crescimento da população de Parintins, até a década de 1960 a cidade experimentou um crescimento populacional que pode ser observado na Tabela 03, que registra no ano de 1833 um total de 3.048 habitantes. Esse número aumenta para 7.089 em 1859, entretanto, em 1861 há um decréscimo da população para 4.560 habitantes. Em 1873 há uma retomada do crescimento atingindo um total de 5.200 a 5.500 pessoas vivendo na cidade. Esse crescimento continua nas décadas seguintes chegando em 1960 com um total de 27.525 habitantes.

Tabela 03 - Crescimento populacional de Parintins até a década de 1960.

ANO	NÚMERO DE HABITANTES
1833	3.048
1859	7.089
1861	4.560
1873	5.200 a 5.500
1920	14.607
1940	15.000
1950	25.662
1960	27.525

Fontes: BITTENCOURT, 2001; IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960.

A área rural era ocupada por 75% da população, distribuída em pequenos povoados conhecidos como colônias e comunidades rurais. A população rural das áreas de várzea desenvolviam principalmente as atividades do cultivo da juta e da malva, da pesca e da produção agrícola de ciclo curto. A população das terras firmes cultivava a malva e a produção agrícola. Ressalta-se que as maiores comunidades rurais já começavam a receber escolas do antigo primário, hoje do ensino fundamental (LUZ, 2006).

Segundo Luz (2006) a cidade concentra nesse período em torno de 25% da população do município. O autor considera que a ocupação urbana de Parintins se dá em três pontos de concentração, a saber: O Bairro Centro da Cidade, que se forma com base no porto principal, no mercado central, rampa do mercado, comércio em geral – João Melo, Prefeitura, Delegacia, Posto de gasolina, Fórum de Justiça, Aeroporto; o Bairro da Francesa forma-se com base na Lagoa da Francesa que se transformou em área de proteção para as embarcações, por possuir águas calmas, ao contrário do Rio Amazonas, que apresenta águas agitadas, além de intensas e fortes correntezas; e o Bairro de São Benedito forma-se com base na “Baixa”, que ficou conhecida como “Baixa da Xanda”¹ e/ou “Baixa do São José”².

¹ De acordo com os moradores mais antigos do bairro, a denominação “Baixa da Xanda” se deu pelo fato de que nas proximidades da Baixa, residia o fundador do Boi Garantido, o Sr. Lindolfo Monteverde, casado com dona Alexandra, que era carinhosamente conhecida como Xanda. Por essa referência a Baixa do São José passou a ser conhecida popularmente como “baixa da Xanda”.

² Hoje dentro dos limites do Bairro São José.

A Baixa foi ocupada predominantemente por famílias de pescadores e agricultores familiares rurais. Nessa área (que deu origem ao Bairro São Benedito), ocorreu uma ocupação onde as ruas principais são muito estreitas, com presenças sensíveis de curvas. Muitas das vias de acesso às residências são formadas por becos, impossibilitando a passagem de veículos grandes, ambulâncias, viaturas de bombeiros e outros (LUZ, 2006).

A Lagoa da Francesa se constituiu em opção para desembarque da produção rural e embarque de cargas e passageiros para as comunidades rurais do município. Atualmente a Lagoa margeia os bairros de Santa Clara, Francesa, parte do Palmares, Santa Rita de Cássia e Castanheira (Fig. 10).

Figura 10: Imagem aérea da Lagoa da Francesa atual.

Fonte: www.parintins.com

A denominação “Francesa” se deu em razão de uma jovem, filha de uma família francesa, ocupante inicial do local. A beleza da jovem atraía os homens, que nos finais de tarde costumavam manifestar a expressão “vamos ver a francesa”. Mais tarde, deu origem à expressão “vamos à francesa” para designar a ideia de se chegar ao porto da lagoa. Isso originou também o nome do Bairro da Francesa (LUZ, 2006).

A orla da Lagoa foi ocupada primeiro pelos estaleiros para construção, reparo e manutenção de embarcação de madeira, pelo mercado de peixe, pela lavagem de roupas devido a falta de distribuição de água encanada, pela instalação de comércio de gêneros alimentícios, bem como pelo estabelecimento de serrarias (LUZ, 2006). Nos dias atuais, a Lagoa continua exercendo essas funções com exceção da utilização da água para lavagem de

roupas e consumo humano, em função do grau de poluição em que se encontra. Registra-se que em suas margens está localizado hoje, um dos melhores hotéis da cidade, o AMAZON RIVER RESORT HOTEL.

Butel et al (2011) reafirma o processo de ocupação inicial de Parintins quando diz que a malha urbana se expandiu a Oeste da cidade, com o surgimento do bairro de São Benedito, com a maioria das casas construídas de madeira e cobertas de palha. A Leste, a cidade se estendia até o final do Campo de Pouso (hoje o final da Av. Nações Unidas) até onde hoje é o Hospital Jofre Cohen. Ao Norte, a margem direita do Rio Amazonas, cais do porto e algumas escadas. Ao Sul, compreendia o Campo de Pouso Pichita Cohen (hoje a Câmara Municipal, Bumbódromo e instalações do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto - ao lado da Rua Paraíba). A cidade passou a ter ligações diretas com as comunidades periurbanas do Aninga, Parananema e Macurany, por meio da abertura e melhoramento de estradas.

Portanto, considera-se que a ocupação inicial da área urbana de Parintins até a década de 1960 ocorreu simultaneamente na área central (hoje Bairro Centro da Cidade – nº 5), na zona leste (hoje Bairro da Francesa – nº 4) e na zona oeste (hoje Bairro São Benedito – nº 12) (Fig. 11).

Figura 11: Mapa da evolução urbana de Parintins até a década de 1960.
Org: Harald Dinelly/Janeiro/2013.

A cidade apresenta uma configuração espacial que revela transformações em seu processo evolutivo. Segundo Souza (2003), nos anos de 1960, a rua da frente da cidade de Parintins tinha quatro nomes: Caetano Prestes até o mercado municipal; do mercado até o grupo Araújo Filho chamava-se Rui Barbosa; do Araújo Filho até a Praça do Sagrado Coração de Jesus era denominada de Vieira Junior; e a partir do Sagrado Coração de Jesus chamava-se Silva Campos (os nomes permanecem até os dias atuais). A rua do meio (Coronel José Augusto) a partir do mercado municipal passava ser Rua Benjamim da Silva. A rua de trás o primeiro nome foi Rua 25 de Dezembro, depois foi denominada de Rua Melvin Jones e mais tarde Rua Faria Neto, e a partir da Praça Eduardo Ribeiro denomina-se Rua Herberth de Azevedo. A Rua Amazonas (hoje Av. Amazonas) começava na Francesa e terminava em frente à igreja de São Benedito. Havia um caminho cercado de mato que ligava a Rua Amazonas até a Rua Vicente Reis (hoje Lindolfo Monteverde). A estrada que ligava a cidade de Parintins até a comunidade do Parananema iniciava em frente ao estádio de futebol Tupi Cantanhede. A frente da cidade sofria com a erosão das águas do Rio Amazonas porque não havia ainda muro de arrimo.

Souza (2003) afirma ainda que

Não haviam residências muradas. As casas eram protegidas por cerca de aquariquara. Mas, a vida era tranquila e gostosa. De vez em quando o cotidiano alterava-se com a chegada de um circo com seus mágicos, palhaços, enquetes improvisadas e suas histórias de ilusão e alegria. À sombra das milenares 'mangueiras cantantes', (...) por causa do barulho ensurdecador dos periquitos, as famílias que residiam na rua da frente, reuniam-se para curtir a magia do por-do-sol. À noite, a roda das conversas, sempre animada pelo cafezinho, era em frente às residências, enquanto casais de namorados, vigiados discretamente, trocavam olhares iluminados pelo amor e pelo luar. Moça de família não colocava os pés na rua à noite se não fosse acompanhada dos pais ou irmãos. As crianças e os jovens tomavam a bênção aos mais velhos e estudavam na Escola Particular da professora Anita Freitas (p.70).

Assim, a cidade de Parintins, até o final da década de 1960, apresenta um processo de produção urbana com ritmos e situações bem diferentes. Desde o seu início, mesmo que de forma espontânea, há uma racionalização na formação das primeiras ruas, as quais foram definindo um padrão de estrutura urbana tendo sempre como referência para seu traçado, o rio Amazonas. Essa lógica também orienta a disposição dos demais objetos no perímetro urbano, nesse primeiro momento.

Mas Parintins não se encerra apenas em sua estrutura física. Ela também contém as pessoas que vivem cotidianamente, com suas origens, seus relacionamentos, que muitas vezes vão além dos limites do sítio urbano, seus modos de vida, pensamentos e sentimentos quase sempre ofuscados pela aparente homogeneidade da cidade. Assim, Parintins aos poucos vai se

transformando cada vez mais, na fronteira de diversos mundos – como já mencionado nesse trabalho por Oliveira e Schor (2008).

2.3.2 Década de 1970

Na primeira parte da década de 1970 se intensificou a produção de juta e malva em Parintins, chegando ao ápice da produção. A cidade possuía 16 estabelecimentos industriais. Entre estes, a Fabril Juta, que empregava mais de 1.000 funcionários em três turnos de trabalho; a Olaria Pe. Colombo e a Olaria São José; as prensas de juta da firma Martins Melo S. A., da Companhia de Aniação de Caçapava e de Sebastião Araújo Sobral Santos S. A.; as usinas São Francisco, Santo Afonso e Santo Antonio, com o beneficiamento de pau-rosa; Guaraná Delícia e Oriental e outros (Souza, 1998).

Parintins exportava juta prensada, cacau, guaraná, essência de pau-rosa, borracha, cumaru, óleo da copaíba, batata e gado para os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará e outras localidades.

No período que corresponde à segunda metade da década de 1970, o Brasil vive uma crise inflacionária decorrente da crise internacional do Petróleo e do Milagre Brasileiro, o que se reflete também em Parintins, quando ocorre o enfraquecimento da produção da juta e malva, motivado pela concorrência no mercado internacional. Ocorre o fortalecimento do mercado de gado bovino e bubalino e os grandes capitalistas locais começam adquirir as áreas de várzea para criação de gado.

Em 1975 acontece a segunda maior enchente do Rio Amazonas, ocasião em que 13,45% dos ribeirinhos foram obrigados a abandonar a área rural e ocupar a área urbana, registrando a primeira explosão demográfica urbana, pelo característico fenômeno do êxodo rural. A maior enchente até 1975 no Amazonas ocorreu em 1953 (Luz, 2006).

Essa dinâmica populacional que começa despontar nesse período em direção à cidade é motivada também pela ausência ou ineficiência de políticas voltadas para o campo. Diante dessa situação, a cidade se apresenta como alternativa para a população, como ponto de atração. Essa é a lógica do modelo de sociedade que impulsiona a criação das cidades.

Nesse sentido, Rolnik (1995) considera que a cidade é como “um ímã, um campo magnético, que atrai, reúne e concentra os homens” (p.12). Para a autora, a cidade é como um ímã mesmo antes de se tornar o local permanente de trabalho e moradia das pessoas.

Com as transformações ocorridas em Parintins, no que diz respeito ao contexto político, econômico e social, e o papel que esta cidade representava, gerou uma intensa

ocupação do seu perímetro urbano pela pressão populacional, que passa de 27.525 em 1960, para 38.801 habitantes, sendo 16.747 na área urbana e 21.334 na área rural. Observa-se que apesar do aumento populacional significativo, a população rural ainda é maior que a urbana.

Como consequência desse crescimento demográfico, houve a ocupação do bairro de Palmares (nº 6), formando o grande Palmares, que mais tarde foi subdividido com a criação dos bairros de Nossa Senhora de Nazaré e São Vicente de Paula. Surge o conjunto da Sham (hoje Bairro Vitória Régia). Intensificou-se ainda nesse período a ocupação do Bairro da Francesa (nº 4), a consolidação do Bairro de Santa Clara (nº 1) e ampliação do Centro da Cidade (nº 5). A malha urbana avança no sentido Sul e Leste (Fig. 12).

Em 1978 o Projeto de Lei nº 06/78 – CMP denomina o Itaguatinda (bairro em processo de consolidação) de Senador José Esteves (hoje São José).

O Bairro de Palmares, conhecido anteriormente por COHAB-AM de Palha e Bangu, foi construído no terreno pertencente ao Sr. Elias Assayag. O terreno foi desapropriado pelo prefeito Benedito de Jesus Azedo. Costumava-se dizer que os primeiros moradores do Palmares moravam “pra lá da placa”. Esta expressão de cunho preconceituoso fora motivada pelo alto índice de violência verificado nos primeiros anos (decorrente da explosão demográfica aliada à falta de planejamento e infraestrutura para absorver a população e satisfazer a demanda por ocupação e renda) e pelo fato de a prefeitura ter instalado um grande letreiro onde se lia: Bairro de Palmares, como demarcação do início do bairro.

O perímetro urbano acelerou seu crescimento. O limite ao Norte compreendia a margem direita do Rio Amazonas, tinha sua extensão na área do Centro, cais do porto, rampa do mercado, além das escadarias de acesso localizadas na frente da Praça do Sagrado Coração de Jesus, Praça do Cristo Redentor, porto Tamaquaré e Praça de São Benedito. Na parte Sul o limite ia até os bairros em formação: Palmares, São Vicente de Paula, Nossa Senhora de Fátima e Santa Rita. No sentido Leste da cidade os limites se estendiam até os bairros da Francesa e Santa Clara (antes conhecido por Gentil Belém), os quais em fase de estruturação. A parte Oeste a área urbanizada chegava até onde hoje é o Bairro Dejard Vieira (ANDRADE, CARNEIRO, 2012).

Ampliam-se alguns serviços públicos, como a mudança no sistema de fornecimento de energia elétrica com rede de alta tensão; a instalação da rede de distribuição de água; o recapeamento das ruas com cimento; e inicia a construção do muro de arrimo da frente da cidade, entre outros.

EVOLUÇÃO URBANA DE PARINTINS ATÉ A DÉCADA DE 1970

Figura 12: Mapa da evolução urbana de Parintins até década de 1970.
Org: Harald Dinelly/Janeiro/2013.

Andrade e Carneiro (2012), em suas análises sobre os dados levantados sobre Parintins na década de 1970, consideram que os serviços de água, luz, esgotos e pavimentação de ruas eram precários, atingiam apenas 40 a 50% da extensão urbana. A educação seguia o modelo brasileiro em sua precariedade e precisava de reformas. A segurança pública era deficiente para a época. Os serviços de saúde, o trânsito, limpeza pública e abastecimento deixavam a desejar. O esporte e a cultura precisavam de incentivos. Por outro lado, o festival folclórico começava se expandir além das fronteiras do município e a despertar interesses econômicos, políticos e sociais.

Em 1978 foi implantada a Caixa Econômica Federal. Em 1979, o parintinense teve a oportunidade de assistir à televisão (preto e branco). Instala-se a TV Ajuricaba Ltda. Inicia ainda o sistema de telefonia na cidade pela empresa Telecomunicações do Amazonas S. A. – TELAMAZON.

Na área onde hoje é denominado de Distrito Industrial, foi construída a Escola Agrícola, mais tarde a rádio Club e a Exposição Agropecuária. Nessa direção (Oeste) estavam ligadas com a cidade, através de avenidas, as comunidades de Aninga, Parananema e Macurany e o local onde foi construído o Aeroporto Júlio Belém.

Na década de 1970 o número de ruas aumentou para 38, com várias travessas e avenidas e foram construídas duas praças. A primeira praça foi construída na área do antigo aeroporto Pichita Cohen em homenagem ao senador Fábio Lucena, a qual foi reconstruída em 1977 com a denominação de “Praça da Liberdade”, nome que permanece nos dias atuais. A segunda praça construída ainda em 1977 denominada de “Praça do Suzana” (hoje Complexo Esportivo Benedito Azedo), localizada no Bairro de Nossa Senhora de Nazaré.

A cidade foi governada nesse período pelos prefeitos Gláucio Bentes Gonçalves (até 1972), Benedito de Jesus Azedo (de 1973 a 1976), Raimundo Reis Ferreira (de 1977 até o final da década).

Assim, Parintins vai se produzindo cotidianamente, com seus mistérios, com seus segredos nem sempre revelados, por isso nem sempre desfrutados. Nas suas entranhas existe a alegria do encontro, mas também a tristeza do desencontro.

2.3.3 Década de 1980

A década de 1980 foi uma época em que o Brasil vivia o governo do regime ditatorial militar, mas que também começava emergir significativas mudanças e novos ordenamentos

no quadro político da sociedade. O país convive com grandes contrastes sociais e econômicos, frutos de um modelo excludente de sociedade, marginalizando a população sem acesso aos bens sociais básicos como a educação, saúde, saneamento básico, habitação e salário digno. A hiperinflação leva a população a sofrer. O Plano Cruzado do governo Sarney causou um choque na economia com o congelamento dos salários e dos preços, além de criar uma nova moeda – o cruzado. E Parintins não ficou imune dessa situação. O número de desempregados aumentou, fábricas fecharam, diminuiu a arrecadação do município deixando muitas famílias sem condições de sustento (ANDRADE, CARNEIRO, 2012).

O processo de urbanização ocorrido em Parintins na década de 1980 redefiniu as relações ocorridas entre a cidade e o campo. O campo passou por um processo de esvaziamento populacional, principalmente devido à chegada da prática da pecuária extensiva para a região (iniciada na década anterior), ao mesmo tempo em que a cidade passou por outro processo, o de inchaço populacional, que acarretou inúmeros problemas, tanto sociais como ambientais aos moradores.

O crescimento demográfico acelerado foi desencadeado não somente pelo êxodo rural, mas também pela imigração de nordestinos e populações vindas de outros Estados e municípios. A população urbana que em 1970 era de 16.747 habitantes, se eleva para 29.504 em 1980. A população rural é de 21.877 habitantes. Pela primeira vez na história de Parintins a população urbana supera a rural.

Com isso, os bairros de Santa Clara, Francesa e Palmares são totalmente ocupados, inclusive em suas orlas lacustrinas. Inicia a ocupação dos Bairros de Santa Rita de Cássia (nº 3), Nossa Senhora de Nazaré (nº 7), São Vicente de Paula (nº 8), Emílio Moreira (nº 9), São Francisco (atual Vitória Régia - nº 11), Itaguatinga (atual São José - nº 13), João Novo (nº 14), Dejjard Vieira (nº 15), Raimundo Muniz (nº 10) e Distrito Industrial (nº 16). Intensifica-se a ocupação dos bairros Centro (nº 5) e São Benedito (nº 12) (Fig. 13). Surgem os conjuntos habitacionais da SHAM (hoje Vitória Régia), Macurany e João Novo.

Portanto, foram vários os fatores que influenciaram a ocupação urbana de Parintins na década de 1980. Primeiro termina o período da grande produção da juta ocasionando o fechamento da Fabril Juta, deixando muitas pessoas sem emprego. O prédio da Fabril Juta foi ocupado pelo boi Garantido que o transformou em QG. O prédio da Cooperativa foi ocupado pelo boi Caprichoso para a Escola de Artes. A maior circulação de dinheiro estava no funcionalismo público.

EVOLUÇÃO URBANA DE PARINTINS ATÉ A DÉCADA DE 1980

Figura 13: Mapa da evolução urbana de Parintins até a década de 1980.
Org: Harald Dinelly/Janeiro/2013.

Na década de 1980, a pecuária surge como principal atividade econômica da região, ocasionando maior acúmulo de capital. Com isso, os fazendeiros entram na corrida para aumentarem seus rebanhos e suas pastagens, tanto em ecossistemas de várzea como em terra firme, em função da sazonalidade dos rios amazônicos. Os criadores que pertenciam a Associação dos Pecuáristas construíram um parque de exposição para realização de feiras agropecuárias a EXPOPIN, que acontecia duas vezes ao ano.

A hiperinflação brasileira leva pequenos proprietários a venderem suas propriedades para os fazendeiros principalmente para investir no mercado financeiro (poupança etc.) e mudarem para a cidade, em busca melhorias nas condições de vida. A cidade passou então a receber os lavradores afugentados do campo, que vieram ganhar a vida de qualquer modo, havendo uma redefinição das relações cidade e campo.

Outro fator que impulsionou o interiorano a vir para a cidade foi que as escolas multisseriadas construídas na área rural já não atendiam mais a demanda pelo avanço nos estudos, pois ofereciam apenas o ensino fundamental. Por conta disso, os pais ou tiveram que mudar para a cidade ou então mandavam os filhos para estudar, morando nas casas de parentes ou conhecidos.

O aumento da demanda por escolas levou o Governo Municipal a construir mais escolas na cidade. Em 1987 a Universidade do Amazonas (UA) implanta em Parintins o curso de Letras.

Na década de 1980 surgem as seguintes praças: Gentil Belém (no Bairro de Santa Clara); Judith Prestes (Comunas), inaugurada em 1985 (no Bairro Centro); Dr. Tsukasa Uyetsuka (Japonês), inaugurada em 21 de outubro de 1981 (no atual Bairro Vitória Régia); e Praça de Nazaré (no Bairro Nossa Senhora de Nazaré).

Em 20 de setembro de 1982 é inaugurado o novo Aeroporto de Parintins denominado de Julio Belém, localizado na parte sudoeste da cidade, estando inserido na área de expansão do perímetro urbano. O aeroporto é de propriedade da Prefeitura Municipal, sendo por ela administrado (Fig. 14).

Figura 14: Aeroporto Julio Belém – Parintins.

Fonte: www.parintins.br

Em 1984 a Lei nº 042/84, no art. 1º aprova o loteamento e urbanização da área do antigo aeroporto Pichita Cohen, localizada entre o Bairro de Palmares e o Centro da cidade. Hoje, estão instalados nesse local além da já mencionada Praça da Liberdade, a primeira igreja Batista de Parintins, a Câmara Municipal, o Conjunto Macurany, o bumbódromo, o SAAE e outros.

Com relação ao Festival Folclórico, o Governo Estadual constrói o Bumbódromo, a Coca-Cola patrocina o evento do Boi-Bumbá e a TV Globo passa a transmitir o Festival, que se transforma no “grande espetáculo para o mundo ver”. Assim, constrói-se o sonho do Eldorado do Turismo com promessa de trabalho.

Mas com o crescimento da população urbana aumentou a demanda por estrutura e serviços urbanos e a cidade não estava preparada para atender todas as necessidades requeridas. Por conta disso, as pessoas passaram a viver em péssimas condições de vida, com habitações à beira de córregos poluídos, próximas a “lixões” e similares, comprometendo a saúde e o ambiente.

O serviço de saúde ficou mais deficitário, a Fundação SESP desestruturada, a Casa de Recuperação para pacientes portadores de tuberculose foi fechada, o hospital Pe. Colombo que pertence à diocese, mas é conveniado com o Estado, não consegue atender toda a demanda que chega, não apenas de Parintins, mas também de outros municípios.

A cidade foi governada nesse período pelos prefeitos Raimundo Reis Ferreira (até 15.05.1982), Paulo Vitorino de Menezes (até 31.01.1983), Gláucio Bentes Gonçalves (de 1983 a 1989), Enéas de Jesus Gonçalves Sobrinho (1989 até o final da década).

Em que pesem os interesses econômicos que permeiam a expansão desmesurada da área urbana, é importante ter em conta que, em nome da cidadania, a cidade não pode crescer só em tamanho, mas também deve ser ampliado, na mesma proporção, o acesso aos elementos necessários a uma qualidade de vida satisfatória à sua população. Dentre tais elementos, sem dúvida, o acesso à terra urbana em condições locacionais adequadas é um dos mais importantes.

2.3.4 Década de 1990

Na década de 1990, mesmo diante do cenário econômico recessivo vivido pelo país e pelo município, a cidade amplia ainda mais o seu ritmo de crescimento. A população urbana atingiu um total de 41.591 habitantes, enquanto a população rural apresenta uma maior redução populacional com um total de 17.192 habitantes.

Esse crescimento foi impulsionado, de um lado, pela inadequação cada vez mais das políticas do campo, dificultando a vida do interiorano e sua permanência nos locais de origem, por outro, o auge do Festival Folclórico¹ principalmente, e o turismo que desponta, tornam a cidade cada vez mais atrativa. Estas perspectivas influenciaram médios investidores locais criando uma expectativa de abertura de mercado de trabalho. Com isso, a cidade se aparentava como a principal alternativa de uma vida melhor.

Esse fluxo migratório resultou num crescimento demográfico urbano na ordem de aproximadamente 13,33%. Diante do aumento do número de habitantes e da falta de estrutura para atender todas as demandas, aceleram-se ainda mais os problemas ditos urbanos, entre estes a questão da moradia. Essa situação, somada aos interesses de determinados grupos políticos motivaram um processo de ocupação de terras em Parintins, começando pela fazenda Itaúna, que formou o Bairro Itaúna I (nº 20). A segunda ocupação se deu novamente na Fazenda Itaúna, passando a formar o Bairro Itaúna II (nº 21), seguida da formação do Bairro Paulo Corrêa (nº 23), e também o surgimento de uma área de loteamento a qual recebeu a denominação Jacaréacanga (nº 19), os quais podem ser visualizados na Fig.15. Este processo contribuiu ainda para expansão dos bairros de Nossa Senhora de Nazaré (nº 7), São Vicente de Paula (nº 8), Emílio Moreira (nº 9), São José Operário (nº 13) e Dejard Vieira (nº 15). Surgem ainda os conjuntos habitacionais Novo Lar, Paraíba e Pe. Silvio Mioto.

¹ O Festival Folclórico de Parintins inicia seu ponto culminante a partir do ano de 1966, com as apresentações dos bumbas Garantido e Caprichoso, primeiramente nos dias 28, 29 e 30 do mês de junho, data esta que foi alterada para a última semana de junho a partir do ano de 2005.

EVOLUÇÃO URBANA DE PARINTINS ATÉ A DÉCADA DE 1990

Figura 15: Mapa da evolução urbana de Parintins até a década de 1990.
Org: Harald Dinelly/Janeiro/2013.

Rodrigues (1994) quando analisa a criação das favelas e das ocupações na cidade, diz que estas ocorrem pela impossibilidade de pagar o preço da casa/terra em função dos baixos salários. As ocupações demonstram que a busca do onde e como morar implica a luta pela sobrevivência, pela cidadania, uma capacidade de resistência dos trabalhadores.

As pessoas também migram para os centros urbanos, pelo fato de os meios de comunicação venderem uma imagem da cidade, muitas vezes, baseada na

(...) ‘mentira’ ao apregoar a fartura e o grande número de empregos da cidade. Os meios de comunicação vendem o “bem-estar e o luxo, através das bebidas, cigarros, marcas de roupas, etc. e, também a responsabilidade do próprio indivíduo em ‘vencer’. ‘Se veio para a cidade e não conseguiu emprego e casa, a responsabilidade é sua’. Os meios de comunicação criam também uma expectativa. Os que vieram ‘devem estar bem na vida’ ou devem inclusive ‘mentir’ sobre a sua situação para não se assumirem fracassados em relação à sua responsabilidade ((RODRIGUES, 1994, p. 35).

Assim, o crescimento populacional contribuiu, em certa medida, para uma aceleração da expansão do tecido urbano de Parintins. A periferia da cidade foi significativamente estendida com a produção dos novos bairros mais distantes, sobretudo na direção sudoeste, alguns, inclusive, separados da malha urbana contínua por mananciais. Para facilitar essa ampliação, houve algumas intervenções no sistema viário da cidade com a pavimentação de ruas em áreas mais afastadas da porção central, construção de pontes e melhorias nas rodovias de acesso à área urbana. A partir de 1997 o Bairro de Santa Rita de Cássia teve suas ruas interligadas com as ruas do Bairro do Palmares por meio do processo de aterramento do curso d’água que separava as ilhas.

O mesmo aconteceu com a segunda ilha de expansão da malha urbana de Parintins separada pelo Lago do Macurany, onde foram construídas três pontes: a primeira é a Ponte da Fabril, que liga a Rua Lindolfo Monte Verde à Rodovia Odovaldo Novo; a segunda é a Ponte do Gabião que dá continuidade à Rua Paraíba, fazendo a ligação com o Bairro Itaúna I; e a terceira é a Ponte Amazonino Mendes que faz ligação com a Rua Pe. Augusto Gianola no Bairro Paulo Corrêa.

Em 1991, a Universidade do Amazonas-UA (atual UFAM) implantou em Parintins a Licenciatura Plena em Geografia e em 1993 as Licenciaturas em Biologia, Matemática, Física e Química. Por outro lado, a rede pública de ensino fundamental e médio não conseguia atender a demanda por vagas e muitos alunos não tiveram acesso à escola.

Nesta década de 1990, os principais pontos comerciais da cidade estavam localizados na Rua João Melo, com acesso ao porto da rampa do Mercado Municipal; e na Francesa, com

acesso à Lagoa da Francesa. No atual Bairro Vitória Régia surge a Praça Tonzinho Saunier (antiga Praça do Chiquinho, depois chamada de Praça do Piracuru).

As constantes crises econômicas pelas quais passou o país frearam o desenvolvimento econômico de Parintins. Por outro lado o insucesso do Eldorado do Turismo aumentou o desemprego. Assim, a expansão urbana associada a um planejamento ineficaz fez com que ao mesmo tempo em que o centro urbano se consolidasse como local de moradia das classes de renda mais alta, dotado de praticamente toda a infraestrutura necessária (pavimentação, telefone etc.) e dos melhores serviços da cidade, a periferia se expandisse com ausência dessa estrutura e serviços, resultando na segregação espacial e degradação do ambiente com interferências na qualidade de vida.

Segundo Carlos (2011)

(...) A dimensão de vários tempos está impregnada na paisagem da cidade (...). (...) A paisagem urbana é a expressão da 'ordem' e do 'caos', manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-o no nível do aparente e do imediato. (...) Há bairros mais novos e mais velhos. (...) Há diferenças arquitetônicas, de usos, de cores, de tempos, de intensidade e de movimentos. Desigualdades. Contradições. Será que podemos dizer que existem várias cidades dentro da cidade? (...) A paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, os quais fornecem elementos para uma discussão de sua evolução da produção espacial, e do modo pelo qual foi produzida (p. 35-36).

Lefebvre (1974) deduz que o espaço traduz um conjunto de diferenças, ou seja, é o lócus da coexistência da pluralidade e das simultaneidades de padrões, de maneiras de viver a vida urbana. Para o autor, o espaço é também o lugar dos conflitos, onde a exploração subordina não apenas a classe operária como outras classes sociais.

Parintins foi governada na década de 90 pelos prefeitos Enéas de Jesus Gonçalves Sobrinho (até 1992), Raimundo Reis Ferreira (1993 a 1996), Carlos Alberto Barros da Silva (1997 até 03/11/1998), Heraldo Farias Maia (1998 até o final da década).

Em 5 de abril de 1990 foi promulgada a Lei Orgânica do Município de Parintins (Lei nº 01/90-CCMP). No cap. II, art. 11º diz que “Ao município compete prover a tudo o que diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população”. No inciso III do art. 11º diz que é uma das atribuições do município “elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento, que compreenderá o Plano Diretor Urbano e o Plano Municipal de Agricultura e Pecuária”.

No capítulo V, Da Política Urbana, art. 201, assegura que “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. Reafirma ainda no § 1º do art. 201 que “O

Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”.

No cap. VI, Do Meio Ambiente, art. 206, prescreve que “Todos tem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso como do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No art. 207 do cap. VI são criadas cinco Áreas de Proteção Ambiental (APAS) a saber: “I – a bacia hidrográfica da Francesa; II – a bacia hidrográfica do Parananema; III – a bacia hidrográfica do Macurany; IV – a bacia hidrográfica do Aninga; e V – a bacia hidrográfica do Macuricanã, na parte pertencente ao município de Parintins. Salienta-se que até o final da década de 1990, Parintins não tinha o seu Plano Diretor.

A criação dessas APAS abrange somente os mananciais, porém tem outras áreas na cidade que precisam ser preservadas, como por exemplo, áreas verdes. A cidade a cada dia fica mais desnuda de vegetação ocasionando com isso o aumento da temperatura e as ilhas de calor.

Assim, a cidade que se desenvolve sem um planejamento adequado acaba por ter consequências graves, como a falta de saneamento básico que pode provocar doenças, enchentes, alto custo de manutenção dos serviços públicos como coleta de lixo e abastecimento de água, dentre outros problemas, como o processo de favelização e aumento da criminalidade.

2.3.5 Década de 2000

A análise urbana de Parintins na década de 2000 leva-nos a pensar que o seu processo de constituição e evolução é um fenômeno que não ocorre de forma linear ao longo de sua história, ou como algo evolutivo: ele é cheio de contradições, avanços e recuos, refletindo a dinâmica do desenvolvimento da sociedade e dos processos de produção e reprodução do capitalismo em diferentes épocas. Isso nos impõe a pensar o presente, sem perder de vista o passado, numa relação que se anuncia como o novo e que está presente no processo de produção e reprodução da cidade e do espaço urbano e do ambiente a ser produzido.

A cidade foi governada nessa década de 2000 pelos prefeitos Heraldo Farias Maia (2000), Enéas de Jesus Gonçalves Sobrinho (2001 a 2004), Frank Luiz da Cunha Garcia (2005 até o final da década).

O crescimento populacional de Parintins, em termos absolutos, atingiu em 2010 um total de 102.033 habitantes sendo que 69.890 residindo na área urbana e 32.143 na área rural (Tab. 04)

Tabela 04 - Evolução da população de Parintins entre os anos de 1970 a 2010.

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
1970	16.747	21.334	38.801
1980	29.504	21.877	51.381
1991	41.591	17.192	58.783
2000	58.125	33.993	92.118
2007	66.236	35.808	102.044
2010	69.890	32.143	102.033

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1990 e 2010.

Na Tabela 04 se observa que a população urbana de Parintins apresenta um crescimento progressivo de 1970 a 2000. O maior crescimento se dá na década de 1980, quando atinge um total de 29.504 habitantes, ou seja, um aumento de 12.757 pessoas em relação à década anterior (1970). Esse crescimento acompanha a urbanização brasileira que desponta a partir da década de 1980. Ressalta-se que no ano de 2007 não foi realizado o Censo Demográfico pelo IBGE, foi feita apenas uma contagem populacional.

Parintins é, na atualidade, a segunda maior cidade do Amazonas em número populacional, ficando atrás apenas de Manaus (Tabela 05).

Tabela 05 - População urbana residente nas principais cidades do Amazonas.

CIDADES	POPULAÇÃO
Manaus	1.792.881
Parintins	69.890
Manacapuru	60.147
Itacoatiara	58.157

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Esse crescimento populacional da década de 2010 foi acompanhado do crescimento da malha urbana com o surgimento dos bairros Castanheira (nº 2), Tonzinho Saunier (nº 22), União (ocupação de terras) - (nº 24), e dos loteamentos Lady Laura (nº 17), Pacoal Alágio (nº 18), e Teixeira (nº 25) - (Fig. 16).

EVOLUÇÃO URBANA DE PARINTINS ATÉ A DÉCADA DE 2000

Figura 16: Mapa da evolução urbana de Parintins até a década de 2000.
Org: Harald Dinelly/Janeiro/2013.

Segundo Martinelli (2009) os mapas podem mostrar muito mais do que apenas uma posição dos lugares. Eles são um meio de compreensão, de registro e comunicação das formas e dos relacionamentos existentes no espaço terrestre. Os mapas das cidades são produzidos como ideário de representação, registro de memória, inventário do imaginário, narrativa histórica da geografia e da paisagem urbana. Nesse sentido, os mapas produzem as identidades do espaço urbano e suas representações ao longo do tempo, ao darem visibilidade a significados constituídos no processo histórico.

Ao observar o mapa da evolução do espaço urbano atual de Parintins (Fig. 16), percebe-se que a cidade hoje é bem diferente daquela das décadas anteriores, não só pela extensão da malha urbana que evidencia modificação na natureza, mas também porque os modos de vida das pessoas que nela vivem se modificaram. Agora, os hábitos, costumes e ações políticas têm como referência a cultura urbana.

Bertoli e Barbosa (2012) ao analisarem a paisagem e morfologia urbana da cidade de Parintins identificaram, entre outros, dois processos que influenciaram na transformação da configuração morfológica recente da cidade. O primeiro diz respeito à substituição de moradias em área de beira-rio, e o segundo está relacionado à formação de loteamentos recentes em áreas periféricas, ambos evidenciando alterações estruturais na morfologia urbana.

Segundo Bertoli e Barbosa (2012), grande parte das elites ainda habita o centro da cidade, mas há uma forte tendência à sua realocação para as áreas próximas ao centro. Isso é evidenciado pela paulatina mudança nos padrões de moradias que vem ocorrendo principalmente em duas áreas: a primeira na zona leste e sudoeste de Parintins, mais precisamente nos bairros Castanheira, Santa Rita e Palmares; e a segunda nas margens do lago do Macurany. Nessas áreas a alteração da morfologia é de beira-rio. Na área primeira, pelo processo de substituição de moradias, para especulação de aluguéis no período do festival folclórico; e na segunda pela produção de moradias de alto padrão, para as elites, como as mansões. A espacialidade produzida por essas moradias tendem a cristalizar um conjunto de moradias contínuas o que reforçam a tendência da homogeneidade social da área que se dá de forma seletiva, excludente e segregadora.

Quanto às ocupações mais recentes que iniciaram a partir dos anos 90, com a formação dos bairros Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e União (em 2010), estas causaram profundas transformações na geomorfologia urbana de Parintins, por iniciarem a ocupação da

segunda ilha principal, que constitui o sítio apto à expansão urbana. E para que fossem superados os limites físicos impostos pelo sítio, foram necessários vários aterros e construção de pontes. Estas áreas ocupadas pertenciam ao empresário paraense Paulo Corrêa, que foi indenizado posteriormente pela prefeitura local (BERTOLI; BARBOSA, 2012).

Bertoli e Barbosa consideram ainda que:

(...) os efeitos da posse de glebas, lotes e moradias beira-rio, causam também enorme impacto na qualidade de vida dos habitantes de Parintins, que ironicamente tornam-se moradores de uma “ilha sem rio”, pois veta-se a possibilidade do constructo de práticas de lazer tão valorizadas em meio ao calor amazônico. Delineia-se uma morfologia excludente, seletiva, fragmentadora e impactante no que tange ao comportamento social que passa a ser alterado (2012, p.8).

A partir destas intervenções na morfologia urbana, formaram-se novos eixos de avanço da malha em expansão do tecido urbano rumo à periferia, onde áreas rurais e antigas fazendas se transformaram em loteamentos como é o caso do loteamento Vila Cristina, localizado na comunidade periurbana do Macurany e que se configura como uma das frentes de expansão da malha urbana de Parintins mais recente.

De acordo com os estudos de Silva (2011), o loteamento Vila Cristina abrange “uma área de 181.1638 hectares, limita-se ao norte (lado esquerdo) com o lago do Macurany; ao sul (lado direito) com o lago do Parananema; a leste (frente) com o rio Parananema e a oeste (fundo) com a estrada do Faz Tudo” (p. 10).

Para a construção das casas do Conjunto Residencial Vila Cristina, que está sendo executado em Parintins pela Construtora NV, foi retirada uma grande quantidade de árvores de castanheiras. Esse fato criou um impacto na comunidade parintinense, não somente por afetar diretamente os moradores da comunidade do Macurany, que de forma abrupta e arbitrária tiveram destruído seu ambiente e seu patrimônio material: coleta, consumo e venda da castanha, qualidade e modo de vida; e imaterial: aspectos de sua cultura, crença, a relação estabelecida com e no espaço e todas as implicações daí decorrentes, mas também por esta área ser considerada, no Plano Diretor do Município, como uma APA (Área de Proteção Ambiental do Macurany).

O mais agravante é que o licenciamento ambiental que legitimou essa ocupação foi concedido pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM). Por outro lado, no Plano Diretor do Município não se encontra a delimitação da APA (Silva, 2011). Isso revela que o grande capital quando instala estrategicamente um empreendimento em determinada área, desconsidera não só o lugar enquanto parte da natureza, mas também a

sociedade que nele vive cotidianamente. No caso em questão, a retirada das castanheiras contribui para o aumento do desconforto térmico no ecossistema urbano, com o aumento da temperatura e também afeta o sustento de muitas famílias, que tinham no consumo e na comercialização da castanha uma alternativa de sobrevivência.

Segundo Oliveira (2000)

É preciso reconhecer que, se de um lado o processo de urbanização (...) está assinalado pela exclusão, de outro ele contém a possibilidade da inclusão, pois existem as especificidades decorrentes da história do lugar, da capacidade de resistência e da forma não igual de como as inovações atingem o lugar e de como as pessoas se relacionam com o novo. Todos esses aspectos, mediados pelos usos e costumes, determinam a forma de produção das cidades, que se constituem como *locus* privilegiado na articulação entre o lugar, o nacional e o global e portanto no lugar da resistência. (...) a produção da cidade não se restringe ao econômico, mas á reprodução da vida, pois a cidade não depende apenas das relações de produção, mas abrange outras dimensões como a política, a cultura e o lazer. Então, a sua produção possui a dimensão da totalidade que abarca o cotidiano (p. 168-169).

Quanto às leis, sabe-se que estas, são importantes para a construção de uma cidade. A legislação urbanística existe para se estabelecer limites às ações humanas que interferem no espaço urbano e na qualidade de vida na cidade. Essas ações estão relacionadas com as necessidades próprias de uma vida em um espaço urbano, como moradia, trabalho, educação, saúde, locomoção, alimentação e lazer. Na década de 2000 foi criado o Estatuto da Cidade que serviu de parâmetro para algumas leis criadas em Parintins como instrumento de viabilização das políticas urbanas.

A criação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Esta Lei em seu Cap. 1, art. 1º, Parágrafo Único, “estabelece as normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. No art. 2º diz que “a política urbana tem como objetivo ordenar o pleno funcionamento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”.

Segundo Rodrigues (2005) o Estatuto da Cidade propicia desvendar conflitos relacionados ao planejamento, apropriação, propriedade, gestão e uso do solo nas áreas urbanas, porém, o Estatuto não resolve nem elimina os conflitos, mas os retira da sombra, reconhece o predomínio da população urbana e a falta de acesso da maioria aos padrões de urbanidade vigentes. Para a autora, a cidade é compreendida como produto coletivo e não apenas como decorrente dos agentes tipicamente capitalistas. Isso torna explícito que a população urbana não é a causa dos problemas e que estes devem ser analisados a partir da complexidade da produção das e nas cidades.

O Estatuto da Cidade nos capítulos I, II (seção XII), III e IV estabelece critérios para o parcelamento do solo; define padrões e normas de planejamento urbano; reconhece o município como unidade de planejamento do espaço e propulsor de gestão coletiva; estabelece critérios e a obrigatoriedade para a elaboração do Plano Diretor para os municípios com população acima de 20 mil habitantes; e inclui a obrigatoriedade de participação da sociedade civil na elaboração do Plano Diretor Municipal.

De acordo com Rodrigues,

(...) o Estatuto reafirma a propriedade privada/individual, impõe limites à especulação, induz o reconhecimento da cidade como produção coletiva, cria novos instrumentos jurídicos e participativos que permitem ao poder público tomar providência para que as propriedades cumpram sua função social, em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos (2005, p. 92).

No que se refere às Leis de Parintins, no dia 5 de outubro de 2006, foi votada e sancionada a Lei Municipal nº. 375/2006, que instituiu o Plano Diretor da Parintins. O Plano Diretor é uma Lei que diz como o Estatuto da Cidade deve ser aplicado no município. Se bem elaborado, a cada 10 anos precisa ser revisto. Diversamente, recomenda-se uma revisão após 5 anos. Nesse sentido, considera-se que o Plano Diretor de Parintins carece de adequações.

A Lei Municipal nº 09/2006, que regulamenta o Plano Diretor do Município de Parintins e estabelece diretrizes gerais da política urbana do Município, em seu art. 1º, dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Parintins às diretrizes e instrumentos instituídos pela Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade.

No art. 72 da subseção I, seção IV, capítulo I, título IV do Plano Diretor de Parintins, as áreas de Aninga, Campo Grande, Macurany, Parananema, ilhas de terra firme que integram os complexos de Aninga, Macurany, Parananema e Francesa, são definidas como áreas rurais.

O parágrafo único do art. 73, subseção II do título IV diz que as áreas prioritárias para a expansão urbana são: os loteamentos regularmente aprovados pela Câmara Municipal; a Sede da Vila Amazônia; as terras compreendidas entre os loteamentos regularmente aprovados pela Câmara Municipal e o limite da unidade de conservação do campo grande e os limites da APA (Área de Proteção Ambiental) do Macurany, Parananema e Aninga.

O art.74, subseção II do título IV, determina que “Quaisquer atividades desenvolvidas no Setor de Expansão deverão estar de acordo com as respectivas leis”: lei de uso e ocupação

do solo; lei do parcelamento do solo; código de obras; lei de licenciamento ambiental municipal; leis que incentivam programas habitacionais de interesse social.

O art. 77 da seção VI, cap. I do título IV, que trata da estruturação do espaço urbano, diz que este visa propiciar a qualidade de vida da população, a valorização dos recursos ambientais de Parintins e a otimização dos benefícios gerados na Cidade. O art. 78 preconiza que para a efetivação da estruturação do espaço urbano, o território deve ser dividido espacialmente em: Unidades de Estruturação Urbana (UEU), composta por vários bairros; e eixo de atividades e corredores urbanos. No art. 79, a estruturação do espaço urbano deverá atender as seguintes diretrizes:

1. estimular a instalação de atividades econômicas de comércio, serviço e indústria e lazer, em áreas com capacidade de suporte na malha viária e infraestrutura urbana;
2. reconhecer e conservar áreas de uso predominantemente residenciais, assegurando a manutenção de suas características funcionais e espaciais, resguardando o bem estar e a qualidade de vida da população;
3. regulamentar e controlar atividades incômodas ao uso residencial e empreendimentos de impacto socioeconômico e urbanístico;
4. promover a requalificação e a dinamização dos centros secundários e Eixo de Atividades;
5. estimular a ocupação de áreas vazias ou subutilizadas dotadas de infraestrutura;
6. garantir a proteção e recuperação das áreas de interesse ambiental, destacando-se as nascentes, as margens dos lagos, mananciais de abastecimento da cidade e os fragmentos florestais urbanos;
7. incentivar a ocupação da área Urbana.

Definido pela Lei Municipal nº 386/2006, o Perímetro Urbano de Parintins limita-se ao norte pela margem direita do rio Amazonas, segue a leste pela margem direita do lago da Francesa, segue ao sul até a margem direita do lago do Macurany, segue ao oeste, atravessando este mesmo lago até a margem esquerda, seguindo pelo limite entre o bairro Paulo Corrêa e o loteamento Teixeira, seguindo a oeste até o limite entre o bairro Itaúna II e o loteamento Tonzinho Saunier, segue ao nordeste até a intersecção da estrada do Macurany com a Rua Itaúba, seguindo por esta até a intersecção com a Av. Acariúba, segue ao norte, até a margem direita do rio Amazonas.

A Cidade de Parintins está constituída pelos seguintes bairros: 1. Bairro Santa Clara, 2. Bairro Castanheira, 3. Bairro Santa Rita de Cássia, 4. Bairro da Francesa, 5. Bairro Centro da Cidade, 6. Bairro de Palmares, 7. Bairro Nossa Senhora de Nazaré, 8. Bairro São Vicente de

Paula, 9. Bairro Emílio Moreira, 10. Bairro Raimundo Muniz, 11. Bairro Vitória Régia, 12. Bairro São Benedito, 13. Bairro São José Operário, 14. Bairro João Novo, 15. Bairro Dejard Vieira, 16. Bairro Distrito Industrial, 17. Lady Laura, 18. Pacoal Alágio, 19. Jacaréacanga, 20. Bairro Itaúna I, 21. Bairro Itaúna II, 22. Tonzinho Saunier, 23. Bairro Paulo Corrêa, 24. União, 25. Teixeira.

O bairro da União e os loteamentos Lady Laura, Pascoal Alágio, Tonzinho Saunier e Teixeira não são reconhecidos até o presente momento, como bairros oficiais.

Em 2006 – Surge o Bairro Vitória Régia que aglutinou o Bairro São Francisco que surgiu em 1980. Nesse mesmo ano, a Lei nº 386/2006/PGMP extinguiu o Bairro Senador José Esteves, antigo Itaguatinga (que surgiu na década de 1980) e criou o Bairro São José.

De acordo com a Lei Municipal Nº 020/2006-PGMP, que dispõe sobre o perímetro urbano do Município de Parintins, os bairros oficiais possuem as seguintes delimitações:

01 - BAIRRO DE SANTA CLARA:

Inicia na intersecção entre a Rua Herbert de Azevedo e a Rua Quinta da Boa Vista, seguindo em linha reta acompanhando o limite do imóvel do hospital Jofre Cohen até as margens do Rio Amazonas, seguindo por esta para o leste contornando a conhecida Lagoa da Francesa até a Rua Quinta da Boa Vista, seguindo por esta até o ponto inicial.

02 - BAIRRO DA CASTANHEIRA:

Inicia na intersecção das Ruas Marcos Zagury, Paulo Teixeira e Antônio César de Carvalho, seguindo pelo limite do imóvel Hotel Amazon River, no sentido Sul / Norte, contornando pela margem esquerda da Lagoa da Francesa até a confluência com o Lago do Macurany, contornando pela margem direita deste Lago até o ponto inicial.

03 - BAIRRO DE SANTA RITA DE CÁSSIA:

Inicia na intersecção da Rua Sete de Setembro com a Rua Itapiranga, seguindo por esta e pela margem direita da lagoa da Francesa no sentido leste até o limite do imóvel Hotel Amazon River, seguindo por este no sentido sul até a Rua Marcos Zagury, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Antonio César de Carvalho, seguindo as margens do lago Macurany no sentido Oeste contornando as margens até a Rua Urucará, seguindo por esta até o Beco Itapiranga, seguindo por este até a Rua Itapiranga, seguindo por esta até o ponto inicial.

04 - BAIRRO DA FRANCESA:

Inicia na intersecção da Rua Paraíba com a Rua Gomes de Castro, seguindo por esta até a intersecção com a Avenida Amazonas, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Rio Branco, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Herbert de Azevedo, seguindo por esta até a intersecção da Rua Furtado Belém, seguindo por esta até as margens do Rio Amazonas, seguindo por este no sentido leste até o início da Rua Silva Campos, seguindo o limite do imóvel do Hospital Jofre Cohen até a intersecção da Rua Herbert de Azevedo com a Rua Quinta da Boa Vista, seguindo por esta até a conhecida Lagoa da Francesa, seguindo as margens até a Rua Paraíba, seguindo por esta até o ponto inicial. Obs. O bairro da Francesa só existe de fato, o presente projeto o cria de direito.

05 - CENTRO DA CIDADE:

Inicia na intersecção da Avenida Nações Unidas com a 31 de Março, seguindo por esta até as margens do Rio Amazonas, seguindo por este até a Rua Furtado Belém, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Herbert de Azevedo, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Rio Branco, seguindo por esta até a intersecção com a Avenida Amazonas, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Gomes de Castro, seguindo por esta até a intersecção com a Avenida Nações Unidas, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Trinta e Um de Março.

06 - BAIRRO DE PALMARES:

Inicia na intersecção da Rua Terra Santa com a Rua Paraíba, seguindo por esta no sentido Leste até a Lagoa da Francesa, contornando as margens desta até a Rua Sete de Setembro, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Itapiranga, seguindo por esta até o Beco Itapiranga, seguindo por este até a Rua Urucará, seguindo por esta até as margens do lago do Macurany, contornando estas até a Rua Urucará, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Terra Santa, seguindo por esta até o ponto inicial.

07 - BAIRRO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ:

Inicia na intersecção da Rua Paraíba com a Rua Terra Santa, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Urucará, seguindo por esta até as margens do lago do Macurany, seguindo por esta pelo sul até a Rua Maués, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Paraíba, seguindo por esta até o ponto inicial.

08 - BAIRRO DE SÃO VICENTE DE PAULA:

Inicia na intersecção da Rua Fausto Bulcão com a Rua Sete de Setembro, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Maués, seguindo por esta até as margens do Lago do Macurany, contornando por estas até o limite da fazenda João Ribeiro, seguindo por este no sentido Nordeste até a Rua Itacoatiara, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Fausto Bulcão, seguindo por esta até o ponto inicial.

09 - BAIRRO EMÍLIO MOREIRA:

Inicia na intersecção entre a Rua Mozart de Freitas Vieira e a Rua Fausto Bulcão, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Itacoatiara, seguindo por esta pelo oeste até o limite da fazenda João Ribeiro, seguindo por este em sentido sudoeste até as margens do Lago do Macurany, seguindo por este pelo sentido Noroeste até a Rua Paraíba, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Buriti, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Mozart de Freitas Vieira, seguindo por esta até o ponto inicial.

10 - BAIRRO RAIMUNDO MUNIZ:

Inicia na intersecção da Rua Gomes de Castro com a Rua Paraíba, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Maués, seguindo por esta até a intersecção com Rua Sete de Setembro, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Fausto Bulcão até a intersecção com a Rua Mozart de Freitas Vieira, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Buriti, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Paraíba, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Tucumã, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Domingos Prestes, seguindo por esta até a intersecção com a Avenida Nações Unidas, seguindo por esta até a Rua Gomes de Castro, seguindo por esta até o ponto inicial. OBS: Trata-se do Conjunto Residencial Macurany, cuja proposta da mudança do nome foi de iniciativa popular através de um baixo-assinado.

11- BAIRRO VITÓRIA RÉGIA:

Inicia na intersecção da Avenida Nações Unidas com a Rua Domingos Prestes, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Tucumã, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Paraíba, seguindo por esta até as margens do lago do Macurany, seguindo por estas no sentido norte até a Rua Padre Jorge Frezzini, seguindo por esta até a intersecção com a Avenida Nações Unidas, seguindo por esta até o ponto inicial. Obs. O bairro da vitória Régia foi acrescido com o bairro de São Francisco.

12 - BAIRRO DE SÃO BENEDITO:

Inicia na intersecção da Rua 31 de Março com a Avenida Nações Unidas, seguindo por esta até a Rua Rui Araújo, seguindo por esta até as margens do Rio Amazonas, seguindo por estas no sentido leste até a Rua 31 de Março, seguindo por esta até o ponto inicial.

13 - BAIRRO DE SÃO JOSÉ OPERÁRIO:

Inicia na intersecção da Avenida Nações Unidas com a Rua Padre Jorge Frezzini, seguindo por esta até as margens do Lago do Macurany, seguindo por estas pelo sentido Noroeste até a Rodovia Odovaldo Novo, seguindo por esta até o limite do imóvel da Cidade Garantido seguindo em linha reta no sentido Norte até as margens do Rio Amazonas, seguindo por estas no sentido leste até a Rua Rui Araújo, seguindo por esta até a intersecção com a Avenida Nações Unidas, seguindo por esta até o ponto inicial. OBS. O bairro de São José, também, só existia de fato, através do presente projeto passa existir de direito sendo a sua composição o antigo bairro de Itaguatinga e parte do bairro de São Benedito.

14 - BAIRRO JOÃO NOVO:

Inicia na intersecção da Estrada do Macurany com a Rodovia Odovaldo Novo, seguindo por esta até as margens do Lago do Macurany, seguindo por estas no sentido Sul até a Rua das Acácias, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Guajarina Prestes, seguindo por esta até a intersecção a Rua Paraíba, seguindo por esta até a Estrada do Macurany, seguindo por esta até o ponto inicial.

15 - BAIRRO DJARD VIEIRA:

Inicia na intersecção da Rodovia Odovaldo Novo com a Estrada do Macurany, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Maçaranduba, seguindo por esta até a margem do Rio Amazonas, seguindo a leste até o limite oeste do imóvel Cidade Garantido, seguindo por este em linha reta para o sul até a estrada Odovaldo Novo, seguindo por esta até o ponto inicial seguindo por esta até o ponto inicial.

16 - BAIRRO DO DISTRITO INDUSTRIAL:

Inicia na intersecção da Rodovia Odovaldo Novo com a Avenida Maçaranduba, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Itaúba, seguindo por esta até a intersecção com a Avenida Acariúba, seguindo por esta até a intersecção com a Rodovia Odovaldo Novo, seguindo a partir do limite do Parque de exposição “Luis Lourenço de Souza” em linha reta

no sentido Norte até as margens do Rio Amazonas, seguindo por este pelo leste até a Avenida Maçaranduba, seguindo por esta até o ponto inicial.

19 - BAIRRO DE JACAREACANGA:

Inicia na intersecção da Estrada do Macurany com a Travessa Cinco do Jacareacanga, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Itaúba, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Massaranduba, seguindo por esta até a intersecção com a Estrada do Macurany, seguindo por esta até o ponto inicial.

20 - BAIRRO DE ITAÚNA I:

Inicia na intersecção da Rua Guajarina Prestes com a Rua das Acácias, seguindo por esta no sentido Leste até a margem direita do Lago do Macurany, seguindo por estas no sentido Sudeste até a Av. Geny Bentes, seguindo por esta até a estrada do Macurany, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Paraíba, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Guajarina Prestes, seguindo por esta até o ponto inicial.

21 - BAIRRO DE ITAÚNA II:

Inicia na intersecção da Avenida Geny Bentes com a Rua Messias Augusto, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Maria Belém Cuxaxata, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Vinte e Quatro de Janeiro, seguindo por esta até o limite do loteamento Teixeira, seguindo por esta até a intersecção com a Estrada João Ribeiro, seguindo a partir deste ponto por uma linha geodésica no sentido Noroeste até a Estrada do Macurany, seguindo por esta até a intersecção com a Avenida Geny Bentes, seguindo por esta até o ponto Inicial.

23 - BAIRRO PAULO CORRÊA:

Inicia na intersecção da Rua Messias Augusto com a Avenida Geny Bentes, seguindo por esta até o Lago do Macurany, seguindo por este pela margem direita no sentido sudeste até as coordenadas (latitude 02° 38' 31,34663" e longitude 56° 43' 58,84735"), seguindo pelo limite com o loteamento Teixeira no sentido Leste Oeste até a intersecção com a Rua 24 de Janeiro, seguindo por esta no sentido Norte até a intersecção com a Rua Treze de Maio, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Messias Augusto, seguindo por esta até o ponto inicial.

O Art. 3º da Lei Nº 020/2006-PGMP considera como área de expansão urbana do Município de Parintins a área compreendida entre o perímetro urbano e o limite do setor de Controle de Uso e Ocupação do solo - APAS e a sede da Vila Amazônia.

No § 1º, fica estabelecido que o órgão responsável pela gestão da Lei 09/2006 – Plano Diretor deverá realizar levantamento geodésico para delimitar a área de expansão do município de Parintins prevista nesta Lei.

O § 2º estabelece que os loteamentos existentes na área de expansão urbana serão submetidos obrigatoriamente a estudos técnicos conjunto por comissão representativa dos Poderes Legislativo e Executivo para avaliação, enquadramento a legislação específica em vigor no País e adequação à política de ordenamento territorial de Parintins para posterior regularização.

A Lei Municipal nº 407/2007-PGMP institui o novo Código de Posturas do município de Parintins e dá outras providências. No art. 5º da seção I, do cap.II do título II diz que “Compete ao Poder Executivo, através de políticas públicas, promover, zelar e controlar a coleta e destinação final do lixo urbano, bem como a realização da limpeza urbana na circunscrição municipal”. No art. 50, do cap. I do título II “É vedado nos estabelecimentos de qualquer natureza, nas edificações em geral, nas casas de diversões ou nas vias públicas, a produção de ruídos que ultrapassem os limites estabelecidos por legislações específicas e normas”.

A legislação urbana é um instrumento a ser utilizado para se ter uma cidade melhor para se viver, mas para isso é preciso conhecê-la, participar de sua elaboração, aplicá-la e exigir seu cumprimento. Por outro lado, não basta apenas uma legislação forte e bem elaborada, é preciso uma conscientização do cidadão em dividir o espaço urbano sem conflitos de interesses, respeitando limites e preservando a identidade da cidade. A responsabilidade de uma Parintins melhor é de cada um cidadão.

No que diz respeito à estrutura da cidade na década de 2000, várias intervenções foram feitas no espaço por meio de reformas e construções de logradouros públicos e serviços oferecidos.

Em 2004 houve a construção da Praça dos Bois, em 2005 a construção do Complexo Esportivo e de Lazer Canta Galo, e em 2006 as reformas da Cidade da Criança (Parque Pixita Cohen) e Praça Cristo Redentor passa ser Digital.

O Canta Galo está localizado na comunidade periurbana do Aninga, numa distância de nove quilômetros do Centro da cidade. Essa distância limita de certa forma sua acessibilidade. É mais frequentado no período das cheias quando o rio apresenta vazão suficiente para o banho de rio (BARTOLI; BARBOSA, 2012).

A Praça dos Bois ao ser construída tinha sido projetada para ser chamada Praça das Águas. No lugar onde foi construída a praça moravam várias famílias que tiveram que vender suas casas para dar lugar ao novo empreendimento impulsionado e justificado pelo “Grande Espetáculo”. Os impactos atingiram não apenas o econômico, mas também os sentimentos dos moradores e o meio ambiente. A relação que os habitantes dessa área estabeleceram com o lugar, com o morar, foi rompida. As casas foram destruídas. As árvores frutíferas, as plantas ornamentais e medicinais dos quintais foram retiradas para dar lugar ao concreto sem vida. É dessa forma que a pequena Parintins vai se produzindo e reproduzindo por meio de sobreposições de paisagens, que guardam em suas entranhas a impressão digital de todos os que viveram nela e a construíram cotidianamente, dos que continuam vivendo e dos ainda viverão.

No setor educacional, Parintins dispõe de uma ampla rede de escolas estaduais, municipais, confessionais e privadas, Campus da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), e algumas faculdades privadas com diversos cursos superiores ofertados. Dispõe ainda do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SESI (Serviço Social da Indústria), SESC (Serviço Social do Comércio) e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Quanto ao número de escolas, 18 são estaduais (Ensino Fundamental e Médio) e 28 são escolas do município (12 escolas de Educação Infantil e 16 de Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano). As escolas estaduais são as seguintes: Brandão de Amorim, Gentil Belém, Waldemar Pedrosa, Araujo Filho, Ryota Oyama, Geny Bentes, CETI, Tomaszinho Meirelles, Aderson de Menezes, São Jose Operário, Suzana de Jesus Azedo, Pe. Jorge Frezzini, Dom Gino Malvestio, Irma Sá, Colégio Nossa Senhora do Carmo, Senador João Bosco Ramos de Lima, Colégio Batista de Parintins e Senador Álvaro Maia.

Nas escolas do município os Centros de Educação Infantil (CEI) são: Alvorada, Aurora, Chapeuzinho Vermelho, Castanheira, Evanilza Prestes, Gurilandia, Jaime Lobato, Mirinópolis, Novo Horizonte, Novo Israel, Palmares, Pequeninos de Nazaré e Sementinha; e

de Ensino Fundamental são: Beatriz Maranhão, Charles Garcia, Claudemir Carvalho, Da Paz de Parintins, Guajarina Prestes, Irmã Cristine, Lila Maia, Luz do Saber, Mercia Cardoso Coimbra, Nossa Senhora das Graças, Presbiteriana Sue Ann Cousar, São Francisco de Assis, Tadashi Inomata, Waldemira Bentes, Centro de Geração de Ações e Renda “Professora Aldair Kimura Seixas, Biblioteca Municipal “Tonzinho Saunier”.

Em 2001 foi instalado o Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). O CESP está localizado no Bairro Distrito Industrial, na Rodovia Odovaldo Novo, onde funcionou a Escola Agrícola. Na parte de trás do prédio do CESP está localizada a lixeira pública. É um lixão a céu aberto que causa vários impactos ambientais à comunidade universitária e aos moradores dos bairros do entorno, principalmente pelo odor que exala, contaminação do lençol freático mais superficial, proliferação de insetos, urubus e outros. A presença de urubus nas proximidades do aeroporto ocasionou seu fechamento para voos diurnos. A questão do lixo se configura como um dos maiores problemas ambientais da cidade e até o presente momento, em que pesem as promessas de campanhas eleitorais, os gestores públicos não foram suficientemente competentes para resolver a grave questão. A cidade recolhe em média 120 toneladas de resíduos sólidos ao dia. Em 2006 houve a criação da Associação dos Catadores de Resíduos sólidos em Parintins.

A UFAM também intensificou sua interiorização em Parintins, com a ampliação de novos cursos e a construção do novo Campus, localizado na Estrada do Macurany, na parte que compreende o Bairro Jacaréacanga.

Quanto aos meios de transporte de Parintins, o terrestre é feito por carros, motos, bicicletas, triciclos e carroças de bois. A cidade não possui transporte coletivo o que impulsiona o aumento do transporte particular, principalmente motos que é a maior quantidade na cidade. Por outro lado as ruas não possuem estruturas suficientes para ônibus grandes, por serem muito estreitas principalmente nos bairros centrais. A quantidade e diversidade de transportes e a falta de orientação dos condutores contribuem para a problemática do trânsito em Parintins, com vítimas fatais e mutilações decorrentes dos acidentes que são constantes.

A Fig. 17 mostra as principais vias que possibilitam a circulação no perímetro urbano e acesso às áreas periurbanas de Parintins, com destaque para a Avenida Amazonas que corta

MAPA DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO DE PARINTINS

Figura 17: Mapa das principais vias de circulação de Parintins.
Org Harald Dinelly/Janeiro/2013.

a parte central de Leste a Oeste; a Rua Barreirinha, que vai do Bairro Castanheira, atravessa a Ponte Amazonino Mendes e se conecta com a Estrada do Macurany recebendo várias denominações (Fig. 18); a Avenida Paraíba que inicia na Lagoa da Francesa, atravessa a Ponte Gabião até se conectar com a Estrada do Macurany; a Rodovia Odovaldo Novo que faz conexão com a Rua Armando Prado, atravessa a Ponte da Fabril, faz conexão com a Estrada do Aninga, passa pelo Aeroporto, faz conexão com a Estrada do Parananema e se encontra com a Estrada do Macurany, também recebendo várias denominações.

Figura 18: Rua Pe. Augusto Gianola/Bairro Paulo Corrêa -
(prolongamento da rua Barreirinha)

Fonte: Nilciana Dinely de Souza/Dezembro/2012.

O transporte fluvial é feito por canoas, rabetas, bajaranas, barcos, lanchas e navio. Os barcos e navio que fazem linha para Manaus são: o navio Parintins e os barcos Novo Aliança, Príncipe do Amazonas, 14 de Outubro, Coronel Tavares e Aliança III. Também servem ao município as embarcações que têm como destino final os municípios do Estado do Pará, que atracam no porto de Parintins para embarcar e desembarcar cargas e passageiros.

O transporte fluvial mais rápido é nas lanchas que fazem o percurso Parintins/Manaus em apenas 8 horas de viagem, porém o preço da passagem é em torno de R\$ 150,00, enquanto que a passagem nos barcos custa entre R\$ 70,00 ou R\$ 80,00.

Em 2005 o Governo do Estado do Amazonas por meio da Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias-SNPH, iniciou a construção do novo porto de Parintins, inaugurado no ano seguinte (2006) com a denominação de Terminal Hidroviário de Parintins (Fig. 19). O porto atende os Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e áreas do Norte do Mato Grosso. O porto opera com carga em geral e passageiros.

Figura 19: Porto fluvial da cidade de Parintins.
Fonte: Nilciana Dinely de Souza/Junho/2011.

O transporte aéreo no trecho entre Parintins/Manaus dura em média 50 minutos de viagem. Os voos são diários e atualmente noturnos por razões já apresentadas anteriormente neste trabalho. As principais empresas são a TRIP Linhas Aéreas e a Amazonave Táxi Aéreo.

Durante o Festival Folclórico de Parintins, ocorrido no mês de junho, outras empresas aéreas estendem suas abrangências à cidade, como a Gol Transportes Aéreos, Rico Linhas Aéreas, Total Linhas Aéreas, MAP e Manaus Aerotáxi.

Na comunicação a cidade é servida pelas operadoras: TIM, Oi, Vivo, Claro, e Amazônia Celular. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) mantém duas agências e três caixas coletoras na cidade, prestando serviços postais convencionais e adicionais, mala-direta, encomenda, malote e serviços de utilidade pública.

Na área de televisão existem as operadoras da TV Em Tempo (SBT), da Band Amazonas (Band), e da TV Boas Novas Amazonas (Rede Boas Novas), e as geradoras TV Alvorada (Rede Vida e Canção Nova), TV Parintins (Globo) e TV A Crítica Parintins (Record), que além de retransmitirem em cadeia nacional realizam programas jornalísticos locais.

Parintins possui quatro emissoras de rádio, a Rádio Club que opera em Amplitude Modulada (AM), a Rádio Alvorada, que opera em AM e OM (ondas médias) e FM (frequência modulada), Rádio Tiradentes (Rádio Globo), que opera em FM e a Rádio Novo Tempo que opera também em FM. Existem em circulação 5 periódicos: jornal Novo Horizonte, Jornal da Ilha, O Regional, A Folha do Povo e Em Tempo Parintins, além de diariamente chegarem jornais de Manaus.

No que diz respeito à religião, são diversas as manifestações religiosas presentes na cidade. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, a população de Parintins em sua maioria declarou-se católica (84,75%), em segundo lugar são os protestantes (13,38 %), os Santos dos últimos dias (Mórmons) somam 0,16 %, os Testemunhas de Jeová são 0,10 %, os que se declararam sem religião são 1,39 % , e outras religiosidades são 1%.

Na cultura, a maior manifestação é o Festival Folclórico onde ocorre a disputa entre o Boi Garantido (coração na testa) que representa a cor vermelha e o Boi Caprichoso (estrela na testa) representando a cor azul (Fig. 20).

Figura 20: Bois-Bumbá Garantido e Caprichoso.

Fonte: www.parintins.br

Por conta dessas duas agremiações folclóricas, a Catedral de Nossa Senhora do Carmo (Fig. 21) se configura como a linha divisória entre dois territórios. O primeiro, no lado Leste da cidade, é o território do boi Caprichoso; e o segundo, no lado Oeste, é o território do boi Garantido.

Figura 21: Catedral de Nossa Senhora do Carmo/Parintins.

Fonte: Nilciana Dinely de Souza/Janeiro/2012.

Esses dois territórios são defendidos por duas torcidas (a do Caprichoso e a do Garantido) também chamadas de “galeras”. Por isso, em Parintins, o termo “galera” tem dupla interpretação e dupla realidade. A “galera” do Boi Bumbá que é aquela que vibra, que brinca, que briga pela defesa de sua agremiação em busca da vitória, que faz a festa e tem como arma a bandeira de seu Boi. Esta é formada por pessoas de todas as classes e categorias da sociedade.

A outra denominação “galera” que também existe na cidade, é bem diferente da do Boi Bumbá, apesar de também lutar pela defesa de territórios. As brigas nesta galera mutilam, ceifam vidas porque usam armas de todos os tipos, e os seus componentes são formados por crianças, adolescentes e jovens que são excluídos dos benefícios da cidade.

Portanto, é também na mistura do “sagrado” com o “profano” que se vem determinando a localização e a função dos objetos no processo de produção do espaço urbano de Parintins.

Mas Parintins não vive somente do Boi Bumbá, outras festas populares também fazem parte do calendário de eventos, como mostra a Tabela 06.

Tabela 06 - Calendário das festas populares de Parintins.

FESTAS	DATA
Soltura de quelônios (Projeto Pé de Pincha)	Janeiro
Carnailha	Fevereiro
Encenação da Paixão de Cristo	Abril
Festival Folclórico de Parintins	Junho (último final de semana)
Festa de Nossa Senhora do Carmo (padroeira)	6 a 16 de julho
Festival de Música Sacra - FEMUSA	Setembro
Aniversário de fundação do município de Parintins	15 de outubro
Festival de Toadas	13, 14 e 15 de outubro
Festival de Pastorinhas	Dezembro

Fonte: Coordenadoria Municipal de Cultura de Parintins, 2010.

Quanto à saúde em Parintins, a maioria dos serviços é oferecida pelo SUS (Sistema Único de Saúde). O município dispõe de 140 leitos hospitalares nas especialidades básicas de Clínica Pediátrica, Clínica Médica, Clínica Cirúrgica e Obstetrícia. Sendo 60 no Hospital “Padre Colombo” e 80 no Hospital Regional “Dr Jofre Cohen”. O sistema municipal realiza procedimentos de baixa e média complexidade até M3 (MS — NOAS/ 01). A Tabela 07 apresenta a organização do SUS no município.

Tabela 07 - Rede de serviços de saúde de Parintins.

REDE DE SERVIÇOS EXISTENTE DO SUS	TIPO DE PRESTADOR			
	Público	Filantropico	Particular	Total
Centros de Saúde	6	-	-	6
Unidade Básica de Saúde da Família	2	-	-	2
CAPS II	1			1
Unidade móvel terrestre	1	-	-	1
Hospital Geral	1	1	-	2
Policlínica	1	-	-	1
Laboratório de Análises Clínicas	1	-	3	4
Farmácia Popular	1	-	-	1
C E O *	1	-	-	1
Clínica Especializada de Oftalmologia	-	1	-	1
Unidade Básica**	4	-	-	4
Total	16	3	3	22

* Centro Especializado de Odontologia.

**Unidade Básica de ESF na Área Rural

Fonte: SEMSA/Parintins, 2010.

No setor econômico, Parintins, até ao final da década de 2000, apresenta uma economia na qual não houve um rompimento definitivo com os vários períodos de desenvolvimento econômico, quando ainda se evidenciam atividades, principalmente no setor primário, ligadas a experiências pretéritas.

Nesse sentido, a agricultura, pecuária, pesca, avicultura e extrativismo vegetal formam, a base do setor primário do município. A atividade de maior peso é a pecuária que compreende principalmente a criação de bovinos e bubalinos, vindo a seguir a criação de suínos. A produção destina-se ao consumo local e à exportação para outros municípios.

A agricultura é a segunda maior atividade do setor primário, representada pelas culturas temporárias (abacaxi, arroz, batata-doce, feijão, cana-de-açúcar, mandioca, melancia, fumo, melão, milho e outros) e culturas permanentes (abacate, banana, cacau, café, caju, coco, laranja, limão, pimenta-do-reino e tangerina).

A pesca serve tanto para o consumo local como para exportação a outros municípios. A avicultura está voltada para o criatório em moldes domésticos, sendo representada principalmente pela criação de galinhas, peru, patos, marrecos e outros. O extrativismo vegetal atualmente é pouco representativo na formação do setor primário, mas destaca-se a exploração da borracha, cumaru, gomas não elásticas, madeira e óleo de copaíba.

O setor secundário é composto basicamente por micro e pequenas empresas, geralmente voltadas para o aproveitamento de produtos naturais tais como: Indústria madeireira – beneficiamento de madeiras para confecção de móveis e esquadrias; Indústria alimentícia – fabricação de doces e compotas regionais, sorvetes, embutidos e defumados e charques; Indústria oleira – fabricação de tijolos, telhas e artesanatos de cerâmica; Indústria química – produção de óleos e essências vegetais como o pau-rosa, cumaru, óleo de copaíba e andiroba; Indústria do vestuário – confecção de roupas em geral; Indústria gráfica – confecção de impressos em geral; Indústria naval: construção de embarcações diversas e reparos em máquinas marítimas.

No setor terciário, Parintins conta com mais de 1.500 estabelecimentos comerciais, varejistas e atacadistas dos mais diversificados produtos. Na prestação de serviços destacam-se: cabeleireiros, oficinas mecânicas, eletrônicas, hotéis, pousadas, bares, restaurantes, clínicas médicas, clínicas odontológicas, contabilistas, entre outros. Neste setor encontram-se grande parte da população devido à escassez de emprego na cidade. A mão-de-obra formal é constituída praticamente pelos funcionários públicos (Federal, Estadual e Municipal) e empregados no comércio local.

Os locais de maior concentração comercial são a Travessa João Melo (Fig. 22) no Bairro Centro da cidade, na Francesa (nas proximidades da Lagoa) e na Rua Paraíba (Bairro Itaúna I).

Figura 22: Travessa João Melo/Bairro Centro.
Fonte: Nilciana Dinely de Souza/Abril/2010.

Outra atividade também desenvolvida em Parintins que ajuda aquecer a economia do município é o turismo. Desde 2001 o poder público municipal criou um calendário

permanente de festivais para atrair turistas fora do período do Festival Folclórico. Parintins é uma das principais cidades do interior do Estado visitada por estrangeiros. A ilha tornou-se um dos destinos turísticos mais visitados do Amazonas na temporada de cruzeiros pela Amazônia que vai de outubro a março. A dimensão alcançada pelo Festival Folclórico de Parintins colocou os bumbás Garantido e Caprichoso como principal produto para desenvolver o turismo na região, uma das alternativas econômicas para o município.

A atividade turística em Parintins fez aumentar o número de pousadas, hotéis, os passeios de barcos e o movimento de taxistas¹. É costume dos moradores de Parintins alugar pousadas e quartos para o Festival. Em média, o aluguel de uma suíte de casal por uma semana custa em média R\$ 1.500,00. Esse faturamento, para muitos moradores, representa a garantia da sobrevivência para o resto do ano, por conta do desemprego que aumenta ainda mais na cidade após a festa, no mês de junho.

No roteiro turístico se destacam as praças dos Bois, Liberdade, Boulevard 14 de Maio (Jacaré), Eduardo Ribeiro, Cristo Redentor (Digital), Complexo Benedito Azedo e Judith Prestes (Comunas). Os currais dos bois Garantido e Caprichoso são os locais dos ensaios, shows e atividades culturais. O turista pode conhecer as igrejas, o portal da cidade (nas proximidades do aeroporto) e o balneário Cantagalo, na comunidade periurbana do Aninga.

Na temporada do festival, Parintins praticamente dobra sua população, pois recebe milhares de visitantes da capital (Manaus) e de muitas outras cidades amazonenses. A cada ano é perceptível o aumento no número de turistas de outros estados (principalmente de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e do Distrito Federal) e de outros países (Estados Unidos da América, França, Alemanha, Japão e Portugal).

No mundo contemporâneo, o turismo se destaca pelo grande efeito multiplicador das suas atividades na economia de uma localidade. Parintins conta com imenso potencial de atrativos ecológicos e naturais, históricos e culturais, entre outros, que lhe conferem uma vocação para desenvolver o turismo sustentável na região. Atualmente o turismo acontece praticamente na área urbana enquanto que a beleza cênica amazônica, o turismo rural e outros precisam ser mais explorados.

Grandes desafios merecem atenção de todos, no sentido da conscientização, sensibilização e mobilização da sociedade para o turismo como fator de desenvolvimento e

¹ Segundo dados coletados do SINCONTAX (Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários e Taxistas de Parintins), a cidade possui 136 concessões de táxi.

transformação de seu potencial turístico em produtos diversificados e de boa qualidade. Mas o mais importante é que os resultados positivos do turismo se revertam em benefícios para a maioria da população, e que o turismo seja um meio de desenvolvimento sustentável para Parintins.

Assim, a cidade Parintins chega ao final da década de 2000, refletindo diferentes momentos do seu processo de produção, reprodução e dominação do espaço, como resultantes do desenvolvimento das forças produtivas e também das relações sociais em cada momento da história de sua evolução. A cidade que se expandiu foi dominando cada vez mais a floresta, fazendo com que o espaço urbano passasse ser a paisagem dominante, porém, desde as ocupações pretéritas que corresponde à área central, a cidade passou a apresentar problemas de ordem social e ambiental com maiores consequências a partir dos anos 80, quando apresenta um crescimento populacional mais intenso.

O crescimento demográfico, a ausência e descumprimento de políticas urbanas que disciplinassem a ocupação e uso solo urbano fizeram com que as populações que chegavam à cidade não encontrassem perspectivas que fossem capazes de atender as suas necessidades básicas como emprego, moradia e outros. Dessa forma foram obrigadas a viverem em áreas alagadiças, insalubres, sem infraestrutura, serviços e equipamentos de uso coletivo que pudessem lhes garantir as mínimas condições de uma vida digna e, ao mesmo tempo, contribuindo, de acordo com os modos de vida, para a poluição dos rios, mancais, enfim, ampliando as áreas de risco (Figs. 23 e 24).

Figuras. 23 e 24: Vista parcial dos Bairros Santa Rita de Cássia e União.
Fonte: Nilciana Dinely de Souza/Outubro/ 2010.

Portanto a expansão da cidade possibilitou a formação de áreas heterogêneas formadas a partir da área central, ocupando as periferias, através do aparecimento de novas ruas, bairros e conjuntos habitacionais. O crescimento da cidade trouxe também mazelas que causaram e

causam transtornos à sociedade parintinense, o que deixa um pouco de saudades dos tempos em que a cidade era mais pacata, mais saudável, e principalmente sem violência. Sabe-se também que essa situação não é particular de Parintins, mas generaliza-se a outras cidades sob o modo de produção capitalista, com maior gravidade ainda nos grandes centros. Ou seja, a cidade surge e cresce a partir da lógica da sociedade que a criou.

CAPÍTULO III – PARINTINS DOS DIAS ATUAIS

Este capítulo sobre “Parintins dos dias atuais” apresenta o resultado da pesquisa de campo que foi realizada na área urbana. O que se pretendeu foi direcionar um olhar mais lento e com certa profundidade sobre Parintins, diferente daquele olhar apressado que muitas vezes deixa passar despercebidos valores importantes da paisagem urbana, e tentar compreender o perfil socioeconômico, a infraestrutura local e a compreensão da população sobre o ambiente da cidade.

3.1 A busca das informações

A pesquisa foi realizada a partir dos objetivos, do enfoque metodológico e do método adotado neste trabalho, abrangendo o perímetro urbano, mais precisamente os 25 bairros existentes na cidade (Fig. 25).

Foram aplicados 430 formulários durante os meses de setembro a novembro de 2012, elaborados com perguntas fechadas e abertas, que abrangeram dados socioambientais sobre os quais, se decidiu coletar informações sobre: resíduos sólidos, água e esgoto, infraestrutura e bem-estar coletivo, saúde pública, educação pública, habitação, trabalho e renda, religião e outros.

Optou-se pela aplicação de um formulário por rua, a um membro responsável pela família no momento da visita, com idade mínima de dezoito anos. A escolha da casa se deu na forma de amostragem aleatória.

As visitas às residências para a aplicação dos formulários foram realizadas de segunda a sábado, mais precisamente nos horários de 8 às 11 horas e das 14 às 18 horas. O tempo mínimo para a coleta dos dados, por formulário, foi de 30 minutos.

A quantidade de formulários aplicados por bairros se deu em função do número de ruas que cada bairro possui. Nesse sentido, a pesquisa atingiu mais de 95 % das ruas com residências.

A Tab. 08 apresenta a relação dos bairros e o total de famílias e ruas pesquisadas. Observa-se que no Bairro Centro foram entrevistadas 32 famílias/ruas enquanto nos bairros do Distrito Industrial apenas duas famílias e Lady Laura, uma família. Essa diferença se deu pelo fato de que no Distrito Industrial apenas duas ruas possuem residências, nas demais edificações funcionam pequenas indústrias principalmente moveleiras. O Lady Laura é um loteamento recente e foi encontrada apenas uma rua com uma família residindo no local.

MAPA DOS BAIRROS DE PARINTINS

Figura 25: Mapa dos bairros de Parintins.
Org: Harald Dinelly/Janeiro/2013.

Tabela 08 - Distribuição dos formulários aplicados segundo os bairros e famílias/ruas.

Nº	BAIRRO	TOTAL DE FAMÍLIAS/RUAS	%
01	Santa Clara	14	4
02	Castanheira	4	1
03	Santa Rita de Cássia	10	3
04	Francesa	10	3
05	Centro	32	9
06	Palmares	21	6
07	N. Sra. de Nazaré	19	6
08	São Vicente de Paula	15	4
09	Emílio Moreira	10	3
10	Raimundo Muniz	15	4
11	Vitória Régia	11	3
12	São Benedito	23	7
13	São José	18	5
14	João Novo	10	3
15	Dejard Vieira	12	4
16	Distrito Industrial	2	0,6
17	Lady Laura	1	0,4
18	Pascoal Alágio	16	5
19	Jacaré Acanga	4	1
20	Itaúna I	16	5
21	Itaúna II	20	6
22	Tonzinho Saunier	4	1
23	Paulo Corrêa	23	7
24	União	19	6
25	Teixeirão	11	3
TOTAL		340	100

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

3.2 Os resultados

3.2.1 Identificação

Das 340 pessoas que foram entrevistadas, a maioria encontrava-se na faixa etária de 31 a 40 anos. Os que possuíam entre 18 a 25 anos totalizam 69 pessoas, e os que possuíam idade acima de 80 anos foram a minoria, ou seja, apenas dois informantes (Fig. 26).

A maioria dos entrevistados era do sexo feminino (61%) enquanto os do sexo masculino somavam 39% do total geral. Considera-se o maior resultado para o sexo feminino pelo fato de a pesquisa ser realizada durante a semana, quando geralmente o marido ou o chefe da família se encontrava ausente por motivo de trabalho ou à procura de emprego. Mas

a participação feminina no sustento da família também é uma realidade entre os informantes, e em alguns casos, a única fonte de renda.

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Quanto ao estado civil, 50% dos entrevistados se declararam ser legalmente casados. 31% são solteiros (as), 12% possuem união estável, 5% são viúvos (as) e 2% divorciados (as) (Fig. 27). Apesar de a maioria ser legalmente casada, muitos dos solteiros ou com união estável também já haviam sido casados. Isso demonstra a instabilidade nos relacionamentos conjugais. Hoje os relacionamentos começam e terminam com mais rapidez. A expressão “até que a morte os separem” vale para poucos. As razões das mudanças nos relacionamentos são as mais diversas possíveis, envolvem dos sentimentos às questões econômicas e sociais.

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Quando se perguntou aos informantes qual o lugar que estes representavam nas famílias que estavam sendo entrevistadas, a maioria (162) declarou ser mãe, 93 disseram ser o pai e 66 se revelaram filho (a) seguido de outros laços de parentesco e amigos (Fig. 28).

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Sobre o grau de escolaridade, 1% dos responsáveis pelas famílias visitadas disse não ter estudado; 113 possuem o ensino fundamental completo, 124 completaram o ensino médio, 31 são graduados, 7 faziam especialização e 1 cursava mestrado (Tab. 9).

Tabela 09 - Nível de instrução dos entrevistados

NÍVEL	COMPLETO	INCOMPLETO	QUANTIDADE	%
Não estudou	-	-	3	1
Fundamental	33	113	146	43
Médio	124	24	148	43,5
Graduação	31	4	35	10
Especialização	7	-	7	2
Mestrado	1	-	1	0,5
TOTAL			340	100

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Ademais, é um fator indispensável para a inclusão social, principalmente para a inserção no mercado de trabalho mais qualificado. As rendas baixas da cidade são reflexos da pouca escolaridade de seus moradores. Muitos, porque não frequentaram a escola, são

analfabetos ou frequentaram somente níveis educacionais muito baixos. Esta baixa escolaridade dificulta a entrada e a permanência no mercado de trabalho, principalmente da população periférica. Por falta de qualificação, quando conseguem uma vaga para trabalhar, se conseguem, são mal remunerados.

Quanto à religião (parte integrante da cultura da sociedade) dos entrevistados, os católicos são a maioria (279), 54 são evangélicos e 05 não possuem religião (Fig. 29). Essa religiosidade é visível quando se entra nas casas e se veem imagens, crucifixos pendurados nas paredes das salas de visitas, pequenos santuários, rosários etc. As religiões representam para os moradores, principalmente para o migrante, além do conforto espiritual e fonte de energia para enfrentarem as dificuldades do dia-a-dia, uma forma de se sentirem cidadãos, menos de fora, estranhos ou inferiores.

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Com relação à ocupação, somente 206 dos entrevistados disseram exercer função remunerada. 59 se ocupam com os trabalhos domésticos (Do Lar), 38 são aposentados, 31 apenas estudam e 6 estão desempregados.

Entre os que trabalhavam, foram identificadas 44 profissões diferentes. A concentração maior das ocupações está no setor terciário em que se incluem as atividades do mercado informal, caracterizado pelo trabalho desqualificado ou com pouca qualificação. Nesse sentido, o Quadro 01 mostra que, dos 206 entrevistados que trabalham, as Empregadas Domésticas representam a maioria (29%), em seguida estão os comerciantes com 15%, professores (as) com 5% e outros.

Quadro 01 - Ocupação dos entrevistados

Nº	OCUPAÇÃO	QUANTIDADE (%)	Nº	OCUPAÇÃO	QUANTIDADE (%)
01	Empregada Doméstica	45 (29%)	23	Mototaxista	2 (1%)
02	Comerciante	31 (15%)	24	Pensionista	1(0,5%)
03	Autônomo(a)	26 (13%)	25	Cabeleireiro(a)	1 (0,5%)
04	Professor(a)	11 (5%)	26	Manicure	1 (0,5%)
05	Funcionário(a) Público(a)	9 (4%)	27	Segurança	1 (0,5%)
06	Auxiliar Administrativo(a)	8 (4%)	28	Marítimo	1 (0,5%)
07	Vendedor(a) Ambulante	7 (4%)	29	Açougueiro	1 (0,5%)
08	Costureiro(a)	6 (3%)	30	Técnico de Refrigeração	1 (0,5%)
09	Pescador (a)	4 (2%)	31	Gari	1 (0,5%)
10	Agricultor(a)	4 (2%)	32	Vendedor de Peixe	1 (0,5%)
11	Mecânico	4 (2%)	33	Assistente Administrativo	1 (0,5%)
12	Vigia	3 (1%)	34	Repórter Comercial	1 (0,5%)
13	Pedreiro	3 (1%)	35	Motorista Fluvial	1 (0,5%)
14	Empresário(a)	3 (1%)	36	Pintor	1 (0,5%)
15	Auxiliar de Serviços Gerais	3 (1%)	37	Garçom	1 (0,5%)
16	Técnico(a) de Enfermagem	3 (1%)	38	Bibliotecária	1 (0,5%)
17	Monitor de Informática	3 (1%)	39	Borracheiro	1 (0,5%)
18	Pecuarista	2 (1%)	40	Assistente Social	1 (0,5%)
19	Padeiro	2 (1%)	41	Tricicleiro	1 (0,5%)
20	Construtor Civil	2 (1%)	42	Pastor Evangélico	1 (0,5%)
21	Motorista de Táxi	2 (1%)	43	Torneiro	1 (0,5%)
22	Carpinteiro	2 (1%)	44	Fundileiro	1 (0,5%)
TOTAL		183	TOTAL		23 (100%)

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

O trabalho dignifica a condição humana independente de qual seja a função que se exerça. Por meio do trabalho o homem transforma a natureza e produz a cidade. Gomes (1991) afirma que “O homem se faz homem pelo seu trabalho de cunho produtivo/social, e o que distingue a espécie humana da espécie animal é o fato concreto de ser o homem o único capaz de produzir objetos” (p.30).

No que diz respeito à origem e local de nascimento dos entrevistados, dos 340 formulários aplicados, 60% são naturais de Parintins, 18% nasceram em outros municípios do Amazonas; 14% nasceram em outros Estados do Brasil e 8% nasceram em comunidades rurais de Parintins (Fig. 30).

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Dos entrevistados que nasceram em outros municípios do Amazonas, 31% nasceram em Manaus, 31% nasceram em Nhamundá, 15% nasceram em Barreirinha seguido de outros municípios como mostra a Tab. 10.

Tabela 10 - Procedência dos migrantes segundo os Municípios do Amazonas.

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE	%
Manaus	19	31
Nhamundá	19	31
Barreirinha	9	15
Maués	2	3
Urucará	2	3
Urucurituba	2	3
Maraã	1	2
Lábrea	1	2
Santo Antônio do Içá	1	2
Coari	1	2
Boa Vista do Ramos	1	2
Boca do Acre	1	2
Beruri	1	2
TOTAL	60	100

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Dos que nasceram em outros Estados do Brasil, o Pará é o que apresenta maior número de moradores em Parintins (73%). O segundo Estado com maior representatividade é o Ceará, com 17% habitantes (Tab. 11). A presença dos paraenses em Parintins em maior

quantidade se dá principalmente pela proximidade geográfica, e também pelos serviços oferecidos como educação, saúde e outros.

Tabela 11 - Procedência dos migrantes segundo os Estados do Brasil.

ESTADOS	QUANTIDADE	%
Pará (Terra Santa, Juruti Novo, Juruti Velho, Santarém, Òbidos, Alenquer, Faro, Altamira, Oriximiná)	35	73
Ceará (Monte Sião, Sobral)	8	17
São Paulo	2	4,0
Rio Grande do Sul	1	2,0
Roraima	1	2,0
Mato Grosso do Sul	1	2,0
TOTAL	48	100

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Os nascidos em comunidades rurais, a maioria (15%) nasceram em comunidades localizadas no rio Uaicurapá, 8% nasceram na comunidade do Saracura, Caburi (8%), Maranhão (8%) e demais comunidades (Tab. 12).

Tabela 12 - Procedência dos migrantes segundo as comunidades rurais de Parintins.

COMUNIDADES RURAIS	QUANTIDADE	%
Uaicurapá	4	15
Saracura	2	8
Caburi	2	8
Maranhão	2	8
Itaboraí	2	8
Andirá	2	8
Zé Açú	2	8
Valéria	1	4
Vila Amazônia	1	4
Santo Antonio do Tracajá	1	4
Parananema	1	4
Nova Olinda – Borralho	1	4
Aninga	1	4
Paraná do Limão	1	4
Vila Nova	1	4
Igarapé do Boto	1	4
Paraná do Ramos	1	4
TOTAL	26	100

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Segundo Santos (1996) no Brasil cada vez mais as pessoas mudam de lugar ao longo de sua existência, e se forem analisadas as causas dessas migrações, logo se percebe que são verdadeiras migrações forçadas, ou seja, a migração não representa para o migrante uma opção, mas uma imposição provocada pelo fato de que o jogo do mercado não encontra qualquer contrapeso nos direitos dos cidadãos e também pela inacessibilidade a bens e serviços essenciais.

Para Santos (1996),

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor e cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente para melhor ou pior, em função das diferenças de acessibilidade (...), independentes de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas, que de fato, lhe faltam (p.81).

Quando se perguntou aos 134 entrevistados que não nasceram em Parintins sobre os motivos pelos quais vieram morar nesta cidade, a Tab.13 indica, em ordem decrescente, que a procura de emprego representou a maioria das respostas com 34% do total. Em seguida os que vieram por motivo de estudo (28%), acompanhar a família (11%), acompanhar o cônjuge e outros.

Tabela 13 - Motivos da vinda para Parintins

MOTIVOS	QUANTIDADE	%
À procura de emprego	45	34
Estudo	37	28
Acompanhar a família	15	11
Acompanhar cônjuge	14	11
Em busca de melhoria de vida	9	7
Doença	6	5
Veio a passeio e ficou	3	2
Enchente do rio	3	2
TOTAL	134	100

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Percebe-se que as principais causas da migração para Parintins estão associadas a fatores estruturais e a busca por melhorias da situação sócio-econômica. Soma-se a esses fatores a divulgação da cidade próspera que Parintins representa por conta da Festa do boi-bumbá, e por se constituir hoje um polo regional do médio e baixo Amazonas, com ofertas de ensino superior por meio do CESP/UEA, Campus/UFAM e Universidades Particulares, implantados em Parintins. Essa realidade redirecionou grande parte do fluxo migratório para Parintins, o que antes tinha como destino a capital Manaus.

No entanto, a maioria das pessoas ao chegar à cidade se depara com a fragilidade econômica, a escassez de emprego e de oferta de serviços básicos, principalmente a moradia. Essa situação é mais agravante para os mais pobres, que sem alternativas, alojam-se nas periferias da cidade em condições precárias, comprometendo a qualidade de vida.

Quando se perguntou sobre o tempo de moradia nos bairros, a Tab. 14 aponta que a maioria (16%) dos entrevistados mora entre 16 a 20 anos. Os mais antigos, aqueles que moram há mais de 50 anos, somam 3%, e os que moram menos de um ano são 10% do total.

O Bairro Itaúna I (nº 20) concentra a maior quantidade dos que residente entre 16 a 20 anos (10 moradores). Nos Bairros da Francesa (nº 4) e Centro (nº 5), por serem os primeiros a se consolidarem, estão localizados os que moram há mais de 50 anos. Enquanto que os habitantes mais recentes, que moram menos de um ano, estão mais concentrados no Bairro Teixeirão (nº 25), que surgiu na década de 2000.

Tabela 14 - Distribuição por tempo de moradia nos bairros.

TEMPO	BAIRROS																									QUANTIDADE (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
Menos de 1 ano	-	-	-	-	-	-	-	2	2	1	-	1	-	-	1	-	-	5	2	-	3	1	2	3	10	33 (10%)
1 a 2 anos	-	-	-	2	2	-	2	2	-	1	2	3	1	2	2	1	-	6	-	2	1	1	2	4	1	37 (11%)
3 a 5 anos	2	-	-	-	4	2	3	-	1	2	2	-	3	2	1	-	-	5	1	3	-	-	3	12	-	46 (13%)
6 a 8 anos	-	1	2	-	4	2	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	1	2	1	2	-	-	18 (5%)
9 a 12 anos	-	1	1	1	2	3	2	2	-	3	1	1	1	1	-	-	-	-	1	-	6	1	10	-	-	37 (11%)
13 a 15 anos	2	2	1	-	1	2	1	-	1	1	-	-	1	2	1	-	-	-	-	-	7	-	4	-	-	26 (8%)
16 a 20 anos	3	-	3	-	2	5	6	3	3	2	1	5	3	1	3	1	1	-	-	10	1	-	-	-	-	53 (16%)
21 a 25 anos	2	-	2	1	5	-	1	3	1	3	2	3	2	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28 (8%)
26 a 30 anos	1	-	-	1	6	2	4	1	2	1	-	1	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22 (6%)
31 a 35 anos	2	-	1	1	-	3	-	1	-	1	-	5	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18 (5%)
36 a 40 anos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4 (1%)
40 a 45 anos	1	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 (2%)
46 a 50 anos	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3 (1%)
Mais de 50 anos	1	-	-	3	3	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9 (3%)
TOTAL	14	4	10	10	32	21	19	15	10	15	11	23	18	10	12	2	1	16	4	16	20	4	23	19	11	340 (100%)

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Ao serem indagados sobre os principais motivos pelos quais vieram morar no bairro, 24% dos entrevistados disseram que a aquisição da casa própria foi o principal indutor da mudança. Outros mudaram porque ganharam o terreno (17%) e outros porque o terreno (17%) e o aluguel (4%) são mais baratos conforme indica a Tab.15.

A mudança em função da família (3%), do casamento (5%), da localização (3%), da proximidade do emprego (2%) e outros, demonstram a importância dos motivos ligados à vida cotidiana e o comportamento da população que vislumbra melhor adaptação na cidade.

Ter casa própria em um lugar tranquilo e arejado é um desejo de todo o cidadão, principalmente para os mais pobres que moram com os parentes, ou em casas alugadas, onde o dinheiro para as necessidades básicas como alimentação, saúde etc., muitas vezes é dividido com o aluguel. Para muitos, ter essas condições significa progredir na vida, ascender socialmente.

Quando se perguntou aos entrevistados se haviam morado em outro lugar na cidade antes de virem para o bairro atual, a maioria (73%) respondeu ter mudado em média 3 a 4 vezes (Fig. 31). Ribeiro (1999) em sua análise sobre mobilidade residencial na cidade de Manaus/AM, considera que as razões que fazem com que as pessoas mudem de residência dentro da cidade variam de acordo com o poder de atração do novo local ou insatisfação com a residência atual. O fator preponderante para o autor é a mudança social que altera a relação entre a família e o ambiente.

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012

Tabela 15 - Motivos pelos quais veio morar no bairro

MOTIVOS	BAIRROS																									QUANTIDADE (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
Casa própria	9	-	3	-	1	10	13	4	4	5	1	11	5	6	-	-	-	2	-	3	-	-	3	2	-	82 (24%)
Ganhou terreno (ocupação)	-	1	-	-	6	4	-	-	-	-	2	-	3	-	3	1	-	-	-	8	10	-	6	14	-	58 (17%)
Terreno mais barato	2	3	3	2	4	4	-	-	-	2	-	1	4	-	2	-	-	-	-	2	5	3	8	2	10	57 (17%)
Nasceu no bairro	2	-	-	4	17	-	2	5	-	-	3	9	4	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47 (14%)
Mais tranquilo	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	1	11	2	3	-	-	-	-	-	21 (6%)
Casamento	-	-	-	1	-	-	3	3	-	2	2	-	-	1	3	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	18 (5%)
Aluguel mais barato	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1	1	1	-	3	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	13 (4%)
Acompanhar a família	-	-	-	1	4	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	10 (3%)
Localização	-	-	-	-	-	3	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	9 (3%)
Oportunidade de emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	8 (2%)
Perto do emprego	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 (2%)
Casa cedida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	4 (1,%)
Pela segurança	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 (0,6%)
Para estudar	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 (0,6%)
Área ampla, ventilada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2 (0,6%)
Falta de opção	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 (0,3%)
TOTAL	14	4	10	10	32	21	19	15	10	15	11	23	18	10	12	2	1	16	4	16	20	4	23	19	11	340 (100%)

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Para Souza (1999) a migração em etapas não significa apenas morar em lugares diferentes, mas em cada comunidade, bairro, rua etc. por onde as pessoas passam, vão conhecendo novas pessoas, com culturas diferentes, modos de vida diferentes que, de certa forma, contribuem para a aquisição de novas referências e, conseqüentemente, se refletirão na constituição de sua identidade, na relação com o meio em que constroem cotidianamente.

Sobre laços de parentesco, 94% dos entrevistados disseram que possuem parentes na cidade de Parintins e apenas 6% afirmaram que não ter parentes na cidade. Dos que não nasceram em Parintins, 96% continuam mantendo contato com seus parentes dos lugares de origem e 4% disseram não ter nenhum contato com seus parentes.

3.2.2 Infraestrutura e bem-estar coletivo

Nas casas das 340 famílias entrevistadas no decorrer da pesquisa moravam 1.855 pessoas. Desse total, 590 tinham menos de 14 anos de idade, enquanto 1.265 estavam em idade acima de 14 anos.

Sobre o tipo de residência em que as famílias moravam, 399 dos locais eram casas, e apenas uma das famílias visitadas morava em quarto alugado.

No que se refere à propriedade da casa, 303 (89%) famílias moravam em casas próprias, 22 (7%) moravam em casas alugadas e 15 (4%) em casas que foram cedidas por parentes e algumas por amigos das famílias (Fig. 32).

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Do total das casas próprias (303), 71 foram compradas prontas, 229 foram construídas pelo processo da autoconstrução e 3 foram financiadas.

Das 22 casas alugadas, a maioria (7) pagava de aluguel mensal o valor de R\$ 150,00 a 200,00. O menor valor pago pelo aluguel era em torno de R\$ 50,00 a 100,00 (4 casas), enquanto que o aluguel mais caro era acima de R\$ 600,00 e apenas uma família se encontrava nessa situação (Fig. 33).

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Na ocupação das residências, 288 eram casas unifamiliares com um total de 1.391 pessoas. 52 eram casas multifamiliares, tendo em média 3 a 4 famílias por moradia e um total de 464 pessoas (Fig.34).

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Sobre o tipo de construção, as casas construídas em alvenaria são a maioria (62%). 31% são construídas de madeira e 7% são casas mistas, ou seja, construídas parte de alvenaria e parte de madeira (Fig. 35).

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Quanto ao tipo cobertura das casas, 305 são cobertas com telha fibrocimento, 26 são cobertas com telhas de barro, 5 são cobertas com telha de alumínio e outros (Fig. 36).

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Quanto ao número de cômodos, as casas com 4 cômodos são a maioria (90). São 10 as casas com apenas 1 cômodo e as que possuem mais de 5 cômodos totalizam 55 residências (Fig. 37).

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

O tipo de cobertura somado aos pequenos cômodos e com pouca ventilação transformam muitas casas em verdadeiras “saunas”, prejudicando a saúde dos moradores. Considera-se que se essas casa fossem cobertas com palha, cavaco ou telha de barro (que são a minoria), certamente essas residências seriam menos quentes.

Segundo Oliveira (2000), as casas das cidades amazônicas não estão preparadas nem para a chuva, nem para o sol e, principalmente, para o calor. Isso se evidencia na inadequação das construções que possuem uma dimensão cultural decorrente da imposição de modelos de moradias caracterizados pelo menosprezo às condições naturais, ocasionando a substituição de materiais existentes na região, além do desconforto que caracterizam essas casas.

O número de banheiros é muito reduzido nas residências. A Fig. 38 mostra que em 230 casas existe apenas um banheiro para atender toda a família, 87 moradias possuem 2 banheiros e outros.

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Na luta pela existência, a moradia constitui aspecto central no elenco das necessidades básicas dos indivíduos. É na casa que o homem encontra abrigo, proteção e privacidade; é onde desenvolve sua vida individual, familiar e social. É na casa que, depois de um dia de trabalho, de labuta, o homem descansa, dorme e se refaz para uma nova etapa no dia seguinte, é onde se despe dos vários papéis que representa na sociedade e se encontra consigo mesmo. No entanto, para morar, é preciso pagar por um pedaço de chão. Isto porque a moradia passou a ser uma mercadoria, mercadoria essa que segundo Rodrigues (1988) não é fracionável, ou seja, não é possível pedir “um pedaço de casa” para morar, um banheiro para tomar banho, um tanque para lavar roupa ou uma cama para dormir um pouco, exceto, é claro, se se trata de relações pessoais, de aluguéis de quartos, de lavadeiras etc. e, é claro, pagando-se por este uso. Para morar é preciso ter capacidade de pagar por esta mercadoria.

Com relação à ocupação/renda das famílias entrevistadas, das 1.265 pessoas maiores de 14 anos de idade, 603 exercem função remunerada, isto é, possuem vínculo empregatício. Os desempregados somam 566 dos moradores e 96 são aposentados. Do total dos empregados, apenas 81 possuem carteira de trabalho assinada, 522 trabalham sem terem garantidos seus direitos trabalhistas.

Quanto à renda familiar, incluindo a somatória de todos os rendimentos para o sustento das famílias, a Fig. 39 mostra que a maioria das famílias (144) vivem com 1 salário mínimo; 34 famílias vivem com menos de 1 salário e apenas uma família possui um rendimento de mais de 10 salários mínimos mensais.

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

O trabalho é de importância fundamental para a dinamização da economia em uma cidade. A renda, por sua vez, dá oportunidade de acesso a determinados bens e serviços que contribuem para a sobrevivência e qualidade de vida da população.

O que se observou no decorrer da pesquisa é que, mesmo os chefes de família estando trabalhando, experimentam muitas dificuldades em conseguir suprir as despesas. A falta de emprego e a baixa renda levam boa parte da população de Parintins a depender quase que totalmente de programas assistenciais do Estado, o que serve apenas de paliativo para o problema. Apesar da ajuda dada pelo Governo em termos de políticas compensatórias, através de programas como o Bolsa Família, uma parcela da população vive em condições precárias. 10% das famílias sobrevivem com menos de um salário mínimo. A composição da renda familiar varia em função do número de pessoas que trabalham na residência. Também está inserida no seu valor total a renda das pessoas aposentadas. A renda da maioria dos moradores de Parintins é baixa, sendo que em alguns bairros, os níveis de renda apresentados são baixíssimos, justificando assim a dificuldade de aquisição de diversos bens e serviços necessários a uma vida digna.

Com relação ao abastecimento de água, esse serviço apresentou um percentual de 99% de atendimento nas unidades domiciliares visitadas. Entretanto, apesar de seu alto percentual de atendimento, esse serviço se dá de forma diferenciada em termos de acessibilidade. Por conta dessa situação, 0,5% dos domicílios utilizam água de cacimba e 0,5% de poço artesiano.

O abastecimento de água não se dá de forma regular para todo o perímetro urbano, constituindo-se num dos problemas para a comunidade. A falta de água é frequente em alguns bairros periféricos. A água só chega às residências durante algumas horas obrigando os moradores a passarem a maior parte do dia sem água nas torneiras. Esta situação se agrava mais com o fato de muitos dos domicílios visitados não possuírem reservatório.

No SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins), existem 18 poços artesianos de onde provém toda a água para o abastecimento da cidade. Os poços possuem uma profundidade de 80, 100 e 120 metros. Estão distribuídos no perímetro urbano nos seguintes locais: na confluência da Rua Rio Branco com a Paraíba (7 poços), no conjunto residencial da SHAM (6 poços - sendo que 2 estão desativados), no terreno do Hospital Jofre Cohen (1 poço), na rua Faria Neto (1 poço), no Bairro Dejard Vieira (2 poços), no Bairro Paulo Corrêa (4 poços – 1 poço está desativado).

Parintins possui 16.220 ligações de água para todo o perímetro urbano. Desse total, 13.206 são ligações ativas, ou seja, estão recebendo água do SAAE normalmente. As ligações cortadas somam 3.014.

As ligações cortadas, por falta de pagamento somam 2.577. Enquanto que as ligações cortadas por requerimento, ou seja, quando o proprietário solicita o desligamento, totalizam 437.

De acordo com informações da gerência do SAAE, o corte da ligação de água ativa é efetuado a partir do terceiro mês de atraso do pagamento do consumo. O aviso do corte do fornecimento de água chega ao consumidor por meio da fatura de pagamento mensal. Após o corte, o valor cobrado para a religação é de R\$ 15,00. Este comportamento do SAAE teve início a partir da nova gestão iniciada em 2013.

Quanto à existência de medidor de água nas ligações, do total das 13.206 ligações ativas na cidade, somente 2.452 ligações possuem o hidrômetro para medir o consumo.

Os bairros de Parintins que não possuem o fornecimento de água do SAAE são os loteamentos Tonzinho Saunier, Lady Laura, Pascoal Alágio e Jacaré Acanga (somente algumas casas).

No que diz respeito à rede de esgoto, Parintins não dispõe de sistema de coleta e tratamento de efluentes de esgoto. A carência na rede de esgoto leva os moradores a buscarem outras alternativas para a destinação final dos dejetos. Assim, no que tange ao destino dos dejetos, verificou-se que 81% dos domicílios dispunham de fossas sépticas; 18% de fossas

negras; e outra parcela de 1% lançava os dejetos diretamente na rua (Fig. 40). A falta de rede de esgoto é um fator de poluição do ambiente urbano da cidade em estudo, que pode se converter em problemas à saúde de seus habitantes.

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

O fornecimento de energia elétrica tem se expandido na cidade nos últimos anos. Com relação à iluminação das moradias, 99% possuem luz elétrica com as ligações regulares, e 1% é iluminada também com luz elétrica, porém, por meio de “gatos” (ligações clandestinas). Quanto à iluminação pública, 96 dos informantes confirmaram a existência de luz nas ruas, e 4% disseram que as ruas não possuem iluminação. Através da energia elétrica a população pode utilizar eletrodomésticos, a exemplo de geladeira, liquidificador, televisão e rádio.

A energia elétrica consumida em Parintins vem da Eletrobrás Amazonas Energia, também denominada de Amazonas Distribuidora de Energia-ADE ou tão somente Amazonas Energia. Esta substituiu a CEAM (Centrais Elétricas do Amazonas) em 2011. Parintins tem em média 20.000 ligações cadastradas, porém, as ligações ativas somam 16.742, todas com medidor. Em 2012, o mês de outubro registrou o consumo máximo de energia atingindo 9.677.422 KWh. A reserva estimada de energia é de 7 a 8 MW.

No tocante à pavimentação, nem todos os bairros usufruem desse serviço. Sua distribuição se dá de maneira diferenciada, sendo os bairros periféricos os que apresentam o menor número de ruas sem pavimentação. Nesse sentido, das 340 casas/ruas visitadas, 86% são asfaltadas, 1% são calçadas, e 13% não possuem nenhuma pavimentação, estão sobre o barro.

As ruas asfaltadas são as mais quentes, principalmente nos dias de muito calor, causando desconforto, produzindo *stress*, ultrapassando, muitas vezes, os limites de tolerância dos moradores. Já as ruas sobre o barro, apesar de serem menos quentes, quando chove, o barro amolece, se acumulam poças de água e ficam praticamente intransitáveis. Isso demonstra que o uso inadequado do solo dificulta a construção da cidade, aumenta os custos e provoca desconforto ambiental, como térmico, de locomoção, etc. resultando em um lugar desagradável para se viver e trabalhar (SOUZA, 1999).

Quanto à existência de calçadas, 54% das ruas pesquisadas as possuem e em 46% elas inexistem. A falta de calçadas em Parintins é um problema sério principalmente para os pedestres, que são obrigados a ocupar os espaços das ruas por falta de espaços nas calçadas. Muitas calçadas são ocupadas por comércios e outras por edificações, descumprindo as orientações preconizadas no Plano Diretor da cidade e Código de Postura do Município.

A deficiência na oferta de equipamentos públicos, bem como de áreas verdes e de espaços destinados ao lazer se faz mais presente nos bairros onde reside a população mais carente, confirmando assim que, na cidade analisada, nem toda a população tem acesso aos benefícios da urbanização, como seria de direito, principalmente no que se refere à infraestrutura, tão necessária à qualidade de vida.

São poucas as opções de lazer e os espaços culturais na cidade de Parintins. Os espaços de lazer são conjugados com os espaços vivenciais, como praças e campo de futebol. A forma de lazer mais destacada pela maioria dos entrevistados, foi assistir TV.

A praça enquanto local de convivência e de lazer do cotidiano urbano tem um significado que muitas vezes se traduz em algo intrínseco à própria condição de existência das pessoas enquanto cidadãos, quando necessitam de refúgio do lar, de contato com a vizinhança, com os amigos, de lazer e ar livre.

As pessoas vão às praças para se entreterem. São jovens, crianças, adultos e idosos que buscam sua forma de se divertir, conversar e rir com as pessoas preferidas. A praça também é o lugar do mendigo, do pipoqueiro, pois deve ser o lugar da coletividade. Porém, nos últimos tempos, as praças em Parintins vêm perdendo atratividade, em função de novos padrões de uso, de consumo e de lazer adquiridos pela população. Soma-se a isso a falta de segurança, falta de equipamentos de infraestrutura urbana e cobertura arbórea suficiente para garantir o conforto térmico da população, visto que estes constituem elementos fundamentais de uma praça.

Santos (2011) em seu estudo sobre as praças de Parintins identificou 14 praças no perímetro urbano, as quais foram sendo construídas no decorrer da produção da cidade. De acordo com a autora, das 14 praças de Parintins, 6 estão localizadas no Bairro Centro e 8 localizam-se em apenas 5 dos demais 24 bairros da cidade. Também foram identificados alguns canteiros como: o Memorial Senador José Esteves, do Fuxico (ao lado da CEAM), e do Namoro (próximo ao Comunas).

As praças pesquisadas por Santos (2011) foram as seguintes: (A) Praça Gentil Belém, (B) Praça Nossa Senhora do Carmo (Sagrado C. de Jesus), (C) Praça Boulevard 14 de Maio (Jacaré), (D) Praça Eduardo Ribeiro (Prefeitura), (E) Praça do Cristo Redentor (Digital), (F) Praça Judith Prestes (Comunas), (G) Praça da Catedral de Nossa Senhora do Carmo, (H) Praça da Liberdade, (I) Praça Complexo Esportivo Benedito Azedo, (J) Praça de Nazaré, (K) Praça dos Bois, (L) Praça Dr. Tsukasa Uyetsuka (Japonês), (M) Praça Tonzinho Saunier e (N) Praça de São Benedito (SANTOS, 2011). A espacialização das praças está apresentada na Fig. 41.

Santos (2011) também identificou 17 áreas no perímetro urbano onde podem ser criadas áreas de lazer (praças). Essas áreas potenciais são denominadas de espaços vazios. Das 17 áreas identificadas, 08 (oito) estão na parte mais recente da expansão urbana da cidade de Parintins, localizadas nos bairros Itaúna I (duas áreas), Itaúna II (quatro áreas), Paulo Corrêa (uma área) e Jacaréacanga (uma área). Os demais espaços estão localizados nos bairros: São José (duas áreas), Raimundo Muniz (uma área), Centro (uma área), Nossa Senhora de Nazaré (duas áreas), São Vicente de Paula (uma área) e Palmares (duas áreas) (Fig. 41).

Segundo Ebner (1999), quando se fala em vazio urbano, geralmente se tem como referências os terrenos baldios, terrenos vazios ou áreas ociosas. Para a autora, os vazios urbanos são áreas desocupadas em meio à malha urbana. Essas áreas são construídas para que possam ser caracterizadas como vazios. Portanto, os vazios são resultados da produção da cidade mesmo que pareçam produto da natureza. No espaço urbano, o construído e o não construído fazem parte de um mesmo processo, com isso pode-se concluir que o vazio urbano é gerado da mesma forma como são geradas as cidades.

Quanto à estrutura atual das praças, identificaram-se alguns equipamentos como: bancos (todas as praças possuem), placa de identificação (praças A, B, C, E, F, I, K), banheiros (praças E e K), quadra esportiva (praça K) e lixeiras (praças D e K).

No que se refere à arborização, somente as praças C, D e H possuem vegetação. Na primeira, encontram-se algumas espécies de grande porte, tornando-a mais atraente e mais adequada à realização do lazer, especialmente nos horários diurnos, o que contribui também, para a regulação do clima urbano.

Outro problema verificado na cidade que pode influir negativamente na qualidade ambiental e na saúde da população foi a falta de arborização. Esta, aliada ao forte clima da região faz com que as pessoas tenham que andar de sombrinha ou camisas de mangas longas, para se protegerem do sol intenso que assola a cidade. A forte irradiação solar pode expor a população a uma maior incidência de câncer de pele.

A partir da expansão e ocupação da cidade, é possível observar em uma primeira análise que a urbanização não foi acompanhada por uma efetiva arborização. O que ocorreu foi uma redução da cobertura vegetal natural. Nesse sentido Rodrigues diz que:

As áreas verdes são fundamentais para a qualificação do equilíbrio ambiental do espaço urbano. A vegetação tem a capacidade de controlar o calor e o frio a depender da época; tem influência nos níveis de poluição do ar; dificulta a erosão do solo; reduz os efeitos do fenômeno conhecido como “ilha de calor”; reduz a temperatura, dinamiza a circulação do ar, possibilita a redução dos ruídos, particularmente em áreas de intensa circulação de veículos. A Organização das Nações Unidas (ONU) tem postulado a necessidade de se preservar pelo menos 30% do espaço urbano para a preservação de áreas verdes. Esse estoque seria, segundo o órgão, um dos pressupostos de qualidade de vida nas cidades (2000, p. 125).

Com relação ao destino do lixo, observou-se que mais de 90% dos domicílios se beneficiavam do serviço público de coleta, enquanto que 8% disseram que uma parte do lixo produzido era recolhida pela coleta pública e outra parte era queimada. Os outros 2% queimavam o lixo (Fig. 42).

PRAÇAS E VAZIOS URBANOS DE PARINTINS

Figura 41: Mapa das praças e espaços vazios de Parintins.
Org Harald Dinelly/Janeiro/2013.

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

A ausência de uma regular coleta de lixo, assim como de um tratamento e destino adequados do lixo acarreta, além de ambientes insalubres, a proliferação de ratos, baratas, etc. A acessibilidade a esse serviço além de contribuir positivamente para a qualidade do meio ambiente, é de suma importância para a proteção da saúde humana.

Mesmo havendo uma frequente coleta de lixo na cidade, muitos moradores informaram que é jogado indevidamente lixo nas ruas e em terrenos baldios.

No que diz respeito à saúde pública das famílias visitadas, a Fig. 43 mostra que 98% dependem unicamente do SUS (Serviço Único de Saúde), ficando, assim, à mercê das ações desse sistema.

Sobre a qualidade do atendimento dos hospitais e dos postos de saúde, 33% de entrevistados usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) consideram este atendimento ruim; 30% consideram bom; para 28% o atendimento é regular e 7% avaliam o atendimento como sendo ótimo.

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Segundo relatos dos entrevistados quanto à acessibilidade aos serviços de saúde em Parintins, muitos disseram da dificuldade para se conseguir uma consulta médica especializada, e também a demora para a realização e resultados de exames. Por conta dessa situação muitos buscam na medicina popular, uma alternativa para a cura de suas enfermidades através dos remédios caseiros.

Quando se perguntou sobre a visita do Agente Comunitário de Saúde/ACS nas residências 81% responderam que estes fazem as visitas regularmente, enquanto que 19% disseram que as visitas não são regulares.

O serviço de saúde foi alvo de muitas críticas e reclamações por parte dos entrevistados que informaram ser o número de médicos insuficiente para o atendimento da população, fato este muito grave, se considerado que a cidade recebe uma grande demanda desse serviço vinda de outras localidades, detendo dessa forma, a maior parte da responsabilidade pelos atendimentos médicos da microrregião.

Sobre a opinião dos entrevistados quanto à condição de vida, nível de satisfação e a visão que têm do lugar onde moram, a Tab. 16 apresenta o seguinte resultados: a maioria dos moradores (224) considera “boa” a vida no bairro; 88 moradores avaliam como “ótima”; 22 consideram “regular”; e apenas 2 pessoas consideram “péssima”.

Observa-se nas respostas que a maioria dos que consideram a vida “boa” e “ótima” moram nos bairros mais centrais da cidade, os quais são dotados de mais estrutura urbana, e uma população residente com melhor poder aquisitivo.

Tabela 16 – Como considera a vida morando no bairro

Nº	BAIRRO	CONSIDERA					QUANTIDADE
		Ótima	Boa	Regular	Ruim	Péssima	
01	Santa Clara	8	6	-	-	-	14
02	Castanheira	1	1	2	-	-	4
03	Santa Rita de Cássia	3	5	1	1	-	10
04	Francesa	3	6	1	-	-	10
05	Centro	10	19	2	-	1	32
06	Palmares	1	18	1	1	-	21
07	N. Sra. de Nazaré	5	14	-	-	-	19
08	São Vicente de Paula	5	10	-	-	-	15
09	Emílio Moreira	1	8	1	-	-	10
10	Raimundo Muniz	2	13	-	-	-	15
11	Vitória Régia	8	3	-	-	-	11
12	São Benedito	8	15	-	-	-	23
13	São José	8	9	-	1	-	18
14	João Novo	4	5	1	-	-	10
15	Dejard Vieira	1	9	-	2	-	12
16	Distrito Industrial	1	1	-	-	-	2
17	Lady Laura	-	1	-	-	-	1
18	Pascoal Alágio	6	9	1	-	-	16
19	Jacaré Acanga	1	2	1	-	-	4
20	Itaúna I	3	11	2	-	-	16
21	Itaúna II	-	18	2	-	-	20
22	Tonzinho Saunier	3	-	1	-	-	4
23	Paulo Corrêa	2	19	1	-	1	23
24	União	4	14	1	-	-	19
25	Teixeirão	-	8	3	-	-	11
TOTAL		88	224	21	5	2	340

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

No que diz respeito à opinião dos entrevistados sobre o que mais gostavam no bairro em que moravam, a tranquilidade do lugar foi preponderante nas respostas (65%); a localização e proximidade ficaram em segundo lugar com 14%; 6% disseram que o movimento do comércio é o que gostam mais; a convivência com os vizinhos é o mais importante para 5% dos entrevistados, assim como outros motivos que são apresentados na Tab. 17.

Tabela 17 – O que mais gosta no bairro

O QUE MAIS GOSTA	QUANTIDADE	%
Tranquilidade	220	65
Localização/Proximidade	49	14
Movimento do comércio	22	6
Convivência com os vizinhos	18	5
Ventilação/Clima/Arejado	10	3
Terrenos grandes	8	2
Gosta de tudo	4	1,5
Não respondeu	4	1,5
Festas próximas	2	1
O barulho da CEAM	1	0,5
Não gosta de nada	1	0,5
Área esportiva	1	0,5
TOTAL	340	100

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Na indagação sobre o que não gostavam no bairro, as respostas foram as mais diversas possíveis. De acordo com a Tab. 18, em 19% das residências visitadas disseram que não gostam da violência no bairro; 15% disseram não gostar da falta de infraestrutura; para 11% o barulho que existe no bairro é o que menos gostam; 9% não gostam da sujeira e lixo nas ruas; 8% não gostam do odor da lixeira pública; e outros.

Ressalta-se que a violência, falta de infraestrutura e o barulho afetam a maioria dos bairros, principalmente a violência que está presente na cidade sobre várias formas: no trânsito; roubos; assaltos; violência contra a mulher, crianças e adolescentes, principalmente com estupros.

Tabela 18 – O que não gosta no bairro

NÃO GOSTA	BAIRROS																									QUANTIDADE (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
Violência	2	2	4	-	5	6	6	5	-	9	-	5	3	-	-	1	-	-	-	3	5	1	6	-	-	63(19 %)
Falta de infraestrutura	-	2	3	-	-	-	-	-	7	-	-	-	4	2	1	-	-	8	2	4	3	3	1	5	6	51(15 %)
Barulho	2	-	-	4	4	4	-	-	3	4	3	4	-	-	-	-	-	-	-	5	3	-	-	4	-	39(11 %)
Sujeira nas ruas/lixo	-	-	-	-	-	4	-	10	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	2	6	-	32(9 %)
Odor da lixeira pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	10	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	16(8 %)
Falta saneamento	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	2	-	-	16(5 %)
Falta de segurança	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	4	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15(4,5 %)
Iluminação precária nas ruas	-	-	-	-	-	-	-	4	-	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	2	-	14(4 %)
Trânsito	-	-	-	-	4	-	-	-	-	1	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	13(4 %)
Não tem área de lazer	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	2	-	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13(4 %)
Odor do matadouro	5	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11(3 %)
Intriga dos vizinhos	-	-	-	-	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	11(3 %)
Pavimentação precária das ruas	-	-	-	-	5	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9(3%)
Não respondeu	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	8(2%)
Falta transporte público	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	6(2 %)
Distância do centro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5(2 %)
Ruas estreitas	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3(1%)
Jovens com drogas	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	3(1 %)
As fábricas que poluem	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2(1%)
Preço da energia elétrica	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2(1 %)
Ruas não pavimentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2(1 %)
Falta hospital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2(1 %)
Falta Escola Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2(1%)
Movimento da Rodovia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1(0,5 %)
Nada a reclamar	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1(0.5 %)
TOTAL	14	4	10	10	32	21	19	15	10	15	11	23	18	10	12	2	1	16	4	16	20	4	23	19	11	340

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Nas conversas com os moradores dos bairros, notou-se a insatisfação em relação à sua própria situação socioeconômica e em relação ao ambiente que constroem vivendo. Isto quer dizer que as pessoas, embora sem ter a exata consciência das causas políticas e sociais que implicam o fenômeno da degradação socioambiental, sentem os efeitos má qualidade de vida. Sentem na pele o desconforto de morar num terreno que alaga, ou numa rua cheia de lixo; de morar em pequenas casas, muitas vezes com apenas um cômodo e ter que dividir esse espaço com várias pessoas, e sem privacidade; sentem o calor da cobertura do fibrocimento ou zinco que causa fadiga; sentem a insegurança por saber que durante as chuvas sua casa ficará total ou parcialmente sob as águas, ou a angústia de quem não tem recursos para cuidar da proteção e da saúde de seus familiares, vítimas da insalubridade que é produto do tipo de ocupação e uso da natureza local; sentem muitas vezes a fome de comida por não terem dinheiro para comprar o “pão de cada dia” por estarem desempregados; sentem a tristeza de verem seus filhos envolvidos em “galeras”, consumindo drogas sem saberem o que fazer; sentem a insegurança de saírem nas ruas, pelos assaltos, roubos que crescem a cada dia na cidade; enfim sentem o que é viver sem acesso aos benefícios da cidade que infelizmente são oferecidos para poucos privilegiados.

Quando se perguntou aos moradores como era o bairro na época em que vieram morar no mesmo, 53% disseram que o bairro não tinha infraestrutura ou quando tinha, era precária. 20% disseram que não havia casas, que era só mato e campo; 5% não souberam responder; e outros (Tab. 19).

As respostas variam em função do tempo de moradia no bairro. As respostas dos primeiros moradores, que acompanharam a evolução do bairro e as transformações ocorridas, são mais completas, cheias de histórias, com mais informações precisas e até com certo saudosismo para muitas situações. Enquanto que as respostas dos moradores mais recentes relatam apenas os fatos do agora, do imediato.

Tabela 19 – Como era o bairro quando chegou

COMO ERA O BAIRRO	QUANTIDADE	%
Não tinha infraestrutura/e ou precária	179	53
Não tinha casa, só mato, campo	69	20
Muito diferente do que é agora	18	5
Não soube responder	16	5
Mais tranquilo	16	5
Pouco diferente do que é agora	10	3
Tudo era longe, isolado	8	2
Poucas casas	7	2
Menos violento	6	2
Abandonado	4	1,5
Era muito feio	3	1,5
Violento	2	1
Já era urbanizado	1	0,5
Sem energia elétrica	1	0,5
TOTAL	340	100

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

Quanto às mudanças ocorridas após a chegada dos moradores no bairro onde moram, 41% dos entrevistados consideram que melhorou a infraestrutura; 18% disseram que veio a água, luz e pavimentação das ruas; 14% afirmaram que não mudou quase nada; 8% disseram que houve um aumento do número de casas e também da sujeira; 6 % não soube responder. As demais respostas podem ser visualizadas na Tab. 20.

Tabela 20 – O que mudou depois da chegada

O QUE MUDOU	QUANTIDADE	%
Infraestrutura	139	41
Veio água, luz e pavimentação das ruas	62	18
Não mudou quase nada	47	14
Aumentou as casas e a sujeira	27	8
Não soube responder	21	6
Ficou mais organizado	8	2
Ficou mais movimentado	7	2
Aumentou a violência	4	1,5
Mais barulho	4	1,5
Sinalização das ruas	4	1,5
Tiraram o mato	4	1,5
Apareceram os comércios	4	1,5
Construído escolas	3	1
Diminuiu a violência	2	1
Demoliram casas e construíram outras	2	1
Veio a UFAM	1	0,5
Iniciou a construção do Posto de Saúde	1	0,5
TOTAL	340	100

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

A Tab. 21 apresenta a opinião dos moradores sobre o que eles acham que precisa melhorar nos bairros, diante das situações em que se encontram. De acordo com as respostas dos entrevistados 50% consideram a infraestrutura, a principal necessidade hoje para os bairros de Parintins; a segurança foi apontada por 24% dos informantes; 17% disseram que precisa melhorar a limpeza e iluminação das ruas; 4% disseram que a retirada da lixeira pública é mais urgente em função do odor que exala; e outros.

Essas respostas revelam que os moradores sabem muito bem o que é melhor e o que precisa melhorar nas ruas, nos bairros na cidade porque eles vivem cotidianamente nos diversos espaços que compõe a malha urbana. Somente eles sabem das reais necessidades e da realidade em que se encontram os lugares, que muitas vezes são ofuscados por ações paliativas e discursos políticos eleitoreiros.

Assim, a cidade não é apenas o percebido – a paisagem construída. Ela contém mais que isso. Ela contém as dimensões dos homens que a constroem. A cidade traz em si a marca de uma sociedade hierarquizada e dividida em classes. Portanto, a cidade é também o espaço privilegiado das lutas sociais; o espaço é produzido não apenas para atender à produção do capital e a reprodução das dimensões do poder, mas também para dar condições de reprodução da vida humana (CARLOS, 2011).

Tabela 21 – O que precisa melhorar no bairro

PRECISA MELHORAR	BAIRROS																									QUANTIDADE (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
Infraestrutura	-	2	4	5	8	2	6	3	4	5	3	3	8	3	1	-	-	7	1	5	10	4	4	15	11	114 (34 %)
Segurança	2	2	2	-	4	13	4	6	-	7	5	6	5	1	-	1	-	4	1	9	6	-	2	1	-	81(24 %)
Limpeza e iluminação das ruas	-	-	-	3	6	4	3	6	3	3	2	2	5	-	-	-	-	-	-	-	2	2	3	-	-	59 (117 %)
Retirada da Lixeira Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	10	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15 (4 %)
Construir Posto de Saúde/Escolas	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	6	-	-	11(3 %)
Criar áreas de lazer	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	10 (3 %)
Não precisa mudar nada	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8 (2 %)
Saúde (serviço de saúde)	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	8 (2 %)
Água, luz, pavimentação	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	7 (2 %)
Saneamento básico	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	6 (2 %)
Trânsito/sinalização	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	6 (2 %)
Retirada do Matadouro	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4 (1,5 %)
Diminuir o barulho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	4 (1,5 %)
Construir o muro de arrimo	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3 (1 %)
Retirar as Indústrias	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 (1 %)
Melhorias das Praças	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 (1 %)
TOTAL	14	4	10	10	32	21	19	15	10	15	11	23	18	10	12	2	1	16	4	16	20	4	23	19	11	340 (100)

Fonte: Pesquisa de campo: setembro a novembro de 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Parintins se produz e reproduz como resultante da própria dinâmica da reprodução do capital que se instalou na Amazônia em diferentes momentos da história da ocupação regional, visando à apropriação dos recursos naturais existentes e das condições favoráveis oferecidas aos capitalistas pelo Estado brasileiro, ocasionando o surgimento de muitas cidades, com inúmeros problemas socioambientais, um fenômeno marcante nos dias atuais.

Nesse contexto, teve-se a oportunidade de verificar a existência de diferentes espacialidades e temporalidades no processo de apropriação do espaço urbano de Parintins e as condições desiguais de acesso, de uso e de direito à cidade. Partindo dessas premissas, chegou-se a algumas considerações acerca dos processos, que, de forma articulada, contribuíram e continuam contribuindo para a produção do espaço e suas consequências para a população local, reveladas a partir dos resultados desta pesquisa.

Em primeiro lugar, pode-se constatar que a atual representação espacial urbana de Parintins configura-se num ambiente que, similar às demais cidades capitalistas, ostenta fortes contrastes socioambientais. Pode-se mencionar a existência de duas realidades, não excludentes entre si, que dimensionam os rumos tomados pela evolução do espaço urbano: uma cidade formal, oriunda de um processo formal regular de urbanização, e a outra “informal”, produzida às margens de quaisquer mecanismos legais.

Parintins experimentou, ao longo do período de sua produção, um intenso crescimento urbano. A taxa de urbanização da cidade, que até 1970 era de 43%, saltou para cerca de 68% em 2010. Esse crescimento deu-se não somente em função do incremento natural da população residente, mas, sobretudo, em decorrência do intenso fluxo migratório de pessoas de outros Estados brasileiros, de municípios do Amazonas e principalmente de áreas rurais de Parintins.

Os principais fatores indutores desse processo de urbanização estão associados às crises econômicas que o país experimentou e que se refletiram em Parintins no decorrer de sua formação, e também à ausência ou má aplicação das políticas voltadas para o campo. Por outro lado, o despontar do Festival Folclórico, o turismo que inicia e se propaga como promissor, a implantação e ampliação de universidades com ofertas de ensino superior, configuram-se como pontos de atração da população e alternativas de melhorias de vida.

Porém, a cidade não estava e ainda hoje não está preparada para receber o grande contingente de pessoas que migraram do campo ou de outros lugares. Com isso, ela foi crescendo de forma descontínua e sem planejamento, afetando seriamente a qualidade de vida ao não disponibilizar a todos, ou à maioria, emprego, saúde educação, habitação e lazer.

O processo de urbanização de Parintins teve seus altos e baixos. Surgido para melhorar a qualidade de vida, tornou-se uma questão complexa, pois trouxe grandes problemas que aumentam a cada dia e se tornam mais difíceis de serem solucionados, principalmente com os modelos de gestão que se tem hoje na cidade.

Dentre os diversos problemas urbanos existentes em Parintins, o principal a destacar é a desigualdade social, que se manifesta de várias formas, a começar pela segregação espacial. As pessoas sem terem condições de pagar por uma moradia decente passaram a ocupar a orla fluvial da cidade; depois surgiram as ocupações clandestinas; as ocupações periféricas ao longo das várzeas dos rios e igarapés com barracos e palafitas, tornando a forma de habitar insalubre, comprometendo, assim, o ecossistema fluvial e a qualidade de vida de seus moradores; além da falta de serviços de consumo coletivo e de infraestrutura urbana capazes de atender a essa parcela da população.

A evolução de Parintins se deu de forma gradual e apresenta três padrões que definem a sua estrutura urbana. No primeiro momento, apresentou um padrão mais espontâneo, porém com certa racionalidade no traçado das ruas, tendo sempre como referência o rio Amazonas, o que deu uma lógica muito própria à disposição dos objetos no espaço produzido. Este padrão é denominado por Trindade Jr. et al (2008, p. 37) de “ribeirinho”, caracterizando muitas cidades amazônicas como Parintins.

A partir da década de 1970 mais precisamente, quando se intensifica a urbanização, a cidade amplia sua malha urbana para todos os lados e, não mais obedecendo a uma orientação referencial (o Rio), ganha uma configuração menos padronizada e mais aleatória, de acordo com a necessidade e os interesses de apropriação do espaço pelos diferentes agentes que produzem a cidade. Trindade Jr. et al (2008, p. 37) considera este padrão como sendo “aleatório”.

O terceiro padrão de ocupação do espaço urbano parintinense, denominado de “pré-definido” (TRINDADE JR. et al , 2008, p. 37), indica as frações diferenciadas de produção do espaço no conjunto da evolução urbana pautada nos loteamentos de iniciativa pública e privada, que tendem a se contrapor a uma forma de produção mais aleatória e espontânea. A

implantação de conjuntos habitacionais em várias áreas da cidade também acelerou o processo de urbanização de Parintins.

Foi possível identificar que, nas primeiras décadas do século XX, na paisagem urbana de Parintins, todas as formas de relações giraram em torno do núcleo inicial, dos comércios, do poder religioso com sua igreja, das residências dos comerciantes, do posto fiscal, da prefeitura, do mercado municipal entre outras.

A instalação de infraestruturas pelo Estado atraiu diversos capitais privados, principalmente do setor terciário, com a criação de grandes lojas comerciais na cidade, supermercados etc. Outro fator de investimento e crescimento urbano de Parintins foi o desenvolvimento do Festival Folclórico e das atividades turísticas, que deram a Parintins uma nova face ou uma nova função, enquanto parte da rede urbana brasileira.

Portanto, são vários os agentes que produzem o espaço urbano. Em Parintins pode-se enumerar os mais importantes como sendo o próprio Estado, particularmente a Prefeitura Municipal de Parintins, as instituições públicas, como as Universidades, os grandes proprietários de terras, algumas empresas, as Igrejas (católica e evangélicas), os Bois-Bumbás, o turismo, os comerciantes, as populações ocupantes e os pequenos proprietários urbanos.

O Estatuto da Cidade ao instituir as diretrizes gerais das políticas urbana no Artigo 2º, assegura a todos os cidadãos (Parágrafo I) a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para a presente e futuras gerações.

Mas infelizmente em Parintins como nas demais cidades brasileiras, as leis urbanas nem sempre são cumpridas. Nos bairros periféricos de Parintins, com ausência de infraestrutura urbana e de equipamentos de consumo coletivos, associada à violência, é onde está localizada a população de menor poder aquisitivo e carente. São os espaços da cidade onde o poder local normalmente realiza poucos investimentos de ordem estrutural e social e os demais agentes produtores do espaço o relegam. É a lógica inerente ao modo de produzir dominante, em que as melhorias só ocorrem no confronto de classes e frações destas, pois é na luta que a população carente assegura as melhorias.

Os bairros onde reside a população de melhor poder aquisitivo são mais valorizados, em função de disporem de melhor infraestrutura urbana e serviços de consumo coletivo, proporcionando melhores condições de vida a seus habitantes.

A educação é um direito fundamental no processo de inclusão social. Em Parintins o baixo nível de escolaridade da população, aliado à falta de renda e ao subemprego têm levado boa parte da população dessa cidade a viver em situações precárias. Essas situações conjugadas à degradação que se faz presente na cidade através da falta de arborização, esgotos escorrendo a céu aberto, além do lixo espalhado por ruas e terrenos baldios, denunciam a falta de comprometimento público, requerendo, assim, a adoção de medidas que solucionem este quadro, principalmente no que se refere à implementação de eficazes políticas públicas.

Hoje se vive na chamada sociedade em rede que articula do plano local ao global na denominada mundialização econômica. É necessário pensar como esses processos se materializam no plano real da cidade, da sociedade, da vida urbana, da vida dos cidadãos, considerando que eles não ocorrem de forma homogênea no espaço geográfico.

Compreender o que é uma cidade neste início do século XXI não é tarefa fácil, quando se vive em um mundo globalizado, com uma organização espacial em rede, com uma nova realidade, não mais apoiada nas formas antigas de relações do homem com o espaço e a natureza, mas nas que exprimem novos conteúdos de um mundo global. E que traz em si uma nova forma de organização geográfica da sociedade, onde os velhos conceitos aparecem sob nova forma e conceitos novos aparecem renovando os conceitos velhos (MOREIRA, 2006).

Para pensar o futuro de Parintins tendo como referência o espaço urbano, é necessário que o poder local, os agentes produtores do espaço e a população adquiram uma nova concepção em relação urbano. O crescimento urbano é produto, em grande parte, do êxodo rural iniciado em décadas passadas. Dessa forma, é necessário pensar em novas relações do cidadão com a cidade. Somente nessa relação é que será possível compreendê-la como um todo e preservá-la. A partir do momento em que o cidadão parintinense criar uma identificação com a cidade, é que poderá defendê-la. O conhecimento, a participação na vida econômica, política, social e cultural são condições fundamentais para que o cidadão passe a preservar e cobrar medidas que evitem ou minimizem os impactos socioambientais na cidade.

Martins (2009) diz que o entendimento do mundo se estabelece em pensamento mediante a lógica. Por isso causas e consequências, identidades, similaridades, diferenças e contradições são coisas do pensamento, porque são aspectos da realidade, do conteúdo.

Assim, para se entender porque Parintins existe enquanto cidade, onde existe, porque ela está onde está, com toda a sua complexidade, é preciso que se tenha um entendimento de que as coisas não estão distribuídas aleatoriamente no espaço, mas que elas possuem uma razão para estarem lá, e que elas possuem uma distribuição espacial, orientada por uma lógica que reflete o modelo de sociedade que a produz a cada momento, e que imprime na função de cada coisa, a garantia da sua reprodução.

E qual é o padrão de vida ótimo, certo ou ideal para se viver na cidade de Parintins? Entende-se que o melhor padrão é aquele em que os trabalhadores acham que podem conquistar por meio do avanço possível dentro das condições políticas, sociais, econômicas, ambientais e culturais em que se encontram. Ter acesso aos serviços básicos e aos benefícios da cidade é conquistar esse padrão para todos os cidadãos. E como esse padrão não é fixo, mas historicamente mutável, não existe o momento dessa conquista. O que existe é a luta constante dos trabalhadores por melhores condições de vida, de alimentação, vestuário, moradia, saúde, ambiente saudável – processo esse que nada mais é do que a caminhada dos dominados para sua libertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Larissa da Silva; CARNEIRO, Paulo. **História e memória política do município de Parintins de 1977 a 1988**. v. III. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.
- BARTOLI, Estevan; BARBOSA, Tatiana da Rocha. **Paisagem e morfologia urbana na cidade de Parintins: tecido urbano ou cocha de retalho?** Artigo Científico. Parintins, 2012.
- BASSANEZI, M. S. Imigrações internacionais no Brasil, um panorama histórico. In: PATTARRA, N. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas: FNUAP, 1995.
- BECKER, B. K.; MIRANDA, M. P. O papel das cidades na ocupação da Amazônia. In: **Seminário de tecnologias para os assentamentos humanos no trópico úmido**, IPEA/ECLAC, Manaus, 1987.
- BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia O. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: 1990.
- BECKER, B. K. (2001b) **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** (versão preliminar), Rio de Janeiro, Laboratório de Gestão do Território/UFRJ.
- BECKER, B. K. **A especificidade do urbano na Amazônia: desafios para políticas públicas conseqüentes**. Estudo elaborado para a Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal – Ministério do Meio Ambientes. Rio de Janeiro, Ministério do Meio Ambiente, 1998.
- _____. Undoing Myths. The Amazon-An forest. In: Clusener, G. M.; SACHS, I. *Bazilian perspectives on sustainable development of the Amazon region – Man and Biosphere Series*, Paris, UNESCO e Parthenon Publish Group Limited. 1995, p. 53-89.
- BITTENCOURT, Antonio Clemente R. **Memória do município de Parintins: estudos sobre sua origem e desenvolvimento moral e material**. Manaus: Edições do Governo do Estado, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

BUTEL, Larice et al. **História e memória política do município de Parintins de 1947 a 1963**. v. I. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alexandri. **A (Re) Produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CERQUA, Dom Arcângelo. **Clarões de fé no médio Amazonas**. 2. ed. Manaus: ProGraf – Gráfica e Editora, 2009.

CHRISTALLER, Walter. **Central place in southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

EBNER, Íris de Almeida R. *A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1999.

FERNANDES, Ana Cristina; NEGREIROS, Rovená. Desenvolvimento econômico, divisão de trabalho e mudanças na rede urbana brasileira: do desenvolvimento ao Plano Real. In: FERNANDES, Edesio; VELENÇA, Marcio Moraes (Orgs.). **Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 25-56.

FRIEDMAN, John. Cities in social transformation. In: FRIEDMAN, J.; ALONSO, W. (Orgs.) **Regional development and planning: a reader**. Cambridge: MIT, 1964.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1958.

GOMES, Marcos Antonio Silvestre. **As praças de Ribeirão Preto-SP: uma contribuição geográfica ao planejamento e à gestão dos espaços públicos**. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Massangana, 1989.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEFEBVRE, Henry. **Espaço e política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **La production de l'espace**. Paris: Ed Anthropos, 1974.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2004.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espacio y política**: El derecho a la ciudad, II. Barcelona: Ediciones península, 1972.

LUZ, Marcos Aurélio Matos da (Org.). **Projeto de trabalho técnico social da habitação**. Parintins: Prefeitura Municipal de Parintins, 2006.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Elvio Rodrigues. Pensamento geográfico é geografia em pensamento. In: KATUTA, Ângela Massumi et al (Orgs). **Geografia e mídia impressa**. Londrina: Moriá, 2009.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: uma nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. In: _____. **Para onde vai o pensamento geográfico?**: por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006. p. 157-177.

MOTA, F. S. B. **Disciplinamento do uso e ocupação do solo urbano visando a preservação do meio ambiente**. 1980, 254p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa Tavares (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008, p. 15-26.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Urbanização da Amazônia: novas interações e velhas exclusões. In: _____. GUIDOTTI, Pe. Humberto (Orgs.). **A Igreja arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

_____. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS. Lei Municipal nº 020/2006-PGMP. Dispõe sobre o perímetro urbano do município de Parintins e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS. Lei Municipal nº 09/2006. Regulamenta o Plano Diretor do Município de Parintins e estabelece diretrizes gerais da política urbana do Município e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS. Lei Municipal nº 407/2007-PGMP. Institui o novo Código de Posturas do município de Parintins e dá outras providências.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

RIBEIRO, Vitor Filho. **Mobilidade residencial em Manaus**: uma análise introdutória. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Direito á cidade e o Estatuto da Cidade. In: **CIDADES**: Revista Científica. v. 2, n. 3. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2005.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

RODRIGUES, Edmilson. **Os desafios da metrópole**: reflexões para o desenvolvimento de Belém. Belém-PA: Labor Editorial (NAEA/UFPA), 2000.

ROLNIK, Raque. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Milton. A Cidade e o Urbano como espaço-tempo. **CIDADE & HISTÓRIA** - Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. UFBA - FAU/MAU. Salvador, 1992, p. 241-244.

_____. **A Urbanização brasileira**. 5. ed., 2. reimp. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro : Record, 2001.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª. Ed. 1ª. Reimpr. – São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **O espaço do cidadão**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1996.

SANTOS, Raquel Matos dos. **Espacialização das praças na cidade de Parintins/AM**: presença, ausência e possibilidades. Relatório de Conclusão de Curso/TCC. Parintins: UEA/CES/Parintins, 2011.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins**: memória dos acontecimentos históricos. Manaus: Valer, 2003.

SILVA, C. J. da. **A expansão urbana na cidade de Parintins/AM**: um estudo sobre o conjunto residencial Vila Cristina. Relatório de Conclusão de Curso/TCC. Parintins: UEA/CES/Parintins, 2011.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1974.

SOUZA, José Camilo Ramos de. **Parintins**: a ilha urbanizada. Monografia. Manaus: UFAM, 1998.

SOUZA, Nilciana Dinely de. **A extração do pau-rosa no município de Parintins**: elementos para uma análise geográfica e econômica sobre o setor extrativista no Leste-Amazonense. Relatório Final. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC/FUA/CNPq, julho de 1994.

_____. **Moradia em áreas inundáveis na cidade de Manaus**: o Igarapé do Quarenta. Dissertação de Mestrado. Universidade do Amazonas/Centro de Ciências do Ambiente. Manaus/AM, 1999.

SOUZA, Tadeu de. **Missão Vila Nova – Parintins**: dos jesuítas aos missionários do PIME. Parintins: Gráfica João XXIII, 2003,

SPOSITO, Eliseo Savério. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1994

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p. 609-643.

TRINDADE JR. S. C. C. Faces da urbanização na fronteira: a dinâmica metropolitana de Belém no contexto da urbanização amazônica. In: Experimental. 4(5), p. 71-89, 1998.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da;

TAVARES, Maria Goretti da Costa Tavares (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia:** mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008, p. 27-47.

VICENTINI, Y. Cidade e história na Amazônia. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1994.

<http://www.ibge.gov.br/home/> Acessado em 25 de março de 2012.

www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regioes/regioes.shtm. Acessado em 25 de março de 2012.

www.parintins.br Acessado em 20 de fevereiro de 2012.